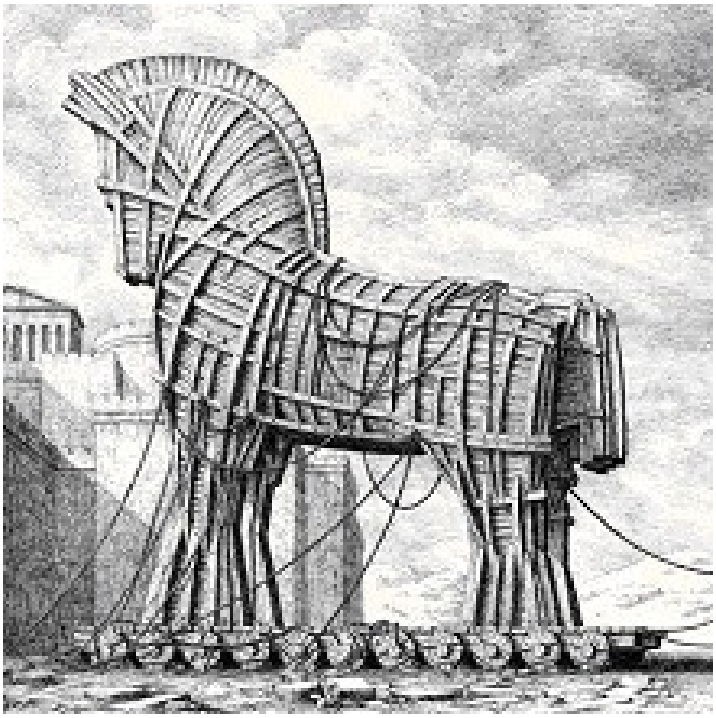
Ambientalismo



Preservação da Natureza
ou
Cavalo de Troia?

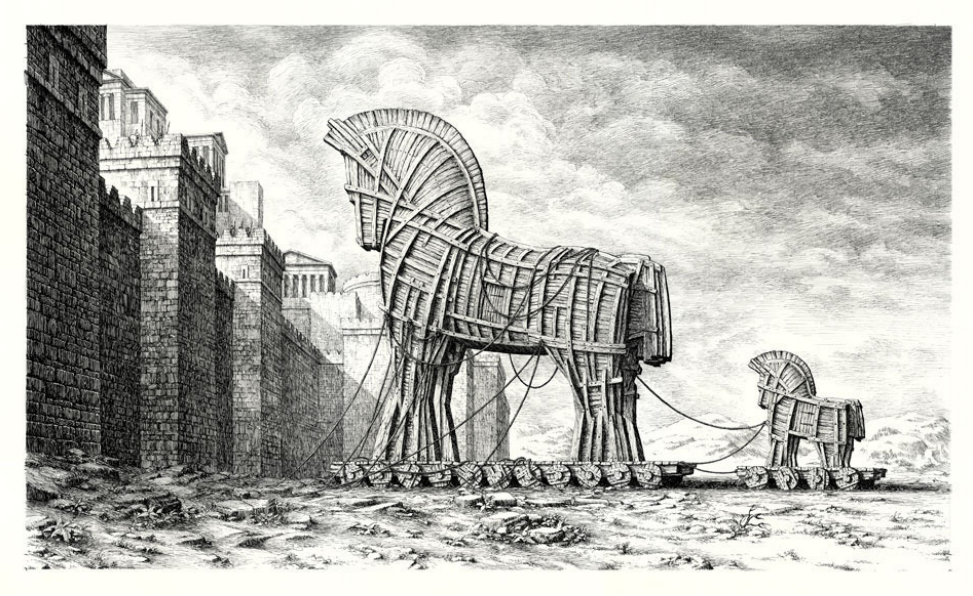
Considerações sobre o Código Florestal

Nelson Ramos Barretto - Paulo Henrique Chaves

Dados da pré-edição
Livro em forma de apostila:

Paz no Campo
Rua Avaré 359 – Consolação
CEP 01243-030 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3667-1587
Site: www.paznocampo.org.br

Instituto Plinio Corrêa de Oliveira
Site: www.ipco.org.br



Cavalo de Troia

O enorme cavalo de madeira – deixado como presente dos gregos aos troianos, com quem guerreavam – entrou para a legenda como **cavalo de Troia**. Ao invés de presente, tratava-se na verdade de uma armadilha. Os guerreiros escondidos no bojo do artefato, uma vez dentro da cidade inimiga, "apearam" durante a noite e abriram as portas da praça forte para os combatentes gregos. O estratagema consagrou a vitória grega, e a obra de Homero incumbiu-se de perenizar a desconfiança sobre "presente de grego".

Deixando como fundo de quadro a legenda (ou fato histórico), estamos diante de uma realidade bem diferente. A **ecologia radical** – qualificada como **religião ecológica** por muitos cientistas sérios e renomados – desencadeou uma psicose ambientalista. Sob o pretexto de salvar a natureza, na verdade ela cerceia a produção agropecuária, impõe limites ao enriquecimento do povo e viola gravemente o direito de propriedade.

Esse trombeteado **ambientalismo** não passa de um símile do ***cavalo de Troia***, cuidadosamente construído e acondicionado para ocultar o seu real conteúdo. No seu bojo se escondem os agentes dessa nova religião, cujo objetivo é aniquilar as propriedades rurais e prejudicar a produção agropecuária. Recheado de imprecisões, lacunas, omissões e erros, tudo é feito sob medida para receber a chancela da **Teologia da Libertação** – a velha e desacreditada utopia **socialista**, agora com ares de defensora da "boa causa" ambientalista.

A roupagem ambientalista, que assim converte o "vermelho" em "verde", vem conseguindo enganar até os mais cautos, além de captar facilmente a benevolência dos desprevenidos. Esse imenso **cavalo de Troia** é o "presente" que a esquerda oferece agora ao Brasil.

Cabe a nós entendê-lo, avaliá-lo e denunciá-lo veementemente.

Índice

Parte I – Controvérsia mundial expõe fraudes e fragilidades do ambientalismo
Capítulo I – Ambientalismo sectário e verdadeiro ambientalismo
Capítulo II – Cientistas brasileiros avaliam o ambientalismo
1 – A variação do clima é um fenômeno normal
2 – Terrorismo climático desprovido de fundamento
3 – O IPCC divulga mas não comprova o aquecimento global antropogênico
4 – CO_2, gás benéfico para o homem e os animais
5 – Metano, um gás que não preocupa
6 – Derretimento do gelo não eleva o nível dos oceanos
7 – Aquecimento global de origem midiática
8 – Protocolo de Kyoto, dispendiosa inutilidade
9 – A camada de ozônio sumiu... do noticiário
10 – Limitada interferência humana no clima
11 – O aquecimento global está mais para religião do que para ciência
13 – O tempo pode ser instável, mas o clima é estável
14 – Energia alternativa para quem não tem alternativa
15 – As pessoas podem ser manipuladas pelo medo
16 – Influência da ação humana sobre o clima
17 – Enorme desproporção entre as forças humanas e as da natureza
18 – Não há base científica para afirmar o aquecimento global
19 – O efeito estufa, uma invenção não científica
20 – O nível dos mares não está subindo nem vai subir
21 – Aproveitamento falseado dos relatórios do IPCC
22 – Desfazendo alguns espantalhos
23 – As previsões climáticas de supercomputadores são lixo
Capítulo III – Contestação científica ruidosa às hipóteses ambientalistas
1 – O efeito estufa, execrado pelos catastrofistas
2 – Cientistas céticos contestam os ambientalistas catastrofistas
3 – Base científica dos ambientalistas céticos
Capítulo IV – A ciência mundial recusa o ambientalismo ideológico
1 – Não existe comprovação científica do aquecimento global
2 – O efeito estufa não foi cientificamente comprovado
3 – Pontos específicos que os cientistas também contestam
4 – Distorções ou fraudes nos relatórios do IPCC
5 – O ambientalismo, campanha midiática baseada em farsa ou fraude
6 – Ambientalismo, propaganda universal de uma seita neocomunista
7 – Manipulações da mídia
Capítulo V – Ambientalistas notórios revelam seus objetivos: Socialismo, miserabilismo, totalitarismo, comunismo
1 – Oposição ideológica ao capitalismo, à indústria, ao agronegócio
2 – Radicalismo na discussão do Código Florestal e obsessão pela Reforma Agrária
3 – Indigenismo da pedra lascada apresentado como progresso
4 – Miserabilismo universal ou seletivo
5 – Redução ou extinção da espécie humana
6 – Controle populacional e ambiental totalitário
7 – Distorções e falsidades da propaganda ambientalista
Capítulo VI – Armas do ambientalismo sectário: intimidação e fraude
1 – *Climagate*: Grande fraude para espalhar o medo do aquecimento global

2 – Geleiras do Himalaia: Falsas previsões sobre derretimento
3 – Taco de hóquei, uma farsa com roupagem científica
4 – Se o clima não muda, mudemos os mapas dos climas!
5 – Manipulando o tsunami como se fosse terrorismo
6 – Propagandas ambientalistas fraudulentas são múltiplas e habituais
7 – Na São Paulo sem aquecimento global, catástrofes como as atuais
8 – A quem aproveita o ambientalismo catastrofista?
Capítulo VII – Com apoio da ONU, a marcha do ambientalismo radical
1 – Eco-92: Aparência tranqüilizadora, realidade preocupante
2 – O meio ambiente se torna uma questão internacional
3 – Carta da Terra, o novo "decálogo"
4 – Com a Eco-92, nova fase do terrorismo ambientalista
5 – Reações contra esses desvarios
6 – Agenda neocomunista e atuação danosa do ambientalismo

Parte II – As contradições do "ambientalismo" no Brasil
Capítulo VIII – Falso dilema: Agropecuária *X* meio-ambiente
Capítulo IX – Cinco séculos do processo histórico de ocupação do Brasil
1 – Ascensão e conquista do fazendeiro
2 – O Brasil tropical tornou-se um celeiro mundial
Capítulo X – Indisfarçável cobiça internacional sobre a Amazônia
1 – O legado territorial brasileiro foi garantido pelo esforço português
2 – Ataque à soberania nacional, objetivo de ambientalistas e de governos
3 – Amazônia: Pulmão do mundo e santuário da fantasia ambientalista
Capítulo XI – Modificação arbitrária das leis e desvio de finalidade
Capítulo XII – Congressistas decidem refazer o Código Florestal
1 – Leis que depois se tornam crimes
2 – No Congresso Nacional, a política de ceder para não perder
3 – Reserva Legal, uma jabuticaba jurídica
Capítulo XIII – O custo para o País da aplicação do Código Florestal
Capítulo XIV – Custos das APPs e impacto da sua implantação nas propriedades agrícolas
Capítulo XV – Custos da Reserva Legal
Capítulo XVI – O comprometimento territorial na atual legislação ambiental e indigenista
1 – Distribuição territorial do Brasil ante as exigências indigenistas e ambientais
2 – Área utilizada pelo setor agropecuário
Capítulo XVII – Considerações sobre o direito de propriedade
1 – O direito de propriedade está de acordo com a natureza humana
2 – A Doutrina Social da Igreja reconhece o direito de propriedade
3 - O direito de propriedade se distingue do seu uso
4 – O direito de propriedade exerce por si mesmo uma função social
Capítulo XVIII – O C. Florestal e o emaranhado jurídico ambiental não favorecem o bem comum
Capítulo XIX – A ideologia que move o ambientalismo neocomunista
1 – Tendências confluentes do movimento ambientalista
2 – Destruição do ser humano, na mira dos ambientalistas radicais
3 – Medo de uma catástrofe, arma para impor reformas insensatas
Capítulo XX – Soluções sensatas e um brado de confiança
1 – Os custos e os benefícios de qualquer reforma
2 – Promessas frustradas do comunismo, requentadas pelo neocomunismo verde
3 – *Gesta Dei per brasilienses* - Notas

Parte I

Controvérsia mundial expõe fraudes e fragilidades do ambientalismo

Criou, pois, Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou. Então Deus os abençoou e lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos; ***enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se arrastam sobre a terra****. Disse-lhes mais:* ***Eis que vos tenho dado todas as ervas que produzem semente, as quais se acham sobre a face de toda a terra, bem como todas as árvores em que há fruto, que dê semente; ser-vos-ão para mantimento*** (Gênesis, 1, 27-29).

O texto do Gênesis não poderia deixar mais clara a ordem de Deus ao ser humano, de encher a Terra e dominá-la. É o que, bem ou mal, vem fazendo a humanidade ao longo dos milênios. Mas estamos no século XXI, em que atinge seu auge todo o arsenal de doutrinas e atitudes contrárias aos mandamentos divinos.

Foi nesse contexto atual que adquiriu foros de cidadania em todo o mundo uma propaganda onímoda em favor da preservação da natureza. Sendo um objetivo bom em si mesmo, torna-se fácil convencer as pessoas a embarcar numa campanha ambientalista, apresentada cuidadosamente de modo a torná-la palatável, para não despertar suspeitas. Mas a insistência irritante e o exagero evidente acabaram levantando as indesejadas suspeitas, e não faltaram pessoas bem orientadas, capazes de perceber que há algo errado. Daí surgirem questionamentos, contestações, que progrediram rapidamente. As vozes discordantes vêm adquirindo volume avassalador, apesar de ser frequentemente coarctado o seu acesso à grande mídia mundial.

Nesta primeira parte do texto, daremos voz a essas vozes discordantes de renomados cientistas, tanto brasileiros como de inúmeros outros países. No seu conjunto, essas vozes discordantes deixam clara a falsidade das alegações apresentadas pelos ambientalistas radicais e sectários. Vão além, mostrando o que há de intenções malévolas em toda essa campanha.

A segunda parte trata de um problema específico do Brasil, onde a atuação dos ambientalistas sectários está conduzindo a um **engessamento** jurídico do território nacional, lesivo ao bom andamento dos empreendimentos agropecuários, o que sem dúvida trará conseqüências funestas para a economia e para o bem estar da nação em futuro próximo. Analisa também alguns erros e absurdos que estão para ser impostos na legislação através do Código Florestal.

Capítulo I

Ambientalismo sectário e verdadeiro ambientalismo

No seu sentido ordenado e bom, o ambientalismo consiste na preservação da natureza – o conjunto dos elementos terra, água e ar – a fim de propiciar uma vida saudável das plantas, dos animais e especialmente dos homens.

Conforme se lê no Gênesis, já na *criação* Deus dispôs a natureza para servir ao homem. As plantas e os animais, ao se reproduzirem, servirão de alimento para o homem. Entretanto, Deus estabeleceu como punição pelo pecado de Adão o trabalho: "*Os meus eleitos comerão eles mesmos o fruto do trabalho de suas mãos*" (Is. 65, 17-25). Em consequência do pecado, a natureza tornou-se hostil, e precisa ser conquistada pelas habilidades e talentos que Deus concedeu ao homem. Tal domínio requer conhecimento de regras, de leis e de segredos da natureza, para utilizar de maneira sapiencial todos os seus recursos. Esse é o aspecto utilitário da natureza. Do ponto de vista metafísico, este aspecto se transcende, sem contudo dispensar nem diminuir o esforço humano.

O conhecido lema "*ora et labora*", praticado e difundido pelos monges beneditinos desde o século VI, proporcionou o processo civilizatório da Europa, pois a visão metafísica, quando bem entendida, ajuda o homem a mobilizar todas as suas energias para a realização da perfeição. No século XIX, o grande historiador Montalembert rendeu homenagem a esses monges, pelo grande trabalho agrícola que empreenderam: "É impossível esquecer como souberam aproveitar tão vastas terras incultas e desabitadas (um quinto de todo o território da Inglaterra), cobertas de florestas e cercadas de pântanos". Essas eram, com efeito, as características da maior parte das terras que os monges ocupavam, em parte por tratar-se de lugares mais retirados e inacessíveis – o que favorecia a vida em solidão – e em parte por serem terras que os doadores leigos lhes ofereciam. Ao desmatar as florestas para destiná-las ao cultivo e habitação, **tinham o cuidado de plantar árvores e conservar as matas, dentro do possível**.

O historiador norte-americano Thomas Woods, em sua obra *Como a Igreja Católica construiu a Civilização Ocidental*, destaca um exemplo particularmente vivo da salutar influência dos monges no seu entorno físico, analisando os pântanos de Southampton, na Inglaterra. Um especialista descreve como era essa região no século VII, antes da fundação da abadia de Thorney:

"Não passava de um enorme pântano. Os charcos eram provavelmente parecidos com as florestas da desembocadura do Mississipi ou as marismas das Carolinas: um labirinto de errantes córregos negros; grandes lagoas, atoleiros submersos a cada maré da primavera; enormes extensões de juncos, carriços e samambaias; grandes bosques de salgueiros, amieiros e álamos cinzentos; florestas de abetos e carvalhos, freixos e álamos, aveleiras e teixos, que em outro tempo haviam crescido naquele solo baixo e fétido, agora eram engolidas lentamente pela turfa flutuante, que vagarosamente devorava tudo, embora tudo conservasse. Árvores derrubadas pelas inundações e tormentas flutuavam e se acumulavam, represando as águas sobre o terreno. Córregos desnorteados nas florestas mudavam de leito, misturando limo e areia com o solo negro da turfa. A natureza, abandonada ao seu próprio curso, corria cada vez mais para uma selvagem desordem e caos, até transformar todo o charco em um lúgubre pântano".

Cinco séculos depois, foi assim que William de Malmesbury (1096-1143) descreveu aquela região: "É uma réplica do paraíso, onde parecem refletir-se a delicadeza e a pureza do céu. No meio das lagoas, erguem-se bosques de árvores que parecem tocar as estrelas com as suas altas e esbeltas frondes; o olhar fascinado vagueia sobre o mar de ervas verdejantes, os pés pisam as amplas

pradarias sem encontrar obstáculos no seu caminho. Até onde a vista alcança, nenhum palmo de terra está por cultivar. Aqui o solo é escondido pelas árvores frutíferas; acolá, pelas vinhas estendidas sobre o chão ou puxadas para o alto sobre caramanchões. Natureza e arte rivalizam, uma suprindo tudo o que a outra esqueceu de produzir. Ó profunda e amável solidão! Foste dada por Deus aos monges, para que a sua vida mortal pudesse aproximá-los diariamente do céu".

Assim a Igreja Católica converteu e civilizou os povos bárbaros, ensinando-os a cultivar o solo e preservar a natureza, com sabedoria e desejo de perfeição.

A visão metafísica católica não pode ser confundida com a de certas seitas panteístas que divinizam a natureza. A Criação deve antes de tudo ser contemplada. De uma pequena pétala de rosa a um grandioso pôr-de-sol, ela é belíssima nos detalhes, e especialmente no conjunto. A contemplação de sua grandeza, beleza e ordem é classificada por Santo Tomás de Aquino como a quarta via do conhecimento de Deus. O salmista canta: "*Os céus narram a glória de Deus, o firmamento anuncia a obra de suas mãos*" (Sl. 19, 1). Até mesmo os seus horrores são úteis ao servir de contraste do feio com o belo, do vício com a virtude.

O homem e a natureza vêm sendo agredidos pela poluição decorrente da industrialização e da rápida urbanização ditadas por uma modernidade que rompeu com os valores do passado e, ao mesmo tempo, se encontra ofegante para usufruir das promessas da tecnologia. Em consequência, novas propostas de ambientalismo e defesa da natureza são apresentadas e propagandeadas pelos grandes meios de comunicação, por líderes mundiais e organismos internacionais, como a ONU. No entanto, infelizmente, por detrás de grande parcela dessa defesa da natureza se oculta uma nova ideologia, até mesmo uma ***nova religião***, que pretende justificar e implantar uma sociedade humana igualitária e neotribal, lastreada num misto de pseudociência com filosofias arcaicas e pagãs.

Para tentar clarear o assunto, tomemos o exemplo de um rio poluído (de águas turvas, como essas em que o demônio gosta de pescar). O Rio Tietê, nos seus 1.010 km, atravessa quase todo o Estado de São Paulo. Nasce nas escarpas da Serra do Mar e caminha rumo ao interior até desaguar no Rio Paraná, sendo assim um dos muitos rios do Sul e Sudeste brasileiros que não correm diretamente para o Atlântico, apesar de nascer a apenas 22 quilômetros do litoral.

Na língua tupi, tietê significa "água verdadeira". Ainda nas décadas de 20 e 30, o rio era utilizado para pesca e atividades esportivas. Com a crescente urbanização, sofreu no trecho da Grande São Paulo um processo de degradação, provocada por poluição industrial e esgotos domésticos. Em 1990, uma grande campanha publicitária comparou o Tietê poluído com as águas límpidas e despoluídas do Rio Tâmisa de Londres, que passara por um processo de recuperação desde a década de 50. Diante de tais pressões populares, em 1991 começou um programa de despoluição do rio, com intensa participação de organizações da sociedade civil. Atualmente, o Projeto Tietê é o maior projeto de recuperação ambiental do País.

Passados mais de 20 anos, a despoluição do Tietê ainda está muito aquém dos níveis desejados, mas já são observáveis os progressos. No início do programa, o percentual de esgotos tratados em relação aos esgotos coletados não ultrapassava os 20% na região metropolitana de São Paulo. Em 2004, esse percentual estava em 63% (incluindo tratamento primário e secundário). Espera-se que, até o final do programa, esse índice alcance os 90%.[i]

Na década de 90, a mancha de poluição do Tietê chegava a 100 quilômetros. Interessante notar que a própria natureza, ao longo desse trecho, vai limpando gradualmente o rio até as águas se tornarem novamente potáveis e piscosas. Este convincente exemplo foi utilizado em uma conferência pelo Prof. Plinio Corrêa de Oliveira, ressaltando a necessidade de uma ação humana para despoluir o rio, mas deixando claro também que a natureza é dotada de extraordinária capacidade de regeneração e depuração. Isto é muito diferente do histerismo catastrofista de certos ambientalistas, como veremos a seguir.

Capítulo II

Cientistas brasileiros avaliam o ambientalismo

A opinião pública vem sendo bombardeada por filmes, documentos e declarações que apresentam a natureza em fúria: cidades engolidas pelo mar, plantações dizimadas pela seca, geleiras desabando no mar, ursos famintos vagando pela terra, pinguins caminhando no deserto, furacões destruindo tudo em sua rota.

O filme *Uma verdade inconveniente* e o livro de mesmo nome, do ex-vice-presidente norte-americano Al Gore, atingiu um auge de propaganda, destinada a traumatizar as plateias e fazê-las voltar-se contra o fantasma do "aquecimento global". Chegou mesmo o filme – não se sabe através de quais artifícios ou conivências – a ganhar dois prêmios Oscar (melhor canção e documentário), além de outros 15 prêmios.

Em 2006, Al Gore esteve no Brasil com grande espalhafato da mídia tupiniquim. A revista *Época*, por exemplo, vestiu-se literalmente de verde em sua edição de outubro daquele ano, e com a capa toda nessa cor recomendou aos leitores: "Pense verde: o que você pode fazer para salvar o planeta". O filme foi projetado nas escolas, e os alunos levavam para os pais a preocupação de como salvar a humanidade.

De lá para cá, as fraudes do filme foram sendo denunciadas, gerando grande indignação. Chegou-se inclusive a promover uma campanha para retirada dos prêmios Oscar. Além disso, os invernos rigorosos do hemisfério norte ajudaram a desacreditar o mito do "aquecimento global".

1 – A variação do clima é um fenômeno normal

Muitas pessoas confundem o clima com o tempo, e este conceito errado contribui para a aceitação, sem adequada análise, de uma propaganda ambientalista tendenciosa. O clima é definido como a média dos elementos climáticos (temperatura, chuva, ventos, radiação solar, etc) durante um período de pelo menos 30 anos, e portanto é uma característica de longa duração. Cada região tem o seu próprio clima, que não pode ser confundido com o tempo. Quando afirmamos que a Amazônia é quente e úmida durante todo o ano, estamos falando do clima da região. Mas se dizemos que o dia está quente, estamos nos referindo ao tempo, que se refere ao estado das condições atmosféricas em um determinado momento e local. Trata-se por conseguinte de uma característica passageira, ao passo que o clima é constante durante um longo período, embora possa modificar-se com o passar dos séculos por causas naturais.

O clima é muito complexo, influenciado por fatores diversos como os oceanos e as correntes marítimas, e sua principal fonte de energia é o sol. Há vários tipos de clima: polar, temperado, mediterrâneo, tropical, equatorial, subtropical, desértico, semi-árido etc. No Brasil, predominam os climas quentes e úmidos, pelo fato de o País se encontrar na zona tropical.

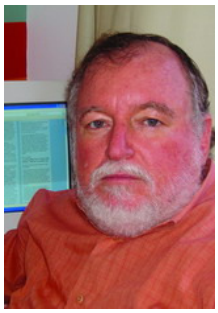
O principal "dogma" ambientalista é o **aquecimento global.** Segundo se afirma, estaria aumentando a temperatura média do ar e dos oceanos, em decorrência de concentrações crescentes de gases de efeito estufa (CO_2, metano, etc.) resultantes das atividades humanas, como a queima de combustíveis fósseis e o desmatamento.

As mudanças climáticas históricas desmentem o aquecimento causado pelo CO_2. Durante o aquecimento medieval chamado "período quente medieval" (MWP, na sigla em inglês), temperaturas na Europa foram maiores que as atuais. Cultivaram-se uvas no norte da Inglaterra, e na gélida Groenlândia ("terra verde" na língua dos vikings) floresciam plantações e pastagens. Do século XVI até meados do XIX houve a "pequena idade do gelo", e as crônicas narram como as

pessoas patinavam no Rio Tâmisa congelado. Nas décadas de 1940 a 1970 houve um grande resfriamento, a ponto de os cientistas aventarem a hipótese de estarmos em uma nova era glacial, fato que ganhou a capa da revista *Time* de 31/01/1977. Como seria isso possível, se já estávamos em plena era industrial?

2 – Terrorismo climático desprovido de fundamento

As hipóteses mais alarmistas em torno do aquecimento global vêm sendo levantadas aqui, lá e acolá, como aconteceu na COP-15 em Copenhague, na Dinamarca, de modo a inquietar profundamente os espíritos. Em torno das "mudanças climáticas", cientistas e certa mídia exageram e repetem incessantemente chavões sobre os **perigos que ameaçam o planeta**. Entretanto, a cada dia cresce em todo o mundo o número dos pesquisadores que se contrapõem aos alarmistas do clima. Não deixa de chamar a atenção que muitos desses cientistas de renome, pelo simples fato de esclarecerem o verdadeiro alcance da ação humana nas mudanças climáticas, passaram a ter seus nomes e os resultados de suas pesquisas boicotados, especialmente quanto à divulgação na mídia.



Renomados cientistas brasileiros, fundamentados em estudos sérios, contestam a visão viciada e catastrofista patrocinada pela própria ONU. Um deles é o Professor **Luiz Carlos Baldicero Molion**, formado em Física pela USP, com doutorado em Meteorologia pela Universidade de Wisconsin (EUA) e pós-doutorado na Inglaterra. Foi diretor e pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e leciona atualmente na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em Maceió, onde também dirige o Instituto de Ciências Atmosféricas (ICAT). Reproduzimos a seguir algumas das suas afirmações esclarecedoras:

3 – O IPCC divulga mas não comprova o aquecimento global antropogênico

O IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change ou Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, órgão vinculado à ONU) não comprova que o aquecimento global seja produzido pelo homem. Nos estudos já realizados sobre a variabilidade do clima, o aquecimento global se encontra dentro dos limites da variabilidade natural. É impossível, com o conhecimento atual sobre o clima, identificar e comprovar o possível aquecimento antropogênico. A este respeito há três argumentos básicos:

• As séries de temperatura média global não são representativas. Nos últimos anos, o número de estações climatométricas viu-se drasticamente reduzido — por volta de 14 mil no final da década de 1960, para menos de 1.000 hoje — pelo Goddard Institute for Space Studies (Dr. James Hansen), NASA. A maior parte das estações desativadas se encontrava na zona rural. As localizadas nas cidades sofrem o efeito da urbanização, o chamado "efeito ilha de calor", que produz certa tendência de aquecimento.

• O aumento da concentração de CO_2 não se correlaciona com aumento de temperatura. Após o término da II Guerra Mundial, o consumo de petróleo se acelerou, no entanto a temperatura média global diminuiu. Em eras passadas — como os interglaciais, de 130 mil, 250 mil e 360 mil anos atrás — as temperaturas estiveram mais elevadas que as atuais, embora com concentrações de CO_2 inferiores. Portanto, não é o CO_2 que aumenta a temperatura do ar, e sim o contrário: o aumento da temperatura provoca aumento da concentração de CO_2, principalmente devido ao aquecimento dos oceanos.

• Os modelos de clima utilizados para as "projeções" da temperatura média global nos próximos 100 anos ainda são incipientes, não representam a complexidade e as interações dos processos físicos que determinam o clima. Os cenários utilizados pelo IPCC são hipotéticos, e

muito provavelmente não virão a se concretizar, pois os oceanos, ao se resfriar, passarão a absorver mais CO_2. Ou seja, as simulações com modelos de clima não passam de meros exercícios acadêmicos, não se prestando à formulação de políticas adequadas para o desenvolvimento da sociedade.

4 – CO_2, gás benéfico para o homem e os animais

O principal gás de efeito estufa, se é que esse efeito existe, é o vapor d'água. Em alguns lugares e ocasiões sua concentração chega a ser 100 vezes superior à do CO_2. Este, por sua vez, é um gás natural. Em certo sentido, mais até que o oxigênio, **ele é o gás da vida**. Na hipótese altamente improvável de eliminarmos o CO_2 da atmosfera, a vida cessaria na Terra. O homem e os outros animais alimentam-se das plantas, não produzindo eles próprios os alimentos que consomem. São as plantas que o fazem, por meio da fotossíntese, absorvendo CO_2 e produzindo amidos, açúcares e fibras e, como subproduto, o oxigênio que respiramos. Outros gases, como metano e óxidos de nitrogênio, estão presentes em concentrações muito baixas, que não causam problemas.

Fala-se muito que o aumento da temperatura global provocaria *ipso facto* uma proliferação do número de doenças que dependem de mosquitos como vetores (febre amarela, malária, dengue, por exemplo). Convém lembrar que a malária matou milhares de pessoas na Sibéria nos anos 1920, um período muito frio, e que já foi encontrado *Aedes ægypti* vivendo a -15°C (abaixo de zero). Esses mosquitos continuam matando seres humanos, e já sobreviveram a climas mais quentes e mais frios. Até as primeiras décadas do século XX, havia gravíssimos surtos de doenças transmitidas por mosquitos tanto na Europa quanto nos EUA. Portanto, o problema é mais de saneamento básico e de combate a pragas do que de clima. Entretanto, evidentemente, todo esforço que se fizer para diminuir a poluição do ar, águas e solos será muito benéfico para a humanidade.

5 – Metano, um gás que não preocupa

O metano resulta da fermentação anaeróbia da matéria orgânica (vegetal e animal). Arrozais, animais ruminantes e cupins são produtores de metano. Também o são as áreas com vegetação alagadas periodicamente (como os milhares de hectares das várzeas amazônicas). Entretanto, apesar de as áreas cultivadas com arroz terem aumentado e os ruminantes estarem crescendo à taxa de 17 milhões de animais por ano (o Brasil já passou de 200 milhões de cabeças), a concentração de metano se estabilizou, segundo as medições da rede da NOAA (Administração Nacional de Oceanos e Atmosfera, irmã da NASA), e tem mostrado taxas anuais negativas (ou seja, decréscimo de concentração).

As concentrações de metano se estabilizaram nos últimos 20 anos, mesmo com a expansão de atividades agropecuárias como rizicultura e pecuária ruminante. Ninguém sabe o porquê disso, nem mesmo o maior especialista em metano, Aslam Khalil, da Universidade Estadual de Portland (EUA). Em minha opinião, nas condições de temperatura e pressão atmosférica atuais o metano chegou à concentração de saturação, e o metano adicional que vem sendo lançado na atmosfera (já que as fontes continuam aumentando) está sendo absorvido, muito provavelmente pelos oceanos. Mais uma evidência de que as atividades humanas não alteram nem a concentração atmosférica dos chamados gases de efeito estufa nem o clima (ou temperatura) do planeta. Ao contrário, sua concentração é dependente da temperatura. Os nossos rizicultores e pecuaristas podem respirar aliviados, pois não têm culpa alguma em aquecimento global.

Como o planeta vem esfriando, e haverá um resfriamento global nos próximos 20 anos, as concentrações desses gases vão diminuir. Começou com o metano e chegará a vez do CO_2. Mas isso é negado na palhaçada em Copenhague, por ocasião da reunião da COP-15.

6 – Derretimento do gelo não eleva o nível dos oceanos

Não se pode negar que a temperatura global aumentou nos últimos 100 anos, porém isso aconteceu por processos naturais, e não antrópicos (provocados pela ação do homem sobre a vegetação). O gelo do Ártico já derreteu entre 1920–1945, quando o homem lançava na atmosfera menos de 10% do carbono que lança hoje. A cobertura de gelo em 2009 já foi maior que a de 2007, após esse inverno severo do hemisfério norte (América do Norte, Sibéria e China).

A permanência do gelo depende do transporte de calor feito pelas correntes marítimas — a corrente (quente) de Kuroshio, no Pacífico (Japão), e a corrente (quente) do Golfo do México, no Atlântico. Esta última, quando mais ativa (como no período 1995-2007), transporta mais calor para o Ártico e derrete o gelo flutuante. Ao derreter, o gelo não eleva o nível do mar, pois já desloca o volume que vai ocupar quando fundir. Esse transporte de calor é em parte controlado por um ciclo lunar de 18,66 anos, que esteve em seu máximo em 2005-2006. Estudos indicaram que o gelo continental em cima da Groenlândia permanece lá desde a última era glacial, com exceção do período medieval, há mais de 15 mil anos. O gelo da Antártica (Polo Sul), por sua vez, continuou a crescer nos últimos 60-70 anos.

Fato digno de nota é que nos últimos dois mil anos reconhecidamente houve (no período medieval entre os anos 800-1200) um aquecimento global maior que o atual, o chamado "Ótimo Climático Medieval", e esse aquecimento permitiu que os nórdicos (vikings) colonizassem o norte do Canadá e o sul da Groenlândia ("terra verde"), hoje coberta de gelo. E as concentrações de CO_2 eram inferiores a 280 ppmv (partes por milhão em volume) na época, de acordo com as estimativas.

7 – Aquecimento global de origem midiática

A imprensa nacional e estrangeira dá ênfase exagerada ao aquecimento antropogênico do clima. A nossa mídia televisionada e escrita apenas repete o que vem de fora, sem fazer críticas. Talvez isso ocorra por falta de conhecimento e desinteresse dos jornalistas pelo tema; ou então por interesses dos controladores desses veículos de comunicação. A mídia vem anestesiando os cidadãos, impondo-lhes o que se convencionou chamar de "lavagem cerebral". Fica a impressão de que o homem é responsável pela mudança do clima, o seu grande vilão. Como veículo de informação, a mídia deveria ser neutra, ouvir opiniões, tentar apenas relatar o conhecimento científico comprovado e suas limitações.

Aquecimento é coisa que já aconteceu antes. No início dos anos 40, dizia-se que o mundo estava "fervendo e estava sufocante", devido ao aquecimento natural ocorrido entre 1925-1946. No início dos anos 70, ao contrário, dizia-se que estávamos à beira de uma nova era glacial, pois um resfriamento global ocorreu entre 1947-1976. Outra coisa que já ocorreu antes são eventos meteorológicos catastróficos. Mas agora, quando eles insistem em ocorrer, são instrumentalizados como argumento de que o clima está mudando. Eventos severos sempre ocorreram no passado, muito antes de o CO_2 assumir a posição de vilão.

A maior seca no nordeste do Brasil ocorreu em 1877-1879, durante a qual meio milhão de nordestinos morreu segundo Euclides da Cunha em *Os Sertões*. As três maiores cheias em Manaus ocorreram em 1953, 1976 e 1922, quando o Pacífico estava frio. A cheia recorde de 2009 também ocorreu com o Pacífico frio e com a "temperatura média global" em declínio, constatação feita com dados de satélites nos últimos 10 anos.

É preciso também não confundir intensidade dos fenômenos meteorológicos com vulnerabilidade da sociedade, que aumenta com o crescimento populacional. A sociedade tende a se aglomerar em grandes cidades, tornando mais catastrófico atualmente um fenômeno com a mesma intensidade de outro que houve no passado. O furacão mais mortífero nos Estados Unidos ocorreu em 1900 em Galveston, no Texas, ceifando a vida de mais de 10 mil pessoas. Nessa época, a densidade populacional local era seis vezes menor que a de hoje, e o mesmo furacão provavelmente

teria hoje efeito muito mais devastador. O homem não tem capacidade de mudar o clima global, mas sim de modificar seu entorno, seu próprio ambiente.

8 – Protocolo de Kyoto, dispendiosa inutilidade

Sob o ponto de vista de efeito estufa e de aquecimento global, o Protocolo de Kyoto é inútil. Nele é proposta uma redução de 5,2% das emissões, comparadas aos níveis dos anos 1990. Estamos falando de cerca de 0,3 bilhões de toneladas de carbono por ano (GtC/a). Para se ter uma idéia, estima-se que os fluxos naturais entre os oceanos, solos e vegetação totalizem cerca de 200 GtC/a. O grau de imprecisão admitido nessas estimativas, perfeitamente aceitável, é de 20% (40 GtC/a para cima + 40 GtC/a para baixo = 80 GtC/a), 13 vezes mais do que o homem coloca na atmosfera e 270 vezes a redução proposta por Kyoto. Redução inútil, como o serão quaisquer tentativas de reduzir as concentrações de carbono na atmosfera para "combater o efeito estufa".

9 – A camada de ozônio sumiu... do noticiário

Com a minha idade e conhecimento dessa área, já vi ocorrer em passado próximo algo muito semelhante, resultado exatamente da mesma "receita": a eliminação dos compostos de clorofluorcarbono-CFCs (Protocolo de Montreal), sob a alegação de destruírem a camada de ozônio. Sabe-se que a concentração de ozônio depende da atividade solar, mais especificamente da produção de radiação ultravioleta (UV). Ou seja, o ozônio não filtra a UV, e sim a UV é consumida, retirada do fluxo solar para a formação do ozônio. O Sol tem um ciclo de 90 anos. Esteve num mínimo desse ciclo nas primeiras duas décadas do século XX e apresentou um máximo em 1957/58, Ano Geofísico Internacional, quando a rede de medição das concentrações de ozônio se expandiu e os dados de ozônio passaram a ser amplamente coletados e divulgados.

A partir dos anos 60 a atividade solar (UV) começou a diminuir, e a camada de ozônio teve suas concentrações reduzidas paulatinamente. O Sol está iniciando um novo mínimo do ciclo de 90 anos, e estará com atividade baixa nos próximos 22 anos, até por volta de 2035. Nesse período a camada de ozônio atingirá seus valores mínimos desde que começou a ser monitorada. Em princípio, o Sol só voltará a um máximo, semelhante ao dos anos 60, por volta do ano 2050. Só aí é que possivelmente a camada de ozônio venha atingir os mesmos níveis dos anos 50/60. Mas, como os CFCs já foram praticamente eliminados, e a exploração econômica já foi resolvida, não se fala mais sobre o assunto...

10 – Limitada interferência humana no clima

O homem não tem condições de mudar o clima global, mas tem grande capacidade de modificar ou destruir seu ambiente local. A Terra se compõe de 71% de oceanos e 29% de continentes. A metade desses 29% é constituída de gelo (geleiras) e areia (desertos), enquanto 7 a 8% do restante encontram-se cobertos com florestas nativas e plantadas. Portanto o homem manipula cerca de 7% da superfície global, o que não lhe possibilita destruir o mundo.

Os oceanos, juntamente com a atividade solar, são os principais controladores do clima global. Mas existem outros controladores externos, como aerossóis vulcânicos, e possivelmente raios cósmicos galácticos, que podem interferir na cobertura de nuvens.

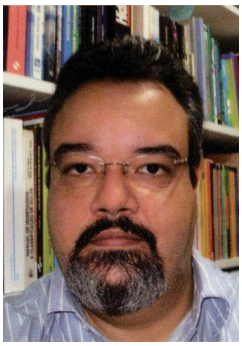
Em resumo, o clima da Terra não é resultante apenas do efeito estufa ou do CO_2 e sua concentração. Ele é produto de tudo aquilo que ocorre no universo e interage com o nosso planeta. A conservação ambiental é necessária para a sobrevivência da humanidade, mas independe de mudanças do clima.

(Fonte: Revista Catolicismo, Janeiro de 2010).

11 – O aquecimento global está mais para religião do que para ciência

O livro ***Aquecimento Global: ciência ou religião?*** — lançado em Brasília no final de 2009 pelo Prof. Gustavo Macedo de Mello Baptista — é um desafio ao "dogma" do aquecimento global provocado pelo homem e um convite ao debate científico. Com muitas ilustrações e gráficos, mostra que o clima planetário segue uma dinâmica natural, com alternância de ciclos de resfriamento e aquecimento, sem interferência da ação humana.

Juntando aos argumentos científicos uma boa dose de ironia, própria a acrescentar um pouco de sal à polêmica, o Prof. Gustavo Baptista esclarece como as oscilações naturais da atividade solar, dos oceanos, dos vulcões e de outros elementos interferem no comportamento da temperatura global. Junto com outros cientistas brasileiros, contesta o propalado aquecimento global, veiculado sem base científica suficiente por políticos e pela mídia, e até por certo número de cientistas, os quais exageram e distorcem o papel da ação humana, criando um verdadeiro "terrorismo climático".



Com o objetivo de transmitir aos leitores opiniões abalizadas, divergentes da posição de organismos da ONU ou da mídia em geral, reproduzimos a seguir trechos de entrevista do Prof. Gustavo Baptista, que é Professor Adjunto do Instituto de Geociências da Universidade de Brasília (UnB). Possui graduação e bacharelado em Geografia pela UnB (1994), mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos (1997) e doutorado em Geologia pela mesma universidade (2001). Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Sensoriamento Remoto e em Avaliação de Riscos e Impactos Ambientais.

12 – As mudanças climáticas não dependem do homem

Acredito em mudanças climáticas, sim, e que estamos entrando numa nova fase de resfriamento global, devido à baixa atividade solar observada até agora no ciclo 24 e prevista pelos ciclos de Gleisberg, além da nova fase fria da oscilação decadal do Pacífico. O que eu não acredito é que o homem seja o responsável pelo clima global. Localmente, é outra história!

Os oceanos, juntamente com a atividade solar, são os principais controladores do clima global. Eu incluiria a importância dos vulcões, pois as cinzas que eles lançam ao ar bloqueiam a entrada de radiação solar e têm sua parcela de participação no clima global. O vulcão do monte Pinatubo, nas Filipinas, foi responsável por uma redução de 0,5°C na temperatura global durante três anos. Comparativamente, o aquecimento dos últimos 100 anos foi da ordem de 0,7°C. Recentemente, a erupção do vulcão Eyjafjallajoekull, na Islândia, foi responsável pelo caos no sistema aéreo europeu, mas também pela primavera mais fria e chuvosa dos últimos anos em Portugal. Por aí se vê os vulcões têm sua parcela de responsabilidade no clima global.

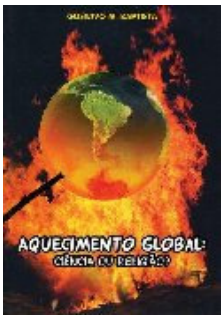
13 – O tempo pode ser instável, mas o clima é estável

Tempo é o estado momentâneo da atmosfera numa dada localidade. Ele é altamente variável. Compareci em maio a um seminário de Geografia Física em Portugal. No dia em que chegamos, pela manhã estava muito frio; logo em seguida, próximo ao almoço, começou a chover; depois estiou e esquentou; e no fim do dia voltaram o frio e a garoa. Em um único dia experimentamos diversos estados da atmosfera (tempo), e ainda essa chuva atípica como resultado do vulcão Eyjafjallajoekull. Dessa parte da ciência, quem trata são os meteorologistas.

Já o clima é definido como a média dos elementos climáticos (temperatura, chuva, ventos, radiação solar, etc) durante um período de pelo menos 30 anos. Portanto o clima diz respeito a uma

série histórica, e os responsáveis por essa área somos nós, os geógrafos. Tenho um conhecido que estudou no seu doutorado, durante dois anos, o comportamento hídrico de uma encosta na Escócia. Ele teve uma sorte danada, pois o primeiro ano foi o mais seco da década, e o seguinte o mais chuvoso, e para ele entender como se comporta a água nessa encosta, nada melhor do que os extremos. No entanto, ele não pôde caracterizar o clima daquela encosta com dois anos apenas.

14 – Energia alternativa para quem não tem alternativa



No último capítulo do meu livro *Aquecimento Global: ciência ou religião?* (Editora Hinterlândia, 2009, 188 pp), faço uma consideração sobre as fontes alternativas e digo que "as soluções encontradas para minimizar os efeitos do aquecimento global apoiam-se conceitualmente numa corrente chamada de modernização ecológica, que se baseia na internalização das preocupações com questões ambientais por parte de instituições políticas, que visam conciliá-las com o crescimento econômico. Isso é possível por meio da adoção de tecnologias ditas "limpas". Mas elas normalmente são caras e inacessíveis aos pobres. Uma coisa é a Alemanha reunificada adotar tecnologias ambientalmente corretas, outra coisa é Moçambique adotá-las.

Além disso, as tais fontes alternativas são pouco eficientes, e não suprem as demandas tal como o fazem as baseadas em combustíveis fósseis. Assisti a um documentário do *Channel 4* britânico, que mostrava, na zona interiorana da África, um hospital que tinha recebido de uma ONG ambientalista um gerador fotovoltaico de energia solar. E as pessoas viviam um impasse: ou ligavam a geladeira ou acendiam a luz, pois a energia gerada era insuficiente para as duas coisas. Isso é cruel. Uma coisa é optar por produtos ambientalmente corretos e poder pagar mais caro por eles, outra coisa é empurrar soluções tecnológicas caras que não resolvem o problema.

Conheço um projeto de biocombustíveis baseado em oleaginosas, que está sendo implantado no alto oeste potiguar e visa mitigar a pobreza, sendo financiado pela JICA. As famílias vão plantar o girassol, processar o óleo em uma cooperativa, e há um acordo com a Petrobrás para a compra do óleo. Ou seja, os indivíduos são inseridos numa cadeia produtiva fechada, que gera riqueza, minimiza a pobreza e dá dignidade aos participantes. Acho isso fantástico.

O Brasil sempre foi visto com bons olhos por ter fontes de energia renováveis, e por utilizar hidrelétricas na geração de energia. O ponto mais absurdo é que a neurose do aquecimento global antropogênico gerou o retorno à energia atômica. Considerar viável a energia nuclear é no mínimo complicado, devido aos resíduos gerados. Não podemos nos esquecer, por exemplo, dos estragos que causou a uma região inteira da cidade de Goiânia um gerador hospitalar de raios-x com césio-137 abandonado numa clínica. E Chernobyl é um exemplo clássico. Para mim, adotar essa política é andar para trás.

15 – As pessoas podem ser manipuladas pelo medo

O medo é sempre a melhor forma de se impor algo. De certo modo, isso tende a ser mais confortável, pois os questionamentos podem colocar contra a parede quem defende uma posição, principalmente se não está seguro de suas convicções ou ainda não estudou direito aquele ponto. Em minhas aulas é muito comum, quando toco no tema do aquecimento global, que estudantes exponham seu descontentamento com o assunto. Eu os respeito, pois são suas convicções. Se alguém pensa de modo diferente da minha posição, deve ter argumentos legítimos e acreditar neles. Não tento convencer as pessoas de que estou certo, mas mostro como penso e embaso com argumentos o que estou expondo. Discuto idéias, e não dogmas, e pode ser que me apresentem argumentos que me façam pensar sob outros pontos de vista. A ciência evolui assim, e o mais

emocionante na história da ciência é como os conceitos vão evoluindo e como as idéias vão avançando.

Surgiu no entanto uma classe que eu não consigo engolir: os indivíduos bio-desagradáveis ou eco-xiitas, como preferir. E com isso as discussões ambientais viraram debates sobre dogmas de fé, e quem contrariar as eco-verdades será condenado à fogueira. Não se discute ciência com essas pessoas. Mas essa nova inquisição, a do aquecimento global, seria incoerente enviando alguém para a fogueira, porque a lenha e o nosso corpo são feitos de carbono, e queimá-los liberará gases que vão incrementar o aquecimento global...

Aquecimento ou congelamento?

A revista "Time" de 31-1-1977 apresentou como título de capa "O grande congelamento", referindo-se a outro momento de transição entre períodos de resfriamento e aquecimento.

A mesma revista, em 3-4-2006, mudou o enfoque de 1977, com reportagem sobre o aquecimento global sob o título: "Fiquem preocupados. Muito preocupados".

(Fonte: Catolicismo, julho de 2010).

16 – Influência da ação humana sobre o clima

Outro renomado cientista brasileiro, o Prof. José Carlos Almeida de Azevedo, Doutor em Física pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), com a experiência e autoridade de ex-reitor da UnB, tratou os aspectos científicos da influência humana sobre o clima, em entrevista da qual transcrevemos alguns comentários.

17 – Enorme desproporção entre as forças humanas e as da natureza

Não há proporção entre a ação humana e a da natureza. O homem não tem possibilidade de mudar o clima, porque a ordem de grandeza é fantástica. Como se pode achar que o homem tenha influência sobre as forças da natureza, diante de tudo que está aí há milhões de anos? A natureza está aí dessa maneira, e deve continuar ainda do mesmo jeito por muitos milhões de anos.

Muita coisa influi no clima, e o homem tem que descobrir maneiras de conviver com a mudança do clima. As grandes migrações humanas ocorreram, em primeiro lugar, por causa do clima. Assim, as que ocorreram na Pérsia, na civilização acadiana (Mesopotâmia), as que ocorreram na meso-América. O clima mudou, a temperatura subiu não sei quantos graus, as águas foram embora, escoaram para outro lugar. E as populações mudaram e passaram a conviver com outro clima. Se não houvesse alterações no clima, todos nós ainda estaríamos morando na África. Toda a humanidade estaria vivendo lá, num continente que em grande parte é hoje um deserto.

Comecei a estudar o tema, e descobri uma série de incongruências e incoerências nessa questão. Essa é uma temática que está na ordem do dia, porque é incomensurável a desproporção entre o que estão gastando, ou o que desejam gastar, e aquilo que podem realizar. Imagine que, para conter o tal aumento da temperatura da Terra nos 2 graus (como foi anunciado na última reunião do G8), há estudos — efetuados, por exemplo, pelo Consenso de Copenhague — indicando que isso vai custar 13 trilhões de dólares! De onde sairá esse dinheiro?

18 – Não há base científica para afirmar o aquecimento global antropogênico

A Terra é um conjunto dinâmico. O CO_2 que estamos emitindo irá para algum lugar, porque não vai desaparecer. O desmatamento, os motores a combustão, as queimadas, a derrubada das árvores, tudo isso influi. O importante é saber em que proporção. Outra coisa é saber se isso é realmente importante, no sentido de que influenciará a vida na Terra caso continue ocorrendo.

Quanto aos níveis de CO_2 atuais, todos os levantamentos mostram que, no passado, eles foram muito superiores. O nível de carbono no ar chegou a 1.500 ou 2.000 partes por milhão (ppm). Atualmente está em torno de 380 ppm. Os alarmistas referem-se a dados que não conseguem comprovar. Por exemplo, dizem que o nível de CO_2 começou a crescer com o advento dos combustíveis fósseis, ou seja, da era industrial. Não é verdade. Nem os dados do nível de CO_2 no ar, no início da era industrial, são inteiramente conhecidos. Uns dizem que era 400 ppm, outros que era 160. O próprio IPCC diz isso.

Não há dados concretos sobre os níveis de dióxido de carbono no ar, que fundamentem uma decisão de ordem tal como a que é expressa nesta formulação: "Os países desenvolvidos devem cortar 20, 30, 40% dos combustíveis fósseis até o ano tal". Uma decisão assim irá quebrar a economia mundial. Quem irá sofrer? Os mais pobres, as nações africanas e as nações do mundo pobre, no qual se inclui a América Latina.

Usamos combustíveis fósseis mesmo, além deles não há quase nada. Dizem os alarmistas: "Existem as energias alternativas e as energias renováveis". Quais são as energias alternativas? O vento, a maré, o sol. O aproveitamento de todas essas energias somadas constitui hoje 5% do consumo de energia na Terra. Como é que vamos mudar toda uma matriz energética em 20 ou 30 anos, para satisfazer a interesses — escusos, a meu ver — de determinadas pessoas ou de certos grupos econômicos interessados em prejudicar o desenvolvimento de países mais pobres, e concomitantemente prejudicar os países mais ricos?

Eis o que está em jogo, e não há fundamentação científica nenhuma para isso. Não há nenhum trabalho científico para afirmar que, se o nível de CO_2 aumentar de tanto, vai acontecer isso e aquilo. Eles se baseiam em dois trabalhos, de Jean-Baptiste Fourrier e Svante Arrhenius. De quando são esses estudos? Dos anos 1830 até 1896! O trabalho de Fourrier é anterior ao conhecimento dos efeitos da radiação. Naquela época não se sabia nada a respeito dela.

19 – O efeito estufa, uma invenção não científica

Há alguma relação entre CO_2 e efeito estufa? São duas coisas diferentes. Primeiro, o nome efeito estufa é errado dos pontos de vista científico e técnico. Eles usaram essa denominação para chamar a atenção das pessoas, tentando estabelecer uma correlação entre o que se passa na atmosfera e o que ocorre dentro de uma redoma de vidro, onde se colocam plantas para mantê-las a uma determinada temperatura. Dentro da redoma de vidro existe o efeito estufa, que decorre do seguinte: a radiação solar entra e aquece o chão, aquece tudo o que existe lá dentro, e o calor não consegue sair. Não porque o vidro bloqueia a radiação, mas porque o ar foi aquecido. E se o ar não tem possibilidade de sair, ele fica aquecido lá dentro. O que sucede tem analogia com esses casos de crianças que morrem dentro de carros deixados ao sol com os vidros fechados. Aquilo vai se aquecendo gradativamente, mas o ar quente pode sair quando o vidro está aberto. Acontece que na atmosfera não existe o vidro, o ar é livre. Os alarmistas então levantaram a hipótese de que a radiação vai lá para cima e se reflete. Isso não tem nenhuma fundamentação científica.

O CO_2 influi? Sim, mas influi quanto? Os combustíveis fósseis emitem por ano 6 ou 7 bilhões de toneladas de CO_2. Cerca de quinze vezes menos do que os mares, que emitem 90 bilhões de toneladas. É uma desproporção fantástica entre uma coisa e outra. As plantas emitem uma quantidade quase igual.

20 – O nível dos mares não está subindo nem vai subir

Não existe nenhuma prova científica de que os níveis dos mares estão subindo, e que as geleiras estão acabando. Os alarmistas dizem que as geleiras estão derretendo, mas não informam que a época é de verão no Polo Norte. Como é que no verão as geleiras não vão derreter? Têm de derreter, sempre derreteram nessa estação. Os alarmistas dizem que **a Antártida** está derretendo. Não está. O gelo da Antártida está aumentando. E ele se dirige para onde? Para a península Antártica, aquele promontório que caminha na direção do sul do continente americano, onde há uma geleira que ocupa menos de 1% de todas as geleiras da Antártida! A geleira está derretendo, porque está escorregando para o mar. Ela só faz isso: aumenta de tamanho e escorrega para o mar, quebra e flutua.

Os "eco-alarmistas" divulgam que os mares estão subindo, ilhas estão desaparecendo. Nada disso é comprovado. Essas coisas todas, eles misturam para confundir o público. No Rio de Janeiro, uma pessoa vendeu seu apartamento na praia de Ipanema após ler matéria sobre o tema, onde disseram que o nível do mar subiria sete metros. Quem se beneficia com isso são alguns aproveitadores, que investem em crédito de carbono, painéis solares, energia eólica e todas essas coisas. Eles estão ganhando fortunas colossais.

Há uma decisão da Corte Superior da Inglaterra e Gales, que proibiu passar nas escolas o filme de Al Gore, ex-vice-presidente dos EUA, distribuído gratuitamente nos estabelecimentos de ensino para provocar essa comoção. A corte inglesa, entretanto, analisou o filme, encontrou 11 erros [científicos] e proibiu que ele fosse projetado sem se apontar esses erros. Na realidade os erros não são apenas 11, são 35. É uma peça hollywoodiana, não fornece nenhuma fundamentação científica. É tudo balela, efeitos especiais.

21 – Aproveitamento falseado dos relatórios do IPCC

O IPCC não realiza estudos científicos. Ele reúne estudos científicos relacionados com o clima, até bons estudos. Em tese, os *assessment reports* do IPCC (relatórios para assessorias, para os formuladores de políticas) são bons, porque fundamentados em estudos científicos sérios, elaborados por cientistas com competência para fazê-los. Aí é que começa um pouco da malandragem, pois com isso misturam tudo, e a partir de então as coisas mudam de rumo.

Em Manaus, na reunião da SBPC, o climatólogo Luiz Carlos Molion fundamentou cientificamente a tese de que as grandes mudanças do clima não ocorrem por ação humana. Mais importantes do que elas, por exemplo, são as oscilações térmicas do Oceano Pacífico. No fundo do Pacífico há vulcões. As quantidades maiores de vulcões que existem na Terra estão no fundo do mar. No sul, na Antártida, existem vulcões. Debaixo do gelo da Antártida existem rios, lagos.

Essas coisas foram descobertas recentemente por técnicas de radar e laser, mas não são divulgadas. Ficam dizendo que o nível do mar vai subir, que as ilhas vão desaparecer, que os habitantes das ilhas do Pacífico estão provocando uma grande migração para a Austrália e a Nova Zelândia. Não é verdade, todo mundo está no mesmo lugar. Ameaçam que, se não houver mudanças, as maçãs de Santa Catarina vão desaparecer. Se algum órgão público — o Ministério Público, a Ordem dos Advogados, alguma entidade que tenha representatividade — questionar qual a prova disso, eles não a apresentam.

22 – Desfazendo alguns espantalhos

Toda a vida na Terra depende do CO_2. Toda matéria orgânica possui carbono. O carbono existente apareceu por processos geológicos, ou está enterrado nas rochas e nos mares. As plantas absorvem o CO_2, e sem ele elas não crescem.

Existe alguma influência do desmatamento da Amazônia sobre o aquecimento global? Aparentemente nenhuma. Quanto à areia da Amazônia, ela vem do Saara, que já foi uma floresta e possuía rios caudalosos. O clima muda muito, e muda sempre. E continuará mudando sempre.

A geleira dos polos só faz duas coisas: aumentar e diminuir de tamanho. Na última grande era glacial havia gelo no mundo todo acima de 12° de latitude norte e sul. O Brasil era coberto pelo gelo, a África e toda a Europa também. No último grande período de frio, há 18 ou 20 mil anos (não era propriamente uma glaciação) havia gelo com espessura de dois quilômetros na Europa. Esse gelo derreteu, desapareceu.

As rochas explodiram e formaram-se aqueles fiordes da Noruega. Abriram-se aqueles vales imensos nas montanhas de rochas. A água infiltrou-se, congelou e explodiu a rocha. Está tudo lá, e pode ser comprovado. Isso sempre ocorreu e sempre ocorrerá, não tem nada a ver com poluição e desmatamento. O desmatamento é prejudicial, e a poluição é mais um problema de educação do que climático.

23 – As previsões climáticas de supercomputadores são lixo

Os governos, em particular o nosso, investem muito em equipamentos, em supercomputadores, para fazer essas projeções climáticas que não valem absolutamente nada. Nesses supercomputadores tira-se o resultado que se quiser. O computador é lixo para dentro e lixo para fora. O que se coloca no computador, para ele processar, é processado. Se eu colocar que o nível de CO_2 no ar hoje é 20%, e perguntar qual será daqui a tantos anos, roda aquela parafernália toda, com um custo fantástico, e resulta uma produção de falsos trabalhos científicos, hipóteses pseudo-científicas que não têm nenhuma importância.

É uma coisa curiosa, mas os meteorologistas competentes e dedicados trabalham no dia-a-dia, fazem as projeções ou previsões para uma semana, no máximo para dez a 15 dias. Esse pessoal do IPCC, que cuida de projeções climáticas por computador, faz projeções para 20 ou 100 anos futuros. Daqui a 100 anos ninguém mais vai conferir o nível dos mares...

A indagação concreta é a seguinte: Existe alguma prova científica que relacione a ação humana com a mudança do clima? Resposta: Não há nenhuma. Poderá haver no futuro? Julgo muito difícil que isso ocorra, porque esse é um sistema incrivelmente complexo, e não há tratamento matemático e científico capaz de ser processado com um mínimo de segurança, que permita fazer afirmações dessa natureza. Em minha opinião, para terminar com o aquecimento global tal como ele existe, basta desligar a eletricidade desses computadores. Não é uma ironia, é uma afirmação que faço até com alguma responsabilidade científica.

(Fonte: Catolicismo, setembro de 2009)

Capítulo III

Contestação científica ruidosa às hipóteses ambientalistas

Do que até agora vimos, pode-se afirmar que não há acordo entre os cientistas sobre inúmeros pontos da propaganda ambientalista como ela é divulgada em todo o mundo. Muito simplificadamente, pode-se dizer que as correntes favoráveis às afirmações ambientalistas são ferrenhamente favoráveis, sustentando seus pontos de vista com todas as armas e por todos os meios. Os cientistas contrários à agenda ambientalista, conhecidos como **céticos**, apontam erros científicos nos trabalhos e conclusões do outro lado, e até mesmo fraudes, acusando-os de sectários, **catastrofistas** e mal intencionados. Faremos a seguir uma síntese dos principais argumentos de ambas as correntes.

1 – O efeito estufa, execrado pelos catastrofistas

As pesquisas que os catastrofistas divulgam indicam o século XX como o mais quente dos últimos 500 anos, em decorrência do efeito estufa. Entre as causas principais desse efeito estufa, eles apontam:

• Desenvolvimento agropecuário baseado no crescimento da área utilizada, que se obtém por meio da derrubada e queimada de florestas naturais responsáveis pela regulação da temperatura, dos ventos e do nível de chuvas em diversas regiões.

• Desenvolvimento industrial e hábitos de consumo responsáveis por lançar na atmosfera grande quantidade de gases poluentes, principalmente nos grandes centros urbanos. Tais gases resultam principalmente da queima de combustíveis fósseis (óleo diesel e gasolina). O dióxido de carbono (CO_2, ou gás carbônico) e o monóxido de carbono (CO) ficam concentrados em determinadas regiões da atmosfera, formando uma camada que bloqueia a dissipação do calor. Funciona assim como isolante térmico, retendo o calor nas camadas mais baixas da atmosfera e provocando o aquecimento do planeta.

As consequências desse aquecimento global seriam inúmeras:

• Derretimento das calotas polares e aumento do nível dos mares. Como resultado, muitas cidades litorâneas poderão desaparecer do mapa.

• Muitos ecossistemas poderão ser atingidos, extinguindo espécies vegetais e animais.

• Tufões, furacões, maremotos e enchentes poderão ocorrer com mais intensidade.

• Redução da quantidade de alimentos, provocada pela queda na produção agrícola de vários países.

• Poderia ocasionar desvio do curso de correntes marítimas, ocasionando a extinção de vários animais marinhos e a diminuição da quantidade de peixes para alimentação humana.

2 – Cientistas céticos contestam os ambientalistas catastrofistas

Em resumo, os ambientalistas realistas ou céticos contestam os catastrofistas com base nos seguintes argumentos:

• Os modelos matemáticos, correntemente utilizados para simular situações climáticas futuras, possuem sérias imperfeições que os inabilitam para realizar previsões confiáveis.

• A base de dados que indicaria a existência de um aquecimento global tem sido desacreditada e contraditada por muitos especialistas de reconhecida idoneidade.

• Informações altamente categorizadas, obtidas por meio de satélites, mostram que o aumento de temperatura nos últimos vinte anos do século XX foi muito menor que o citado pelos

cientistas catastrofistas. E na primeira década do século XXI ocorreu uma queda significativa nesse aumento.

• As atuais concentrações de CO_2 estão entre as mais baixas da história geológica da Terra; além disso, maiores concentrações de CO_2 e temperaturas mais altas seriam benéficas para a humanidade.

3 – Base científica dos ambientalistas céticos

Das considerações desenvolvidas neste capítulo, concluímos que a hipótese do **aquecimento global –** o qual, segundo seus defensores, provocaria sérios prejuízos à humanidade – constitui uma teoria seriamente posta em dúvida. Mais ainda, pode-se afirmar que ela vem sendo questionada, e mesmo negada, pelos mais importantes centros científicos do mundo. Estas e outras informações aparecem na carta aberta dirigida em dezembro de 2007 ao Secretário Geral da ONU, por 100 cientistas de reconhecido saber, oriundos de mais de 19 nações.[ii]

Um grupo muito amplo de cientistas coloca-se em posição antagônica à dos catastrofistas, mostrando que suas previsões carecem de base científica séria. Alegam o mau uso de seus dados, além de erros nas inferências estatísticas.[iii]

Na **Declaração de Leipzig**, ao ressaltar os aspectos negativos da política de imposição de cotas e taxas aos países industrializados, os realistas condenaram, por exemplo, o *Protocolo de Kyoto*. Alertaram também para a política ambiental da Convenção das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (IPCC), acusando-a de pregar teorias científicas precipitadas e usar modelos computacionais imperfeitos, carentes de bases sólidas para caracterizar uma catástrofe global consequente à mudança climática.[iv]

A Petição de Oregon, publicada em 1999 – inicialmente pelo Oregon Institute of Science and Medicine (OISM), da Universidade de Oregon, e assinada hoje por mais de 30.000 cientistas americanos, dentre os quais mais de 9.000 PhDs – teve grande influência na decisão negativa do governo dos EUA quanto ao *Protocolo de Kyoto*. Ela aconselhou "o governo dos Estados Unidos a rejeitar o acordo sobre o aquecimento global, redigido em Kyoto (Japão) em dezembro de 1997, bem como quaisquer outras propostas semelhantes. Os limites propostos para as emissões de gases de efeito estufa prejudicariam o ambiente, dificultariam o avanço da ciência e da tecnologia, e contribuiriam para a deterioração da saúde e do bem-estar da humanidade. Afirma textualmente:

"Não há nenhuma prova científica convincente de que as emissões humanas de dióxido de carbono, metano ou outros gases de efeito estufa estejam causando ou venham a causar no futuro um aquecimento catastrófico da atmosfera, ou uma perturbação no clima da Terra. Além disso, há substancial evidência científica de que um aumento do dióxido de carbono atmosférico produz efeitos benéficos ao ambiente natural, favorecendo as plantas e os animais da Terra".

Outra instituição que se tem destacado no combate às posições dos ecologistas catastrofistas é o **Instituto Heartland**, fundado em Chicago em 1984.[v]

O Apelo de Heidelberg foi lançado no Rio de Janeiro durante a Eco-92. Na ocasião, 425 cientistas o assinaram. Mais recentemente alcançou 4.000 assinaturas, incluindo as de 72 ganhadores do Prêmio Nobel. Contestando atitudes irracionais de alguns meios, os subscritores do apelo afirmam:

"Estamos preocupados, neste limiar do Século XXI, com o surgimento de uma ideologia irracional que se opõe ao progresso científico e industrial e se manifesta contrária ao desenvolvimento econômico e social. Afirmamos que não existe o estado natural, algumas vezes idealizado por movimentos com tendências a ficar olhando para o passado; e provavelmente ele nunca existiu, desde a aparição do homem na biosfera, dado que a humanidade sempre progrediu explorando de forma crescente a natureza para satisfazer às suas necessidades, e não o contrário. Subscrevemos inteiramente os objetivos da ecologia científica, para um universo cujos recursos

devem ser guardados, monitorados e preservados. Mas pedimos que os mesmos se baseiem em critérios científicos, e não em preconceitos irracionais".

Mais adiante, alertam sobre um assunto que nos diz respeito diretamente, e que será útil lembrar quando analisarmos a situação do Brasil na Parte II deste texto:

"Queremos precaver as autoridades responsáveis pelos destinos da humanidade, contra decisões que estão apoiadas em argumentos pseudocientíficos ou falsos, e em dados irrelevantes. Chamamos a atenção de todos para a absoluta necessidade de ajudar os **países pobres** a atingir um nível sustentável de desenvolvimento e **evitar seu engessamento por uma rede de obrigações irreais, que podem comprometer sua independência e sua liberdade"**.

Capítulo IV

A ciência mundial recusa o ambientalismo ideológico

O Prof. Ivar Giaever é dos cientistas mais proeminentes citados no *Minority Report 2007* da Comissão do Meio Ambiente e Obras Públicas do Senado dos EUA (atualizado em 2009). É professor emérito do Rensselaer Polytechnic Institute, em Troy, Nova York, e da Universidade de Oslo, ganhador do Prêmio Nobel de Física de 1973. Figura entre os 400 "cientistas dissidentes", que denunciaram em manifesto o mito do "aquecimento global" (o número desses cientistas discordantes do mito já subiu para 700). Foi também um dos mais de cem signatários da carta de 30 de março de 2009 ao presidente Barack Obama, criticando sua postura ante o aquecimento global.

O Prof. Giaever afirma que "aquecimento global" e "mazelas do desmatamento" vêm se transformando em "dogmas" da ecologia radical: "O aquecimento global tornou-se uma nova religião". Frequentemente se ouve falar do grande número de cientistas que apoiam essa nova religião, mas ele afirma que o número não importa, o que importa é saber se os cientistas estão corretos. E acrescenta que não se verificaram muitas profecias catastrofistas, como a chuva ácida de 30 anos atrás, o buraco de ozônio de há 10 anos, e o desmatamento. Na verdade ninguém sabe no que consiste o efeito real da atividade humana sobre a temperatura global.

Em 2007, a *American Physical Society* (APS) adotou uma posição oficial segundo a qual as atividades humanas estão mudando o clima da Terra: "As evidências são incontestáveis: O aquecimento global está ocorrendo. Se não forem empreendidas ações mitigadoras, provavelmente acontecerão rupturas significativas nos sistemas físicos e ecológicos da Terra, nos sistemas sociais, atingindo a segurança e a saúde humana. Precisamos reduzir as emissões de gases de efeito estufa a partir de agora". O Prof. Giaever enviou um e-mail para Kate Kirby, chefe da APS, explicando que "não compartilhava com tal declaração", porquanto a temperatura global continua "surpreendentemente estável": "A alegação de que a temperatura da Terra passou de 288,0 para 288,8 graus Kelvin [de 15° para 15,8°C] em cerca de 150 anos, se for verdade, significa que a temperatura tem sido surpreendentemente estável, e a saúde humana e a felicidade melhoraram indiscutivelmente neste período de aquecimento". Denunciou que na APS podem ser discutidos todos os temas científicos, menos um que é tabu, portanto intocável. E indaga: "O aquecimento global deve ser tratado como evidência indiscutível?".

Em 13 de setembro de 2011, o Prof. Giaever renunciou à APS como forma de condenar a posição oficial da associação sobre o aquecimento global. A contestação de muitos outros ao aquecimento global e seus adeptos vai muito além. Citemos, por exemplo, o meteorologista William Gray, pioneiro em furacões: "O aquecimento global é uma farsa! Dentro de 15-20 anos, nós vamos olhar para trás e ver que era uma farsa".

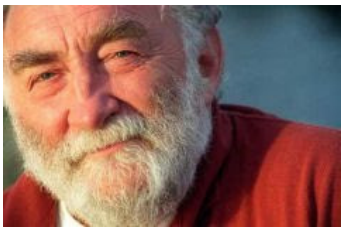
O Prof. Ivar Giaever e o meteorologista William Gray não são as únicas vozes discordantes do que se afirma sobre o aquecimento global: "Não há evidência científica convincente de que a liberação humana de dióxido de carbono, metano ou outros gases-estufa está causando, ou será causa num futuro próximo, de aquecimento catastrófico da atmosfera da Terra e desestabilização do clima da Terra". A afirmação é categórica, e foi assinada por nada menos que **31.478 cientistas norte-americanos** e incluída como anexo do relatório *Climate Change Reconsidered: The 2009 Report of the Nongovernmental International Panel on Climate Change* (NIPCC) – (Painel Não-Governamental Internacional sobre Mudanças Climáticas). Nas suas 868 páginas, conta com 35 colaboradores e revisores de 14 países. Trata-se da mais abrangente e objetiva compilação já publicada, da ciência sobre as mudanças climáticas. Esse relatório vai além, pois denuncia que a mídia em geral esconde essas opiniões discordantes do painel governamental da ONU.

Para que o leitor possa avaliar a grande fraude que está sendo cometida, imposta à opinião pública em nome do **dogma ambientalista**, transcrevemos a seguir algumas declarações abalizadas de personalidades do mundo científico, que foram compiladas pelo blog ***Verde: a nova cor do comunismo***.

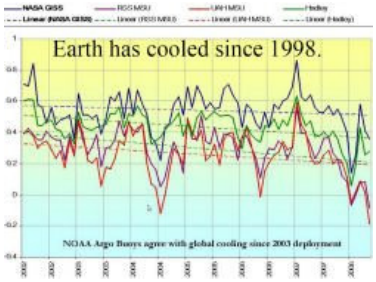
1 – Não existe comprovação científica do aquecimento global

Dr. Jarl R. Ahlbeck, engenheiro químico na Universidade Abo Akademi da Finlândia:
"Até agora, as medições do mundo real não dão base para se preocupar com um aquecimento catastrófico futuro".

Bob Carter, professor de geologia na Universidade James Cook, Austrália:
"Ao longo dos últimos anos, vêm sendo registrados sinais climáticos mais frios do que o habitual em todo o mundo, levando muitos cientistas a questionar a moda, já muito desatualizada, do alarmismo com o aquecimento global".



Prof. David Bellamy, naturalista:
"O aquecimento global — pelo menos na última visão de pesadelo moderno — é um mito. Estou certo disso, e também pensa assim um crescente número de cientistas. Mas o que é verdadeiramente preocupante é que os políticos e responsáveis pelas decisões políticas não pensam assim".



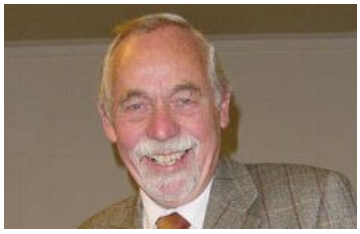
Richard Keen, climatologista do Department of Atmospheric and Oceanic Sciences, Colorado University:
"A Terra vem se esfriando desde 1998, em desafio às predições do IPCC da ONU. A temperatura global, em 2007, foi a mais fria numa década e a mais fria do milênio. Talvez seja por isso que o "aquecimento global" passou a ser chamado de "mudança climática".

Luiz Carlos Baldicero Molion, Prof. de Meteorologia da Universidade Federal de Alagoas:
"Quando digo que muito provavelmente estamos num processo de resfriamento, eu o faço com base em dados. Inventaram a história de que os CFCs estavam destruindo a camada de ozônio, e a fórmula é a mesma agora: um terrorismo climático, como o desse aquecimento global".

Dr. Harrison 'Jack' Schmitt, geólogo e ex-astronauta:
"É ridículo falar de 'consenso' em torno da ideia de que os humanos estão causando um 'aquecimento global', quando a experiência, os dados geológicos, a história e o atual esfriamento apontam no sentido oposto. 'Consenso' quer dizer apenas que não há um conhecimento definitivo. O susto com o aquecimento global está sendo usado como instrumento para o controle governamental da vida, da renda e da tomada de decisões dos cidadãos americanos".

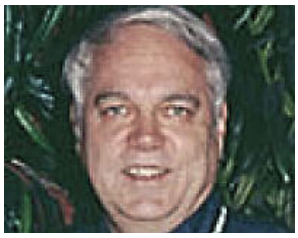
Prof. John Christy, Departamento de Ciências Atmosféricas da Universidade de Alabama:
"Ouço dizer frequentemente que há um consenso de milhares de cientistas sobre o problema do aquecimento global, e que o homem está em via de provocar uma mudança catastrófica no sistema climático. Como cientista, da mesma forma que muitos outros, penso que isso absolutamente não é verdadeiro".

Stanley B. Goldenberg, especialista em furacões da National Oceanic and Atmospheric Administration:
"Há uma mentira ovante, que está sendo espalhada pela mídia, e que faz acreditar que só uma franja de cientistas não acredita no aquecimento global provocado pelo homem".



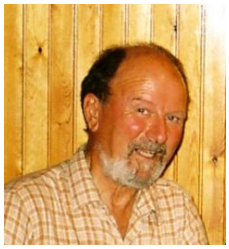
Friedrich-Karl Ewert, geólogo, na convenção da ONU sobre mudança climática em Bonn, 07.09.10:
"O serviço de climatologia alemão possui medições que remontam a 1701. Nelas lêem-se quase as mesmas tendências para o resfriamento ou para o aquecimento. Do ponto de vista da temperatura global, a mudança é tão pequena que pode ser mais bem descrita como estabilidade das temperaturas. Contrariamente aos cenários dos modelos computacionais, o CO_2 antropogênico é vazio de significados, porque sua influência não é reconhecível".

Dr. Will Happer, professor de Física na Universidade de Princeton:
"Estou convencido de que o alarme corrente pelo CO_2 está errado. Os temores de um aquecimento global antrópico estão desprovidos de garantias e não estão baseados em boa ciência".



Dr. Arthur Douglas, ex-presidente do Atmospheric Sciences Department da Universidade de Creighton:
"Qualquer que seja o clima, não está sendo causado pelo aquecimento global. Se se pode afirmar que algo está acontecendo, é que talvez esteja começando um período de resfriamento".

Prof. José Joaquim Delgado Domingos, do Instituto Superior Técnico, Lisboa:
"Atualmente, nenhuma das bases de dados de referência mostra aumento global da temperatura terrestre desde 1998, ou da camada superior dos oceanos".



Prof David S. Gee, professor emérito de Ciências da Terra, Universidade de Uppsala, Suécia:
"Durante mais quantos anos o planeta deverá ainda esfriar, para que comecemos a ouvir que o planeta não está aquecendo? Durante mais quantos anos deverá continuar o atual esfriamento?".

Dr. Denis Rancourt, ex-professor da Universidade de Ottawa, abandona o alarmismo climático:
O movimento da mudança climática antropogênica não é mais do que um "fenômeno social corrupto. É mais bem um fenômeno psicológico social, e nada mais do que isso".

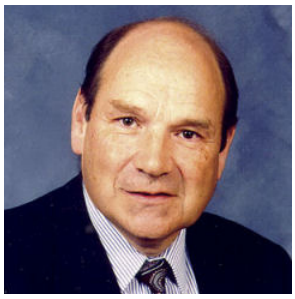
Philip K. Chapman, geofísico, engenheiro astronáutico, ex-astronauta, físico do MIT:
"Todos esses que exigem inverter a curva do aquecimento global com urgência precisam desligar o pisca-pisca e apresentar algum pensamento sobre o que deveríamos fazer se, em lugar do aquecimento global, estivéssemos enfrentando um esfriamento global".

2 – O efeito estufa não foi cientificamente comprovado

Dr. Takeda Kunihiko, vice-reitor do Instituto de Ciências e Tecnologia, Univ. de Chubu, Japão:
"As emissões de CO_2 não causam absolutamente nenhum problema. Qualquer cientista sabe isso, mas não lhe pagam para dizê-lo [a alguns, pagam para dizer o contrário!]. O aquecimento global, como veículo político, mantém os europeus sentados em seus carros, e os de países em desenvolvimento a andarem descalços".

Dr. Miklós Zágoni, especialista em aquecimento global, que abandonou a defesa do Protocolo de Kyoto:
"O instrumento regulador da natureza é o vapor de água: mais CO_2 diminui a umidade no ar, mantendo a proporção geral dos 'gases estufa' nas condições de equilíbrio necessárias".

Geoffrey G. Duffy, professor da Universidade de Auckland, Nova Zelândia:
"Ainda que o nível do CO_2 dobrasse ou triplicasse, isso virtualmente teria pouco impacto, posto que o vapor de água e a água condensada em partículas nas nuvens dominam a cena em todo o mundo, e assim será sempre".



Timothy Ball, ex-professor de climatologia da Universidade de Winnipeg, Canadá:
"O CO_2 não é um gás poluente. Na verdade ele tem consequências positivas. Quanto maior sua concentração na atmosfera, maior o crescimento das plantas. A atividade do Sol é o principal fator que afeta o clima no planeta, mas quase não é mencionada. Os especialistas têm medo de falar, são acusados de receber dinheiro da indústria do petróleo. Eu mesmo já fui alvo de ataques pessoais".

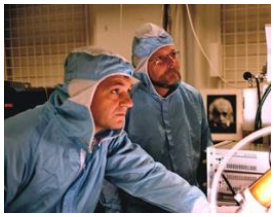
Dr. Guy LeBlanc Smith, ex-chefe de pesquisas da CSIRO, Austrália:
"Ainda estou para ver uma prova crível de que o CO_2 está provocando a mudança climática, ou que só o CO_2 feito pelo homem a está provocando. Faltam dados atmosféricos, e os dados dos núcleos de gelo recusam essa hipótese. Quando é que acordaremos coletivamente dessa ilusão enganosa?".

Prof. Andrei Kapitsa, Universidade de Moscou, pioneiro na descoberta do lago sub-glacial Vostok:
"Os teorizadores de Kyoto puseram o carro na frente dos bois. É o aquecimento global que eleva os níveis de CO_2 na atmosfera, e não o contrário".

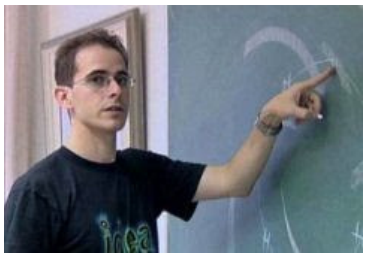
Dr. Habibullo Abdussamatov, chefe de pesquisas espaciais do Observatório Pulkovo de São Petersburgo:
"Os alarmistas do aquecimento global confundiram causa e efeito. Na medida em que a radiação solar aquece a Terra, CO_2 é liberado na atmosfera pelos oceanos do mundo".

Geólogo Anderson C.R. Soares, em *Aquecimento Global - Realidade e Fantasia*:
"A política dos chamados ambientalistas, desconhecedores da Geologia, é na verdade uma política de suicídio coletivo. Geologicamente falando, as emissões de CO_2 não constituem problema, mas uma solução para uma vida melhor aqui na Terra".

Henrik Svensmark, diretor do Centro para Pesquisas do Clima Solar, Centro Espacial da Dinamarca:
"Aqueles que acham absolutamente certo que o aumento da temperatura deve-se exclusivamente ao CO_2 não têm justificação científica. É pura conjetura".



Yuri A. Izrael, vice-presidente do IPCC:
“Não há prova de uma relação entre a atividade humana e o aquecimento global”.



Prof. Nir Shaviv, Instituto de Física Racah da Universidade Hebréia de Jerusalém:
“Não há evidências diretas que liguem o aquecimento global no século XX com gases estufa antropogênicos”.

Prof. Ian Clark, Departamento das Ciências da Terra, Universidade de Ottawa:
“Não podemos dizer que o CO_2 vá dirigir as mudanças climáticas, e certamente nunca o fez no passado”.

Robert Essenhigh, PhD, Professor de Engenharia Mecânica da Ohio State University:
“Certamente podemos tentar o controle e paralisação da produção do dióxido de carbono, mas isto parece ter um custo entre altíssimo e catastrófico. E com qual finalidade, se ela não é problema? Eu não estou sozinho nesta posição, mas muitos que estão no poder não querem ouvir. Então, isto é ciência? Ou é apenas política?”.

Prof. Henrik Svensmark, Universidade Técnica de Copenhague, Dinamarca:
“Na verdade o aquecimento global parou e está começando um resfriamento. Nenhum modelo de clima previu esse resfriamento da Terra, muito pelo contrário. Isto significa que as projeções de clima futuro não são dignas de confiança”.

Don J. Easterbrook, geólogo na Universidade de Washington Ocidental, Bellingham, EUA:
“Uma análise das tendências de aquecimento e arrefecimento ao longo dos últimos 400 anos mostra uma ‘correlação quase exata’ entre todas as alterações climáticas conhecidas do período e a transmissão de energia solar à Terra; e ao mesmo tempo, que não tiveram nenhuma relação com o CO_2”.

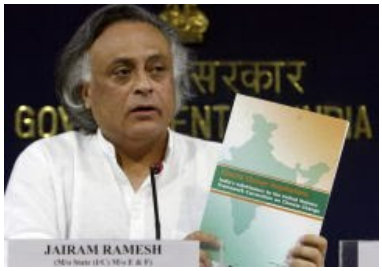
Prof. Patrick Michaels, Departamento de Ciências Ambientais da Universidade de Virginia:
"Quem diz que o CO_2 é o responsável pela maior parte do aquecimento do século XX não viu as cifras mais elementares".

Prof. Tom Victor Segalstad, chefe do Museu de Geologia do Museu de Ciências Naturais da Universidade de Oslo, Noruega:
"A procura de um mítico naufrágio em CO_2, para explicar um incomensurável tempo de existência do CO_2, para caber num hipotético modelo de computador do CO_2, é o que leva a mostrar que a queima de uma quantidade impossível de combustível fóssil está esquentando a atmosfera".

Dr. Patrick Frank, químico, autor de mais de 50 artigos científicos:
"Não há base científica garantida para afirmar que o aquecimento é causado por gases-estufa produzidos pelo homem, porque a teoria física atual é extremamente inadequada para definir qualquer causa que seja".

3 – Pontos específicos que os cientistas também contestam

Harry Flaherty, chefe do Nunavut Wildlife Management Board, Canadá:
"Nós não estamos vendo efeitos negativos sobre a população de ursos polares, que sejam provocados pela chamada "mudança climática" ou pela contração do gelo. Os ursos polares são muito espertos, adaptaram-se às mudanças climáticas durante muitos milhares de anos. Quando ouvimos falar que os ursos polares estão em via de extinção, sorrimos para nós mesmos".



Jairam Ramesh, ministro do Meio Ambiente da Índia, em "The Guardian", 9.11.09:
"Não há evidência científica conclusiva para relacionar o aquecimento global com o que está acontecendo nos glaciares do Himalaia". O ministro acrescentou que alguns glaciares estão diminuindo, num nível "historicamente não alarmante", e contradisse o relatório do IPCC de 2007, segundo o qual eles "poderiam desaparecer completamente pelo ano 2035, se não antes".

Gilberto Câmara, diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe):
"Esse número de 20% [das emissões de CO_2 do planeta por conta do desmatamento], divulgado pelo G8, é um número 'chutado' que está rodando pelo mundo. E a ciência brasileira até agora não se deu ao trabalho de checar esse dado. O G8 deve estar equivocado e ter-se baseado em dados fracos".

Prof. Nils Axel Mörner, ex-presidente da Comissão Internacional para as Mudanças do Nível do Mar:
"O nível do mar não está crescendo, e não cresceu nada nos últimos 50 anos".

Prof. Philip Stott, do Departamento de Biogeografia da Universidade de Londres:
"A visão atual nos apresenta o aquecimento trazendo consequências apocalípticas. Porém, cada vez que a gente analisa o aquecimento climático medieval, ele nos aparece associado à riqueza. Por toda parte, na cidade de Londres, há pequenos vestígios das vinhas que cresciam durante o período quente medieval. Foi uma era maravilhosamente rica, de grande prosperidade".

4 – Distorções ou fraudes nos relatórios do IPCC

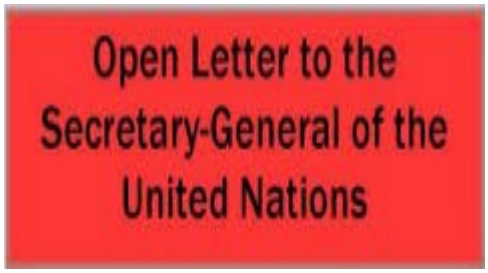
James Peden, físico da atmosfera, trabalhou no Space Research and Coordination Center de Pittsburg:
"Os modelos climáticos não pertencem à ciência, trata-se de brinquedos de montar computadorizados, com os quais a gente pode construir o que bem entende".

Dr. John Theon, ex-chefe do Programa de Pesquisas Climáticas da NASA:
"Não se justifica racionalmente utilizar os modelos de previsão climática na hora de definir as políticas públicas".

Hajo Smit, meteorologista holandês, ex-membro do Comitê Holandês junto ao IPCC:
"Al Gore incitou-me a realizar uma investigação científica profunda, e isso me levou rápida e solidamente para o campo dos céticos. Os modelos climáticos, na melhor das hipóteses, podem servir para explicar as alterações climáticas depois que elas tenham sucedido".

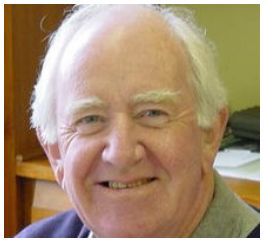
John Zyrkowski, presidente de Lean Techniques, LLC:
Zyrkowski escreveu o livro "*É o sol, e não seu 4x4. O CO_2 não vai destruir a terra*", onde afirma que os relatórios do IPCC estão irremediavelmente distorcidos.

Victor M. Velasco Herrera, pesquisador do Instituto de Geofísica da Universidade Autônoma do México:
"Os modelos e previsões do IPCC da ONU não são corretos, porque só se baseiam em modelos matemáticos e apresentam resultados e cenários que não incluem, por exemplo, a atividade solar".



Carta aberta de 100 cientistas ao secretário-geral da ONU, 14-12-2007:
"É impossível deter as alterações climáticas. O IPCC tem publicado conclusões cada vez mais alarmistas sobre a influência climática do CO_2 de origem humana, um gás não poluente que é essencial à fotossíntese. As conclusões do IPCC são absolutamente injustificadas. É fútil tentar impedir o clima de se alterar".

Kelvin Kemm, físico nuclear sul-africano e diretor de Stratek Business:
"A conferência do clima de Copenhague continuará a suprimir a verdade científica, e tentando travar o desenvolvimento econômico africano?".



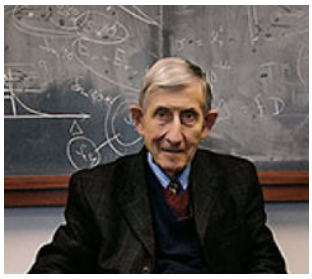
Dr. Philip Lloyd, físico nuclear sul-africano, um dos coordenadores do IPCC:
"O volume de CO_2 que nós produzimos é insignificante, em termos de circulação natural entre ar, água e solo. Estou preparando um circunstanciado estudo sobre os relatórios do IPCC e dos Sumários para Responsáveis

Políticos, identificando o modo pelo qual esses sumários distorceram a ciência".

Prof Andrei Kapitsa, Universidade de Moscou, pioneiro na descoberta do lago sub-glacial Vostok:
"Grande número de documentos críticos submetidos à Conferência da ONU de 1995 em Madri sumiu sem deixar rastro. Resultado: só ficou um lado, a discussão sofreu um pesado viés e a ONU declarou que o aquecimento global era um fato científico".

Dr. Arun Ahluwalia, geólogo da Universidade de Punjab, diretor do International Year of the Planet:
"Atualmente o IPCC virou um circuito fechado: não ouve os outros. Não tem abertura mental. Estou deveras surpreso pelo fato de o Prêmio Nobel da Paz ter sido outorgado a Al Gore e ao IPCC com base em conclusões cientificamente incorretas".

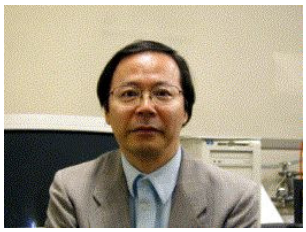
Prof. Claude Allègre, cientista, geólogo, e ex-ministro de Educação, Pesquisa e Tecnologia da França:
"As proclamações dos fanáticos dos gases estufa consistem em denunciar a parte do homem no clima sem fazer nada, salvo organizar conferências e preparar protocolos que viram letra morta".



Freeman Dyson, da US National Academy of Sciences e professor emérito de Física de Princeton:
"O mundo real é turvo, complicado e cheio de coisas que nós não entendemos ainda. É muito mais fácil para um cientista sentar-se num prédio com ar condicionado e fazer rodar modelos de computador, do que se vestir com roupas apropriadas e sair medindo o que realmente está acontecendo do lado de fora, nos pântanos e nas nuvens. É por isto que os peritos em modelos climáticos acabam acreditando nos seus próprios modelos".

Gerald Warner, colunista (The Telegraph, 26.11.2009):
"A este ritmo, Copenhague vai se transformar numa convenção de comédia, com o mundo real rindo desses mentirosos. Agora é a hora de montar a resistência maciça aos tiranetes e atingi-los onde dói: no bolso. Aprofundando o caso, pode haver em muitos países processos criminais das pessoas que falsificaram dados para obter financiamentos e impor restrições fiscais potencialmente desastrosas para o mundo, em decorrência de uma fraude maciça. Há um mundo novo lá fora, e como Al Gore deve ter notado, o clima é muito frio mesmo".

5 – O ambientalismo, campanha midiática baseada em farsa ou fraude



Dr. Kiminori Itoh, físico-químico ambientalista, membro do IPCC:
"Os temores espalhados sobre o aquecimento global constituem o pior escândalo científico da história. Quando o público perceber a verdade, vai se sentir decepcionado com a ciência e com os cientistas".

William Gray, meteorologista pioneiro em furacões (Ken Kayes Storm Center, 02-04-09):
"Eu já lhe disse cem vezes: o aquecimento global é uma farsa! Esse pânico vai fazer seu percurso. Dentro de 15 a 20 anos, nós vamos olhar para trás e ver que era uma farsa".

Martin Keeley, professor de Geologia do Petróleo no University College de Londres:
"O aquecimento global é, além do mais, uma fraude perpetrada por cientistas com interesses dissimulados, mas que têm necessidade urgente de fazer cursos de geologia, lógica e filosofia da ciência".

Prof. Paul Reiter, Instituto Pasteur, Paris:
"Nós achamos que vivemos numa era de razão, e o alarme pelo aquecimento global parece ciência; mas não é ciência, é propaganda".

Eduardo Tonni, chefe do Departamento de Paleontologia da Universidade de La Plata, Argentina:
"O alarmismo do aquecimento global tem a sua justificação no fato de que é algo que gera fundos [para pesquisa]. Lamentavelmente, trata-se de mais um produto de mercado".

Lord Monckton of Brenchley:
"Os verdes foram pegos com a mão na botija".

Dra. Joanne Simpson, cientista da [Física da] Atmosfera: "Desde que deixei de fazer parte de qualquer organização e de receber algum financiamento [para pesquisa], falo com toda a franqueza: como cientista, continuo cética".

6 – Ambientalismo, propaganda universal de uma seita neocomunista

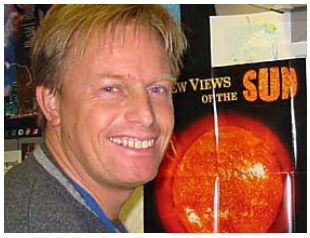
Lord Lawson of Blaby, ex-chanceler do Exchequer e ex-secretário de energia da Grã-Bretanha:
"A esquerda ficou fortemente desorientada pelo fracasso manifesto do socialismo, e mais ainda do comunismo como ele foi implantado. Em consequência, eles tiveram que encontrar outra via para canalizar seu anti-capitalismo".

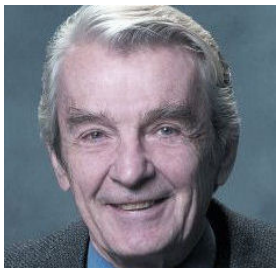
Patrick Moore, co-fundador do Greenpeace:
"A outra razão pela qual o extremismo ambiental surgiu foi o fracasso do comunismo mundial. O muro caiu, e um monte de pacifistas e ativistas políticos migrou para o movimento ambientalista, trazendo seu neo-marxismo consigo. Aprenderam a usar a "língua verde" de um jeito muito inteligente, para disfarçar programas que na verdade tinham mais a ver com anticapitalismo e antiglobalização do que com ecologia ou ciência".

Prof. Frederick Singer, ex-diretor do serviço de satélites meteorológicos dos EUA e revisor do IPCC:
"O CO_2 é claramente um gás industrial ligado ao crescimento econômico, ao transporte, ao carro, àquilo que nós chamamos de civilização. E há forças no movimento ecologista que são pura e simplesmente contra o crescimento econômico, que eles consideram intrinsecamente mau".

Prof. Philip Stott, do Departamento de Biogeografia da Universidade de Londres:
"O aquecimento global foi manipulado para legitimar uma série de mitos que existiam previamente: anti-automóvel, anti-crescimento, e por cima de tudo contra o grande satã, que são os Estados Unidos".

Dr. Pal Brekke, físico solar do Norwegian Space Centre em Ohio:
"Quem pretende que o debate está encerrado, e que as conclusões são definitivas, faz uma abordagem fundamentalmente anti-científica numa das questões mais nevrálgicas da nossa época".





Prof Ivar Giaever, Prêmio Nobel de Física 1973:
“Eu não acredito no aquecimento global. Ele transformou-se numa nova religião”.

Roger Pielke Jr, professor de Meio Ambiente, Univ. de Colorado-Boulder, sobre climas extremos de 2010:
“Nas questões relativas aos eventos climáticos extremos e à mudança climática, a ciência do IPCC tem um nível similar ao das interpretações de Nostradamus e dos calendários maias”.

Ian Plimer, professor de Geologia da Universidade de Adelaide, Austrália:
“O aquecimento global antrópico [ligado ao homem] é o maior, mais perigoso e mais ruinosamente caro golpe trapaceiro da história. É a nova religião para a população urbana que perdeu a fé no Cristianismo. O relatório do IPCC é sua Bíblia. Al Gore e Lord Stern são seus profetas”.

Harrison “Jack” Schmitt, ex-astronauta e geólogo da NASA:
“O ‘medo do aquecimento global’ está sendo usado como um instrumento político para aumentar o controle do governo sobre a vida dos americanos, suas rendas e tomadas de decisões”.

Prof. José Joaquim Delgado Domingos, do Instituto Superior Técnico, Lisboa:
“Tornar prioritário o combate às emissões de CO_2, invocando catástrofes climáticas sem fundamento científico convincente, é esquecer o contexto mais global. Uma das mais graves consequências deste reducionismo é a promoção de soluções altamente centralizadoras e perversas.

Dr. Evaristo Eduardo de Miranda, chefe-geral do Centro Nacional de Monitoramento por Satélite da Embrapa:
“Uma tendência perigosa é tratar o assunto de maneira apocalíptica. Só se prevêem coisas ruins com as mudanças climáticas. É preciso trazer outros pontos de vista. Por exemplo, o desaparecimento da calota polar vai gerar uma economia de combustível inacreditável, porque vai encurtar caminhos na navegação. É preciso lançar um pouco de racionalidade à questão, sobretudo quando se trata de hipótese inverificável. É curioso como os cientistas, senhores da razão e ateus, adotam nessa hora uma

linguagem totalmente religiosa. Eles falam de toda a teologia do fim dos tempos, das catástrofes, do homem vitimado e castigado com o dilúvio, como Noé".

Walter Cunningham, físico e ex-astronauta:
"A NASA deveria estar na linha de frente, colhendo provas científicas e desmontando a atual histeria do "aquecimento global antropogênico". Infelizmente, está virando mais uma agência que caiu na política do aquecimento global; ou, pior ainda, da ciência politizada".

Dr. João Corte-Real, catedrático em Meteorologia da Universidade de Évora:
"Não haverá qualquer catástrofe. E se estivermos, de fato, vivendo uma alteração climática em escala planetária, saberemos encontrar soluções para enfrentar essa situação. Falar em catástrofe não é científico, não é humano, é uma forma primitiva de apresentar as questões".

Dr. Vaclav Klaus, ex-Presidente da República Checa:
"Como uma pessoa que viveu sob o comunismo a maior parte de sua vida, eu me sinto obrigado a dizer que a maior ameaça à liberdade, à democracia, à economia de mercado e à prosperidade hoje em dia é o ambientalismo, não o comunismo. A ideologia ecologista quer substituir o livre e espontâneo desenvolvimento da humanidade, com uma espécie de planificação central que agora é chamada de global".

7 – Manipulações da mídia

Prof. Robert M. Carter, geólogo da Universidade James Cook, Queensland, Austrália:
"Desde o início dos anos 90, jornais e revistas do mundo trazem rios de cartas e artigos alarmistas sobre uma hipotética mudança climática causada pelo homem. Esses artigos estão trufados de termos como 'se', 'poderia', 'pode', 'provavelmente', 'talvez', 'previsto', 'projetado', 'modelado', e outros que pressupõem uma fantasia profunda, ou então uma ignorância de fatos e princípios científicos vizinha do absurdo. O problema não é a mudança climática, mas a sofisticada 'lavagem de cérebro' que está sendo feita sobre o público, burocratas e políticos".

Nigel Calder, ex-diretor da "New Scientist", conceituada revista científica internacional:
"Os princípios mais elementares do jornalismo parecem ter sido abandonados. Nós temos uma nova geração de repórteres: os jornalistas ambientais. E se o trabalho deles é jogado na lixeira, perdem o emprego! Então as reportagens têm que ser cada vez mais histéricas, porque infelizmente ainda existem diretores desabusados que pedem: 'Você sabe, aquilo que você disse há 5 anos... Bem, agora é muito pior! Os mares podem subir talvez 2,5 metros na próxima terça-feira – e coisas do gênero. Então o jornalista fica constrangido a ser mais, mais e cada vez mais alarmista".

Prof. David Deming, geofísico e professor assistente de Artes e Ciências da Universidade de Oklahoma:
"Hoje há uma distorção acachapante na mídia, no que se refere ao aquecimento global. Nos últimos dois anos, esse viés cresceu ao ponto de atingir a histeria irracional. Cada desastre natural que acontece agora é ligado ao aquecimento global, sem importar quão tênue ou impossível é essa conexão. O resultado disso é que o público está largamente desinformado sobre esta e outras questões ambientais".
(O Prof. Deming foi punido por autoridades universitárias comprometidas com o alarmismo, por causa desta e de outras declarações semelhantes).

R. Austin e W. Happer, professores de Física em Princeton; L. Gould, professor da Hartford University; R. Lindzen, do MIT, etc:
"O céu não está caindo. A Terra vem se esfriando há dez anos. O presente esfriamento NÃO foi predito pelos modelos de computador alarmistas. Os melhores meteorologistas do mundo não podem predizer o clima com duas semanas de antecipação, e nem sequer ousam predizer o do resto do século. Será que Al Gore consegue? John Holdren consegue? Estamos sendo inundados com afirmações de que as provas são claras, de que o debate está encerrado, e de que devemos agir imediatamente. Mas de fato NÃO EXISTEM ESSAS PROVAS, NÃO EXISTEM".

Capítulo V

Ambientalistas notórios revelam seus objetivos: Socialismo, miserabilismo, totalitarismo, comunismo

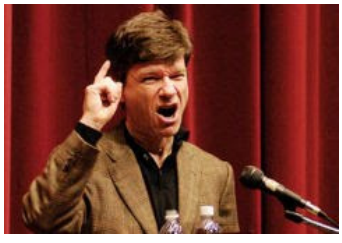
Depois de ouvir os cientistas e personalidades realistas que contestam o aquecimento global antropogênico, vamos transcrever abaixo o que dizem os próprios ambientalistas ideológicos sobre os seus objetivos. Como se verá, trata-se de vermelhos atualizados em verdes. As posições ideológicas de muitos desses personagens e movimentos são sobejamente conhecidas, e o que eles declaram sobre o assunto também fala por si: "Pelos seus frutos os conhecereis" (Mt. 7, 16).

1 – Oposição ideológica ao capitalismo, à indústria, ao agronegócio

Hugo Chávez, presidente da Venezuela (Declarações na COP-16, em Cancún):
Os países capitalistas são "os maiores assassinos do clima".

Evo Morales, presidente da Bolívia (Entrevista coletiva na COP-15, em Copenhague):
"Se quisermos salvar a Terra e a humanidade, não temos outra alternativa a não ser acabar com o sistema capitalista".
Na COP-16, em Cancún: Se as nações ricas desistirem de Kyoto, "seremos responsáveis por um ecocídio e um genocídio. Ou morre o capitalismo ou morre a mãe-terra".

Robert F. Kennedy Jr:
"Os criadores de suínos em grande escala são uma ameaça maior para os EUA e para a democracia americana do que Osama Bin-Laden e sua rede terrorista".



Jeffrey Sachs, diretor do *The Earth Institute*:
"Obama está inaugurando um novo rumo histórico, reorientando a economia do consumo privado para o investimento público. A ideologia do livre mercado é um anacronismo na era da mudança climática".

Maurice Strong, secretário geral da Eco-92:
"Não é que a única esperança para o planeta consiste no colapso das civilizações industriais? Não é nossa responsabilidade torná-lo realidade?".

David Foreman, co-fundador de *Earth First*:
"Devemos transformar isto num lugar inseguro e inóspito para os capitalistas e seus projetos. Devemos contestar as estradas e a extensão das terras cultivadas, parar a construção de barragens, denunciar os danos das barragens existentes, libertar os rios represados e devolver à vida selvagem milhões de acres de terra atualmente explorados".

José Bové: ativista "verde", altermundialista e anticapitalista (*Le Monde*, 23.6.09):
"A ecologia não é compatível com o capitalismo. Todas as ideologias produtivistas fracassaram com o aquecimento climático que se acelera. Nós temos necessidade de virar as costas para o modelo produtivista agrícola, que eliminou milhões de camponeses, destruiu a qualidade dos alimentos e depredou o meio ambiente".

Geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves ao "Jornal Sem Terra" (do MST):
"A **Reforma Agrária** é fundamental para a questão ecológica. Os males que estamos vivendo derivam todos do capitalismo. Então, buscar uma sociedade para além do capitalismo é fundamental".

Louis Proyect da Universidade Columbia:
"A resposta ao aquecimento global é a abolição da propriedade privada. Um mundo socialista daria uma prioridade enorme às fontes de energia alternativas. Isto é o que os socialistas voltados para a ecologia estão agora explorando detidamente".

Frei Beto, frade dominicano e teólogo da libertação ("*Desafios da Educação Popular*"):
"A bandeira da ecologia também é revolucionária. A questão ecológica atinge indistintamente a todos. Nós tínhamos uma idéia de classe, muito permeada pelo econômico. Às vezes, deixávamos de ampliar o leque de aliados por não perceber que há demandas que dizem respeito à vida das classes dominantes, tanto quanto à nossa vida, como é a questão do meio ambiente".

Christine S. Stewart, ex-ministra do Meio Ambiente do Canadá:
“Não tem importância se nossa ciência toda é falsa, há benefícios ambientais colaterais. A mudança climática fornece a maior chance para impor a justiça e a igualdade no mundo”.

Emma Brindal, coordenadora da ‘Campanha pela Justiça Climática’ de *Friends of the Earth*:
“A resposta à mudança climática deve trazer no seu cerne a redistribuição dos recursos e da riqueza”.

Marina Silva, senadora e ex-ministra do Meio Ambiente:
“Chico Mendes talvez nem soubesse o que queria dizer ecologia, e muito menos holocausto ecológico, quando começou sua romaria pela floresta para organizar a peãozada dos seringueiros – primeiro, no sindicato dos trabalhadores rurais, e mais tarde para criar o PT. Ele acabou juntando numa bandeira só a luta ecológica, a luta sindical e a luta partidária, porque sabia que elas são indissociáveis”.

Guy R. McPherson, professor de Biologia Evolutiva na Universidade de Arizona:
“A mudança climática global ameaça extinguir nossas espécies lá pela metade do século, se não liquidarmos já com a economia industrial”.
(O Prof. McPherson ganhou notoriedade anunciando “o fim do mundo”. Em 2009, abandonou a carreira para se preparar para o “colapso”, e vive do leite e ovos de pequenos animais numa comunidade rural).

Frente de Libertação da Terra, SP, junho 2010, após atentado que queimou uma loja revendedora de veículos da marca Land Rover:
“Da mesma maneira que esses carros queimaram, outros carros, casas, caminhões e estabelecimentos que/de quem danificam e exploram a terra e os animais, também queimarão”.

Bin Laden, chefe terrorista e ambientalista islâmico:
“O número de vítimas causadas pelas mudanças climáticas é muito grande, maior que o das vítimas de guerra. O aquecimento está destruindo a capacidade do povo muçulmano de se alimentar com seus próprios produtos agrícolas. Esta é uma questão de vida ou morte. A vida da humanidade toda está em perigo por causa do aquecimento global provocado, em grande medida, pelas emissões das fábricas das grandes corporações; as estatísticas falam da morte e da migração de milhões de seres humanos por causa desse aquecimento, especialmente na África”.

2 – Radicalismo na discussão do Código Florestal e obsessão pela Reforma Agrária

Frei Beto, em *Matar e desmatar: mortes ocorrerão com novo Código Florestal*:
"Mortes por assassinato ocorrerão se a presidente Dilma não tomar providências enérgicas para qualificar os assentamentos rurais, impedir o desmatamento e puni-lo com rigor, cobrar as multas aplicadas, federalizar os crimes contra os direitos humanos e, sobretudo, vetar o Código Florestal aprovado pelos deputados federais e promover a **reforma agrária**".

Carlos Walter Porto-Gonçalves:
"A questão ecológica é fundamental no debate sobre **Reforma Agrária**. O aquecimento global acaba criando uma oportunidade fantástica. O campesinato, assim como as populações indígenas, passam a adquirir um papel central no debate sobre o futuro da humanidade. Os males que nós estamos vivendo derivam todos do capitalismo".

Acampamento Terra Livre 2011 pela Mãe Terra repudia Código Florestal: "Diante do projeto de morte da ofensiva do agronegócio, do latifúndio, dos consórcios empresariais, das multinacionais, proclamamos a nossa determinação de defender os nossos direitos, com a nossa própria vida. Não admitiremos que a Mãe Terra seja arrancada mais uma vez das nossas mãos ou destruída irracionalmente, como foi há 511 anos pelos colonizadores europeus. Repudiamos a ofensiva empenhada na alteração do Código Florestal, que provocará danos irreparáveis às nossas terras".

Justiça climática já!: (Assembleia da Justiça Climática): "Para nós, as lutas pela justiça climática e pela justiça social são uma mesma coisa. É a luta por territórios, terras, florestas e água, para a reforma agrária e urbana, para a soberania alimentar e energética, para as mulheres e os direitos do trabalhador. É a luta pela igualdade e a justiça para os povos indígenas, para os povos do Sul global, para a redistribuição da riqueza e para o reconhecimento da dívida histórica ecológica devida pelo Norte".

Via Campesina Internacional:
"As atuais formas globais de produção, consumo e mercado causaram uma destruição massiva do meio ambiente, incluindo o aquecimento global. As espécies animais e vegetais estão desaparecendo num ritmo sem precedentes. Exigimos urgentemente: 1. O desmantelamento completo das companhias de agrocombustíveis; 2. A substituição da agricultura industrializada pela agricultura sustentável, apoiada por verdadeiros programas de **reforma agrária**".

João Pedro Stédile, líder do MST:
"Os problemas são tão grandes que a sociedade tem que tomar uma decisão: ou muda ou vai para o brejo. Cientistas advertem que, se o aquecimento global aumentar mais, vai trazer um desequilíbrio na vida do planeta que pode levar inclusive a uma catástrofe do ser humano. Um grande problema é a falta de acesso à água potável para a maioria dos seres humanos. Setenta por cento da água potável do planeta é utilizada para irrigar o agronegócio, e só 30% é destinada aos animais e às pessoas".

Elaine Tavares, sindicalista:
"A votação do código florestal, 420 x 68, prova por A+B que o processo eleitoral no Brasil não tem qualquer relação com a democracia".

3 – Indigenismo da pedra lascada apresentado como progresso

Stewart Brand, em *The Whole Earth Catalog*:
"Nós fazíamos votos por um desastre ou por uma mudança social vindoura que nos catapultasse de volta para a idade de pedra".
(Brand abdicou de muitas idéias extremistas partilhadas com ambientalistas).

Charles Manson, (conhecido como o fundador, mentor intelectual e líder de um grupo que cometeu vários assassinatos, entre eles o da atriz Sharon Tate) em 1987 (*Today Show*, MSNBC):
"Estou trabalhando para salvar o meu ar, minha água, minhas árvores e os meus animais selvagens. Estou tentando acabar com a sociedade. Por que você não diz a eles que as calotas polares estão derretendo pelo fato de vocês estarem produzindo tanto calor com essa máquina? Talvez eu devesse ter matado quatro ou cinco centenas de pessoas, então eu me teria sentido melhor, eu teria sentido como se eu tivesse realmente a oferecer algo à sociedade. A verdade é que o planeta Terra está morrendo".

David Graber, do U.S. National Park Services:
"Nós viramos uma praga para nós mesmos e para a Terra. É cosmicamente improvável que o mundo desenvolvido opte por acabar com a orgia de consumo da energia fóssil, e que o terceiro mundo abandone seu consumo suicida da natureza. Enquanto o *Homo Sapiens* não voltar ao estado de natureza, para alguns de nós só resta aguardar o vírus certo para ficarmos sozinhos".

Cineasta James Cameron, diretor do filme “Avatar”:

Eric Schmidt, CEO do Google, afirmou que questionar o alarmismo climático é criminoso: “Tem gente que, no meu ponto de vista, duvida criminosamente da ciência” (*Sillicon Valley*, outubro de 2010). James Cameron acrescentou: “Concordo. Gente, nós temos que evoluir mentalmente e filosoficamente para algo que nunca existiu antes. Nós precisamos nos transformar num povo tecno-indígena da Terra toda, não de um Estado, mas de um planeta. Se isto continuar, teremos extinguido 70% das espécies do planeta pelo fim do século”.

4 – Miserabilismo universal ou seletivo

Rajendra Pachauri, presidente do IPCC (*The Observer*, 29.11.2009): “O estilo de vida ocidental é insustentável. Eu não entendo por que não pode haver um medidor em cada quarto de hotel para registrar quanto você consome com o ar condicionado ou aquecimento, para depois pagar. Com mudanças deste tipo, poder-se-ia obter que o pessoal comece a medir seus atos consumistas. O uso de carros deve ser reprimido. Acho que podemos manipular os preços para regular o uso de veículos particulares. Os restaurantes oferecerem água gelada aos clientes é um esbanjamento enorme. Acho que os adultos foram corrompidos por causa dos caminhos que percorremos há anos. Há necessidade de mudar os estilos de consumo. Reduzir o tamanho da indústria pecuarista, por meio da redução do consumo, é a via mais efetiva para cortar as emissões de gases estufa. Uma mudança nos níveis de consumo será necessária para ter um CO_2 baixo e uma sociedade sustentável”.

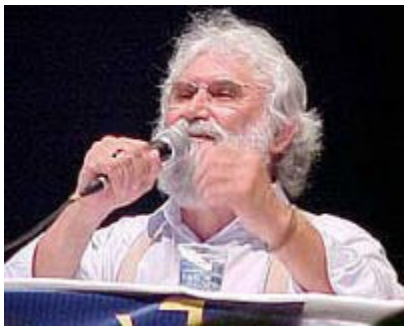
“Suprema–Mestra” Ching Hai, “vinda do Himalaia”:

“Precisamos salvar este planeta primeiro, para que possamos ficar. Se todo o gelo derreter, e se o mar ficar quente, então o gás poderia ser liberado do oceano, e poderíamos ser envenenados. Do modo como vai, se os políticos não consertarem, será o fim em 4 ou 5 anos. Eles precisam ser vegetarianos, proibindo a carne, citando todo o mal que a carne causa aos seres humanos e ao planeta. O vegetarianismo serve para diminuir a má distribuição da energia (carma) e comover a misericórdia do Céu”.

Paul Singer, professor titular da USP, apologista da “economia solidária”:

“O padrão de consumo no mundo vai ter que mudar. Teremos que fazer um só automóvel levar mais gente, criar bolsões de bicicleta e ciclovias, entre outras coisas. O aquecimento global deve ser contido o mais depressa possível. Teremos que voltar a uma dieta de cereais. Seremos condenados à fome, se não mudarmos nossa forma de alimentação”.

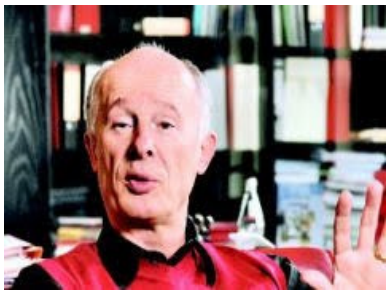
Carlos Vicente, da "Ação Internacional pelos Recursos Genéticos" (Biodiversidad, 4-6-2007):
"Precisamos substituir o transporte de carros individuais, que consomem muita gasolina e álcool, pelo transporte coletivo. As consequências perversas do aquecimento do planeta, das mudanças climáticas, podem servir para pressionar os governos a que realizem tais mudanças".



Leonardo Boff, ex-frade, teólogo da libertação (*Uma Silva sucessora de um Silva?* – Agência Adital):
"A roda do aquecimento global não pode mais ser parada. A Terra como conjunto de ecossistemas já se tornou insustentável, porque o consumo humano, especialmente dos ricos que esbanjam, já passou em 40% de sua capacidade de reposição. Esta conjuntura pode levar a uma tragédia ecológico-humanitária de proporções inimagináveis e, até pelo final do século, ao desaparecimento da espécie humana".

Michael Oppenheimer, professor de Geociências e Relações Internacionais, Universidade de Princeton:
"Não podemos permitir que outros países tenham o mesmo número de carros, o mesmo patamar de industrialização que temos nos EUA. Temos que parar esses países do Terceiro Mundo exatamente onde estão".

Paul Ralph Ehrlich, professor da Universidade Stanford:
"Fornecer energia abundante e barata à sociedade equivaleria a dar uma metralhadora a uma criança idiota".



Hans Joachim Schellnhuber, conselheiro chefe do governo alemão para proteção climática (*Der Spiegel*, 09-04-2009):
"Cada pessoa na Terra só poderia produzir 110 toneladas de CO_2 entre 2010 e 2050. Alemanha, EUA e outros países industrializados já esgotaram sua cota. Cada pessoa nesses países deveria pagar €100 por ano. As cifras parecem gigantescas. Se os alemães não mudam seus hábitos, o próximo governo deverá adotar um novo e drástico plano climático".

Thomas E. Lovejoy, conselheiro do Banco Mundial:
"O planeta está a ponto de ser tomado pela febre, se é que já não o fez, e nós humanos somos a doença. Nós deveríamos estar em guerra contra nós mesmos e contra nossos estilos de vida".

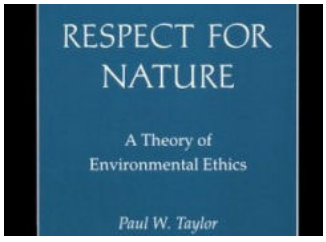
José Luis Zapatero, ex-premiê socialista espanhol (*El País*, Madri, 25-09-2009):
O mais singular da intervenção de Zapatero foi a ênfase na luta contra a mudança climática. Embora a Espanha seja o país mais atingido pela recessão econômica, com um desemprego perto de 20%, ele garantiu que o aquecimento global terá efeitos "muito mais devastadores para as gerações vindouras", e que "a saída da crise passa pelo crescimento sustentável".

5 – Redução ou extinção da espécie humana

David Attenborough, diretor de *The Optimum Population Trust*:
"Eu já vi a vida selvagem ameaçada pela crescente pressão humana em todo o mundo, e não é por causa da economia ou da tecnologia. É que por trás de cada ameaça está a estarrecedora explosão dos números da população humana. Qualquer ambientalista sério sabe perfeitamente bem que o crescimento da população é o cerne de todos os problemas ambientais" (*The Telegraph*, 14.4.2009).

Ted Turner, bilionário fundador da CNN:
"O aquecimento global matará a maioria de nós e fará do resto uns canibais. O ideal seria que a população mundial fosse de 250-300 milhões de pessoas, quer dizer, uma diminuição de 95% dos níveis atuais".

Paul W. Taylor, professor de ética na City University, New York, no livro "Respect for Nature" (Princeton Univ. Press, 1989, p. 115):
"Se ocorrer o total, absoluto e definitivo desaparecimento do *Homo sapiens*, não somente a comunidade da vida na Terra continuará a existir, mas o fim da época humana sobre a Terra será comemorada com um caloroso *feliz libertação!*".



David Foreman, porta-voz da ONG *Earth First* (Citado por Gregg Easterbrook em "The New Republic", 30-4-1990): "Não vejo outra solução para evitar a ruína da Terra, salvo uma drástica redução da população humana". Citado por John Fayhee na revista "Backpacker", setembro de 1988: "O homem não é mais importante que qualquer outra espécie. Bem poderia ser que nossa extinção conserte as coisas".

Faye Dunaway, porta-voz de *Mother Earth/Gaia* na série *Voice of the Planet*: "Você acha que Hiroshima foi ruim, mas eu quero te dizer: Hiroshima não foi suficientemente ruim!".

IPCC ameaça com a desertificação da Amazônia (Agência Brasil, 6-04-07): "O IPCC conclui, com 80% de certeza, que mais da metade da floresta amazônica pode se transformar em savana. A mudança climática tende à desertificação e salinização de áreas próprias para a agricultura. O semi-árido poderá passar para zona árida, levando à extinção de várias espécies da flora e fauna".

Jornalista Jeremy Hsu:
"As extinções massivas serviram como grandes teclas para dar um *reset*, e mudaram drasticamente a diversidade das espécies no mundo. Alguns cientistas especulam que os efeitos causados pelos humanos - desde a caça até a mudança climática - estão impulsionando outra grande extinção de massa".

Prefeitura de São Paulo propõe boicote à carne para "salvar o planeta" (Folha de S. Paulo, 20-9-2009):
"A campanha "Segunda sem carne" terá o apoio da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo. A justificativa, segundo a secretaria, é que a dieta carnívora em ampla escala 'é comprovadamente insustentável', além de não trazer benefícios à saúde".

6 – Controle populacional e ambiental totalitário

Jacques Attali, ex-conselheiro presidencial socialista francês (Blog *Conversation avec Jacques Attali*):
"A História nos ensina que a humanidade só evolui significativamente quando sente medo verdadeiramente. É preciso montar uma polícia mundial, criar reservas mundiais de alimentos e aplicar um sistema de impostos mundial. Assim conseguiremos criar as bases de um verdadeiro **governo mundial**, mais rápido do que impelidos por simples razões econômicas".

Paul Ehrlich, no livro "*The Population Bomb*" (*Ballantine Books*, 1968):
"Um câncer é uma multiplicação descontrolada de células; a explosão populacional é uma multiplicação descontrolada de pessoas. Nossos esforços devem passar do tratamento dos sintomas para a extirpação do câncer. Nós devemos ter um **controle populacional compulsório**, se os métodos voluntários fracassam".

John Holdren, assessor para Ciência do presidente Obama (*Ecoscience: Population, Resources, Environment*):
"Um envolvente **regime planetário** controlaria o desenvolvimento, administração, conservação e distribuição de todos os recursos naturais, renováveis e não-renováveis. Ele teria o poder de controlar a poluição não só da atmosfera e dos oceanos, mas também da água doce de rios e lagos. Regularia todo o comércio, incluindo todos os alimentos. Determinaria a população ótima para o mundo. Deveria ter poder para impor limites populacionais aos países. E se vocês querem saber quem faria o aborto e a esterilização de massa forçados, eu respondo: o regime planetário, com certeza!".

Rowan Williams, arcebispo anglicano de Cantuária:
"Nós devemos apoiar a coerção do governo para adotar acordos internacionais e limitar a velocidade nas estradas, se queremos que a economia global não entre em colapso, e milhões, bilhões de pessoas não morram".

7 – Distorções e falsidades da propaganda ambientalista

Clube de Roma, depois de profetizar que o petróleo acabaria em 1980: "Procurando um novo inimigo que nos unisse, chegamos à idéia de que a poluição, a ameaça do aquecimento global, a falta de água, a fome e coisas do gênero fariam o serviço. Todos esses perigos são provocados pela intervenção humana. Então, o inimigo real é a própria humanidade. Um adversário comum para realizar o governo mundial. Não importa se este inimigo comum é real, ou se a gente o inventa para servir no caso".

John Holdren, assessor de Obama para Ciência:
"As informações sobre mudanças climáticas podem (e devem) ser utilizadas para incentivar manifestações públicas para mudar as barreiras estruturais e comportamentais da sociedade. Cada vez que saímos com nossos carros, perguntam-nos sobre o aquecimento global. Mas, se falarmos de 'perturbação climática global' (*global climate disruption*), é um termo genérico que pode se aplicar a todas as condições climáticas".

Presidente Barack Hussein Obama (então como senador, em 03-04-06): "Hoje estamos vendo que a mudança climática consiste em uma cadeia de catástrofes naturais, e que o aquecimento global está começando a detonar padrões climáticos devastadores em todo o mundo".

Em discurso para governadores e mais de 600 ambientalistas de todo o mundo, novembro 2008: "Os EUA e o mundo enfrentam poucos desafios mais urgentes do que combater a mudança climática. A ciência já deixou atrás a discussão, e os fatos são claros. O nível dos mares está subindo. As praias estão encolhendo. Vemos secas recordes, crescentes fomes, tempestades mais fortes cada vez que vem a estação dos furacões".

Ross Gelbsan, ativista ambiental:
“Não somente os jornalistas não estão obrigados a informar o que dizem os cientistas céticos sobre o aquecimento global. Eles estão obrigados a não noticiar o que esses cientistas dizem”.

Dr. David Viner, Universidade de East Anglia (“The Mail”, 10-01-2010):
“Em poucos anos uma nevasca será um evento muito raro e emocionante, e as crianças mal saberão o que é a neve”.

No Instituto Alfred Wegener para Pesquisa Polar e Marítima (AWI), em Bremerhaven, 200 cientistas patrocinados pela Comissão Européia debateram como novo pânico a “acidificação dos oceanos”: “Os oceanos acidificam-se muito mais rápido do que nunca na história da Terra. O gás estufa CO_2 não somente causa o aquecimento global, mas também está acidificando cada vez mais os oceanos”.

John Theodore Houghton, primeiro presidente do IPCC, co-premiado com o Nobel da Paz:
“Se nós não anunciarmos desastres, ninguém nos ouvirá”.

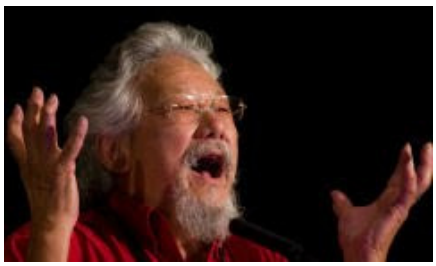
Stephen H. Schneider, professor de Biologia Ambiental e Mudança Global na Universidade Stanford:
“Isso, naturalmente, implica a obtenção de muita cobertura da mídia. Portanto, temos que oferecer cenários assustadores, fazer simplificações, declarações dramáticas, e fazer pouca menção de quaisquer dúvidas que possamos ter”.

Monika Kopacz, pesquisadora e ativista:
“Só o exagero sensacional cria o caso que vai atrair a atenção dos políticos e dos leitores. Sim, os climatólogos podem exagerar, mas no mundo de hoje essa é a única forma de garantir qualquer ação política, e mais ainda, mais verbas federais”.

Jonathon Porrit, decano dos "gurus verdes" no Reino Unido ("Expresso", Portugal, 6.12.2009):
"Precisamos de uma catástrofe para fazer mudar qualquer coisa. Falei em sentido literal. A única maneira de sacudir essa negação é um choque tão profundo e tão doloroso no sistema, que não teremos outra escolha senão fazer essas mudanças".

Timothy E. Wirth, ex-senador e ex-assessor de Al Gore, presidente da United Nations Foundation:
"Ainda que a teoria do aquecimento global esteja errada, estaremos fazendo a coisa certa em termos de política econômica e ambientalista".

George Monbiot, ambientalista do "The Guardian", Londres:
"Eu poucas vezes me senti tão sozinho. Diante da crise [*Climategate*], sei que a maioria dos ambientalistas adotaram o negacionismo. Não há como negá-lo: estamos perdendo. A negação da mudança climática está se espalhando como uma doença contagiosa. Pesquisa do *Pew Research Centre* sugere que a proporção de americanos que acreditam haver provas sólidas do aquecimento caiu de 71% para 57% em apenas 18 meses. Pesquisa da *Rasmussen Reports* sugere que os eleitores americanos que acham que o aquecimento global tem causas naturais (44%) superam os que acreditam que é resultado da ação humana (41%)".



David Suzuki, líder contra os políticos que não aderem ao alarmismo climático:
"Eu gostaria de desafiar vocês a fazerem um bom esforço para ver se há uma via legal para meter no cárcere nossos assim chamados líderes, porque o que eles estão fazendo é um ato criminoso".

James Hansen, diretor do Instituto Goddard, da NASA:
"Os executivos chefes de grandes companhias de petróleo deveriam ser processados por graves crimes contra a humanidade e contra a natureza".
(Hansen acusava-os de espalhar ativamente a dúvida sobre o aquecimento global, da mesma maneira que as empresas de tabaco confundem as relações entre fumo e câncer).

Senador Harry Reid, líder da maioria democrata no Senado:
"O carvão nos deixa doentes. O petróleo nos deixa doentes. É o aquecimento global. Está arruinando nosso país. Está arruinando nosso mundo".

Resenha do filme "A era da estupidez" reedita falsos alarmes de Al Gore (Folha de S. Paulo, 21-09-2009):
"Com estreia nos EUA e no Canadá na véspera da reunião extraordinária da ONU sobre o clima, e no resto do mundo (inclusive no Brasil), o filme é um libelo político. O roteiro tem a tarefa difícil de emocionar um público já saturado de mensagens catastrofistas sobre o clima e exposto nos últimos anos a filmes como o documentário "Uma verdade inconveniente".

Barbara Stocking, executiva chefe de Oxfam na Grã-Bretanha:
"Transferir fundos dos países ricos para ajudar os pobres e vulneráveis a se adaptarem à mudança climática não é sequer 1% do necessário. Esta injustiça flagrante deve ser tratada na Conferência de Copenhague em dezembro [2009]".

Al Gore (Discurso na New York University Law School, 18-09-06):
"Muitos cientistas estão agora alertando que nós estamos nos aproximando de vários 'pontos de virada', que poderiam — num período brevíssimo de 10 anos — tornar impossível impedirmos danos irreversíveis na habitabilidade do planeta para a civilização humana".

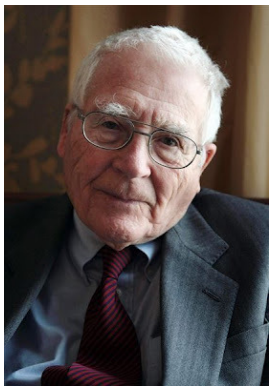
(*Science Daily*): Os cientistas disseram: "A catastrófica ascensão do nível do mar atingirá quase 6,3 metros em locais como Washington, submergindo-os largamente. Muitas áreas costeiras seriam devastadas. Boa parte da Flórida desapareceria, segundo pesquisadores da Universidade do Estado de Oregon. Haverá muita água adicional, especialmente em áreas altamente povoadas como Washington, Nova York e a costa da Califórnia".

Noel Brown, ex-diretor do Programa de Meio Ambiente da ONU:
"Se a tendência atual não for invertida, pelo ano 2000 (sic!) nações inteiras serão apagadas da face da Terra pela subida dos mares, devido ao aquecimento global. As enchentes costeiras e a quebra das safras provocarão êxodos de 'eco-refugiados', que ameaçarão pôr em caos a política".

Premiê socialista britânico Gordon Brown (Copenhague, 2009):
"Não podemos nos permitir o fracasso. Se hesitarmos, a Terra estará em perigo. Para o planeta não há plano B. Não podemos ceder diante da catástrofe de uma mudança climática não controlada".

James Lovelock, teorizador da Terra como ser vivo ou Gaia (*A Vingança de Gaia*): "Temos bocas de mais para alimentar, e o inverno se aproxima. Se acontecer o aumento da temperatura que eu prevejo, de 6 a 8°C, a civilização poderia estar ameaçada: Veremos uma extinção em massa das espécies, a agricultura ficará impossível em boa parte do globo. Não haverá alimentos suficientes, haverá conflitos, a humanidade concentrar-se-á em volta das regiões polares".

Jacques Attali, ex-presidente do Banco Europeu para a Reconstrução (Blog *Conversation avec Jacques Attali*):
"A transformação do clima, piorada ou não pela atividade humana, poderia ter em curto prazo consequências mortais para a espécie humana, liberando bactérias contidas na tundra siberiana, ou poços de metano que se estenderiam sobre o planeta como uma nuvem asfixiante. Alguns cientistas até predizem a data da catástrofe: 2012".



... James Lovelock, o pai da 'hipótese Gaia', se retratatou. Além de fazer o *mea culpa*, ele reconhece o falso alarmismo dos ecologistas.Lovelock chegou a afirmar, em 2006, que antes do fim do século bilhões de homens teriam morrido e os poucos que sobrevivessem ficariam no Ártico, onde o clima ainda seria tolerável.E que agora ele reconhece ter extrapolado demais. Para ele "*o problema é que não sabemos o que o clima vai fazer. Há 20 anos nós achávamos que sabíamos. Isso nos levou a escrever alguns livros alarmistas – o meu inclusive – porque parecia evidente, porém não aconteceu*".

Capítulo VI

Armas do ambientalismo sectário: intimidação e fraude

Como vimos nos capítulos anteriores, alguns "ambientalistas" não escondem que se utilizam do medo, do alarmismo, do catastrofismo e do terrorismo midiático para conduzir as pessoas aos seus objetivos. Na ótica comunista, "verdade" é tudo o que favorece a causa comunista. Para esses "ambientalistas", portanto, não há dificuldade se a ciência diz que o aquecimento global é uma farsa. Como o importante é a implantação de um igualitarismo ecologista radical e uma sociedade pagã neo-tribal, tanto pior para a verdade e para a ciência.

Já vimos o que os ambientalistas catastrofistas pretendem fazer. Nada melhor do que vermos agora o que eles de fato fizeram e vêm fazendo. Tenha o leitor em mente, ao avaliar o que se segue, declarações como estas, que vimos atrás:

"A História nos ensina que a humanidade só evolui significativamente quando ela sente medo verdadeiramente. Assim conseguiremos criar as bases de um verdadeiro governo mundial, mais rápido do que impelidos por simples razões econômicas" (Jacques Attali, ex-conselheiro presidencial socialista francês).

"Não tem importância se nossa ciência toda é falsa, há benefícios ambientais colaterais. A mudança climática fornece a maior chance para impor a justiça e a igualdade no mundo" (Christine S. Stewart, ex-ministra do Meio Ambiente do Canadá).

1 – *Climagate*: Grande fraude para espalhar o medo do aquecimento global

Em 2009, às vésperas da reunião de Copenhague, a imprensa mundial informou, não sem notável mal-estar, a invasão praticada por *hackers* no sistema da Unidade de Pesquisa Climática (*Climatic Research Unit* - CRU) da Universidade East Anglia, na Inglaterra, o principal centro mundial de climatologia. Os *hackers* queriam conhecer as fontes e os dados das temperaturas, utilizados para se chegar à conclusão de um "aquecimento global" catastrófico para a Terra, os quais inexplicavelmente o CRU mantinha ocultos. Capturaram e divulgaram mais de mil mensagens eletrônicas trocadas entre cientistas ligados àquela universidade, alguns dos quais muito comprometedores.

As mensagens revelaram que cientistas distorceram gráficos, para provar que o planeta nunca esteve tão quente como nos últimos 1.000 anos. As trocas de e-mails também mostraram que os climatologistas defensores da tese do aquecimento global boicotam os colegas que divergem das suas opiniões, recusando-se a repassar dados das pesquisas que realizam. Os e-mails deixam ainda claro que o grupo dos catastrofistas age para tentar deliberadamente impedir que os céticos, como são chamados os cientistas que divergem das teses do IPCC, publiquem seus trabalhos em revistas científicas prestigiadas.

Foi um abalo na propaganda do aquecimento global, e logo se começou a falar em ***climagate*** (*climategate* em inglês), por alusão ao histórico episódio conhecido como *Watergate*, praticado pelo governo Nixon e que levou à sua demissão.

O climatologista inglês Phil Jones, diretor do Centro de Pesquisas Climáticas da Universidade East Anglia, "sumo sacerdote" do dogma da mudança climática, responsável pelos *e-mails* mais comprometedores, protagonizou episódio dramático, ao reconhecer que muito do que divulga o IPCC não passa de má ciência. Em entrevista concedida depois de se tornar público que ele próprio tinha manipulado dados, admitiu que em dois períodos (1860-1880 e 1910-1940) o mundo viveu um aquecimento global semelhante ao que ocorre agora, sem que se possa culpar a atividade

humana por isso. Reconheceu também que desde 1995 o mundo não experimenta aquecimento algum.

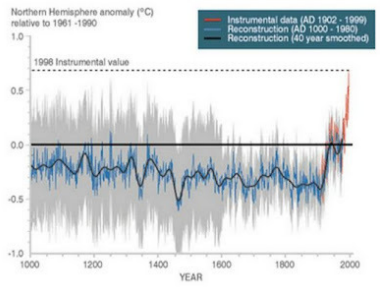
2 – Geleiras do Himalaia: Falsas previsões sobre derretimento

A reputação do IPCC sofreu um abalo tectônico no início de 2010, quando se descobriu um erro grosseiro numa das pesquisas que compõem seu último relatório, divulgado em 2007. O texto afirma que as geleiras do Himalaia podem desaparecer até 2035, devido ao aquecimento global. Esse derretimento teria consequências devastadoras para bilhões de pessoas na Ásia, que dependem da água produzida pelo degelo nas montanhas. Os próprios cientistas do IPCC reconheceram que a previsão não tem o menor fundamento científico, e que fora elaborada com base em uma especulação. O mais espantoso é que essa "especulação" foi tratada como verdade incontestável por três anos, desde a publicação do documento.

Não demorou muito para que a fraude fosse creditada a interesses pessoais do presidente do IPCC, o climatologista indiano Rajendra Pachauri, cuja renúncia vem sendo pedida com veemência por muitos cientistas. Pachauri é diretor do Instituto de Pesquisas Teri, de Nova Delhi, agraciado com um fundo de meio milhão de dólares pela Fundação Carnegie, dos Estados Unidos. Com que finalidade? Realizar pesquisas. Onde? Nas geleiras do Himalaia...

A mentira sobre o Himalaia já havia sido denunciada por um estudo encomendado pelo Ministério do Ambiente da Índia, mas o documento fora desqualificado por Pachauri como sendo "ciência de vodu". Os relatórios do IPCC são elaborados por 3.000 cientistas de todo o mundo, e por enquanto formam o melhor conjunto de informações disponível para estudar os fenômenos climáticos. O erro está em considerá-lo infalível e, o que é pior, transformar suas conclusões em dogmas.[vi]

3 – Taco de hóquei, uma farsa com roupagem científica



Taco de hóquei (*hockey stick*, em inglês) é o que lembra a figura do gráfico das temperaturas globais da Terra nos últimos mil anos, como foi publicado em 1998 na revista *Nature*, no artigo *Global-scale temperature patterns and climate forcing over the past six centuries*, de autoria de uma equipe da Universidade da Virginia liderada por Michael Mann. O gráfico ficou conhecido como *hockey stick*, porque lembra um taco de hóquei deitado: um longo cabo horizontal, e na extremidade uma lâmina quase vertical. A imagem é dramática, pois mostra a temperatura global da Terra como estável durante 900 anos, subindo assustadoramente nos últimos 100 anos.

O *taco de hóquei* ficou famoso, figurando em lugar de destaque no 3º relatório do IPCC em 2001. Tornou-se o ícone do alarmismo sobre o aquecimento global, com enorme divulgação midiática. Não houve revista ou jornal que não o reproduzisse, com avisos apocalípticos de que **o fim está próximo**. Al Gore utilizou-o (convenientemente despido das barras de erro) na sua campanha presidencial de 2000, e continuou a utilizá-lo por muito tempo.

Mas o *taco de hóquei* apresenta um problema científico fundamental: Ele está errado. Para começar, nega fatos climatológicos há muito estabelecidos: o Período Quente Medieval (aproximadamente entre os anos 1000 e 1400) e a Pequena Idade do Gelo (aproximadamente entre 1500 e 1850), que no seu relatório anterior (1995) o próprio IPCC afirmava existirem. Portanto, aceitar essa linha **horizontal e retilínia** do cabo do taco de hóquei, para representar a temperatura da Terra no período, implica realizar um revisionismo completo sobre a história climatológica do planeta! Razão suficiente para a respeito dele se pôr um pé atrás. Ou mesmo os dois...

Muitas pessoas acharam o assunto estranho. Dois canadenses – o matemático Steven McIntyre e o professor de Economia Ross McKitrick (conhecidos em conjunto por M&M) fizeram mais: decidiram investigar, e pediram a Michael Mann os dados em que havia se baseado, para poderem fazer as contas. O grupo de Mann começou por não dar acesso aos dados (contrariando a praxe científica da confirmação independente!). Mas M&M não desistiram. Para resumir uma longa história, a conclusão é que o *taco de hóquei* era um artefato resultante dos métodos errados de análise, e não uma realidade. Estava nos domínios do dogma ideológico, não da realidade científica.

Ao contrário do que a mídia e alguns políticos pretendem fazer crer, é falso que exista consenso científico sobre o aquecimento global, tal como ele é vendido no jornal sensacionalista mais próximo. É um fato que a Terra está em processo de aquecimento desde meados do século XIX. Foi quando ela saiu da Pequena Idade do Gelo, portanto está (inevitavelmente!) em moderado aquecimento médio global desde então. Nada surpreendente nisso, pois equivale a afirmar que um objeto retirado do congelador se aquece. Mas esse aquecimento nem sequer é constante: entre 1940 e 1975 houve uma marcada diminuição das temperaturas globais, de tal modo que nos anos 70 uma das grandes preocupações climáticas era com uma possível "Idade do Gelo". Preocupação com o resfriamento global, portanto, e não com o aquecimento.

Outra constatação é que não existe consenso científico sobre uma relação de causa e efeito entre liberação de gases com efeito de estufa e o aquecimento global. Centenas de artigos anualmente publicados contêm conclusões em ambos os sentidos. O que se sabe é que existe uma **correlação** entre os dois fenômenos, pois o aumento de CO_2 ocorre quando há aquecimento da Terra. Isso aconteceu, por exemplo, no Período Quente Medieval (como se conclui com base em análise das camadas sucessivas contidas nos anéis recortados das árvores). Nessa época, no entanto, não se pode alegar como causa a ação humana...

Um mecanismo conhecido é a elevação térmica da água dos oceanos, que provoca a liberação de CO_2 dissolvido. O aquecimento provoca por essa via a liberação (não-antropogênica) de CO_2. Portanto pode-se afirmar que existe **correlação** entre os dois fenômenos, mas não necessariamente causalidade.

Nos barbeiros, motoristas de taxi e outros profissionais que lidam constantemente com o público, certezas como essa do CO_2 provocando o aquecimento global são fáceis de obter. Incrustadas na mente popular, elas lhe foram servidas com o noticiário, distribuídas com o jornal gratuito ou vendidas no filme-catástrofe mais recente, gerando conclusões inescapáveis como esta: "a ciência provou" que o CO_2 provoca o aquecimento global. O mínimo que se pode contrapor a isso é que barbeiros, motoristas de taxi e outros profissionais populares (pessoas muito estimáveis, sem dúvida) não podem compreender um assunto científico mais do que cientistas sérios que a ele se dedicam especificamente.

Pode-se sempre indagar e pesquisar sobre o que até agora não foi esclarecido: Qual dos dois veio primeiro? Ou seja: Qual dos dois fenômenos é o efeito, e qual deles é causa? Está muito longe de existir consenso científico sobre o assunto. Pelo contrário: as dúvidas hoje são muito maiores do que quando se assinou o Protocolo de Kyoto. Porém, pelo visto, não bastará desmentir um *"taco de hóquei"* para mudar essa mentalidade. Existirão outros *tacos de hóquei* nos próximos relatórios do IPCC? Veremos.[vii]

4 – Se o clima não muda, mudemos os mapas dos climas!

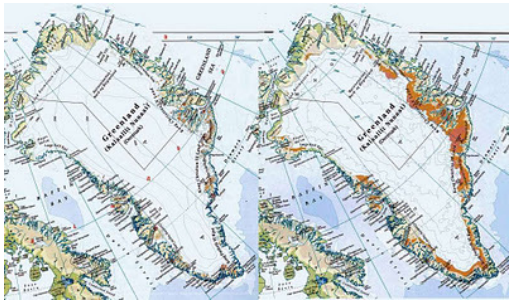
O "ambientalismo" não manipula apenas mitos, meias verdades, imprecisões, mas se utiliza com frequência da mentira deslavada. O reputadíssimo *Times Comprehensive Atlas of the World*, na sua 13ª edição de 2011, representou a Groenlândia como tendo perdido 15% de sua cobertura de gelo perene, em relação a 1999. Mostra vastas áreas da sua costa leste e sul coloridas de modo a sugerir que 300.000 km² (15% da cobertura de gelo do seu território) tivessem desaparecido nos últimos 12 anos.

Eminentes cientistas dos EUA, Europa e praticamente do mundo todo, especialistas em glaciares, acusaram o *Times Atlas* de falsificar o mapa para que nele pudesse encaixar-se sob medida o esquema dos supostos efeitos do "aquecimento global", no que foram apoiados por sete membros do Instituto de Pesquisa Polar Scott, da Universidade de Cambridge. Cumpre observar que no protesto há cientistas de um lado e de outro da polêmica sobre "aquecimento global" e mudanças climáticas, e o jornal parisiense "*Le Figaro*" observou tratar-se de indício da prevenção da comunidade científica contra alarmismos extra-científicos, após o escândalo *Climagate.*

Em carta aos editores do *Times Atlas*, embora concordem que houve uma tal ou qual redução do gelo, os cientistas de Cambridge afirmam: "Uma diminuição de 15% da capa de gelo permanente, desde a publicação da edição de 12 anos atrás, é incorreta e enganosa. Imagens de satélite recentes deixam claro que de fato há ainda numerosos glaciares e gelos perenes onde o novo *Times Atlas* mostra a aparição recente de terras livres de gelo". A diminuição real do gelo, segundo esses cientistas, foi de aproximadamente 0,1% em 12 anos. Contrariamente à opinião dos cientistas, os editores do atlas alegam que "esta é a prova concreta de como as mudanças climáticas estão alterando o rosto do planeta, e está fazendo isso num ritmo alarmante e cada vez mais acelerado".

O jornalista James Delingpole, do "*The Telegraph*" de Londres, mostrou que o alarmismo professado pelos editores do atlas chegou ao ponto de suprimir os países-arquipélago Tuvalu e Maldivas, além de grandes partes de Bangladesh, com o objetivo de induzir à "verdade emocional" das "mudanças climáticas causadas pelo homem". David Rose, porta voz do *Times Atlas*, justificou deste modo a supressão: "Pode não ser estrita e geograficamente exato dizer que as ilhas Maldivas e Tuvalu desapareceram definitivamente nestes dez anos. Mas vocês não veem a imagem do gabinete das Maldivas realizando sua reunião embaixo da água? [e apontou para uma foto publicitária de uma suposta reunião subaquática (ver foto abaixo)]. Se o governo das Maldivas diz que seu país está afundando, as Maldivas devem estar afundando".

Groenlândia, o mapa antes e depois da fraude



David Rose ainda completou: "Eu sei do que estou falando. Se não acreditam em mim, perguntem a meu amigo Johann Hari, que me ensinou tudo o que sei sobre a **primazia da verdade emocional sobre a verdade objetiva**. Nós precisamos de mapas que mudem o mundo, transformando-o em algo que agora não é, mas que um dia acabará sendo se não agirmos AGORA!". Em poucas palavras: **Falsifiquemos os mapas**, para ver se por essa via conduzimos os leitores para onde quisermos. Eis uma aula mais que eloquente sobre um dos métodos empregados pelos ambientalistas radicais, para inculcar sub-repticiamente suas visões ideológicas e preconcebidas!

(Fonte: Blog *Verde: a nova cor do comunismo*)

5 – Manipulando o tsunami como se fosse terrorismo

A mídia tem atitudes curiosas. Embora o comum das pessoas dê por certo que um dos interesses dela seja a matéria sensacional, de vez em quando ela faz um silêncio absoluto, ou quase tanto, a respeito de algum assunto sensacional, que se julgaria próprio a preencher essa sua busca por temas de grande impacto. Analisaremos agora um desses casos.

Na foto ao lado, usada numa propaganda feita em 2009, um esquadrão de aviões civis de passageiros mergulha sobre *Manhattan* (onde ainda se veem as torres

gêmeas) e está a ponto de colidir com a imensa massa de edifícios. À direita uma frase: *O tsunami matou cem vezes mais pessoas do que o 11 de setembro*. Outra frase complementa: *O planeta é brutalmente poderoso; preserve-o*. A propaganda sugere que o tsunami da Ásia (2004) seria um enorme ato terrorista como o de 11 de setembro, com cem vezes mais vítimas, provocado pela incúria e pela agressão dos seres humanos ao planeta. A conclusão evidente, de acordo com a segunda frase, é que se torna imperioso preservar a natureza conforme a agenda ambientalista.

A exploração da tragédia do 11 de setembro causou compreensível comoção nos Estados Unidos, chegando ao repúdio quase generalizado, pois a tragédia do 11 de setembro não foi fruto do infortúnio consequente às colossais forças da natureza, mas de um ataque premeditado e brutal planejado e executado por terroristas, cuja ideologia islamo-fascista inspira hoje diversos grupos terroristas e tem acolhida em alguns regimes políticos.

A campanha publicitária, da qual faz parte um vídeo (inscrito no Festival de Cannes), havia sido elaborada pela agência de publicidade DDB Brasil a pedido da ONG ambientalista WWF Brasil. Destinava-se a veiculação em nosso País, que ia ganhando então explicável destaque internacional no quesito ambiental, por causa da Amazônia. Coincidia também com o momento político, pois a Senadora Marina Silva (que havia pouco tinha deixado o PT) subia nas preferências eleitorais como candidata à Presidência, trazendo para o centro do debate a chamada agenda ambientalista.

Pela enorme repercussão negativa dessa propaganda na Internet, especialmente entre os especialistas de marketing; pelo grande estardalhaço nos Estados Unidos, onde a matéria foi parar nos noticiários de todas as TVs e em importantes jornais; por ser uma publicidade elaborada por uma agência brasileira de propaganda, para uma ONG internacional estabelecida no Brasil e para aqui ser veiculada – nada mais natural que este assunto obtivesse grande repercussão na mídia nacional. Curiosamente, assim não se deu. Muito estranho...

O anúncio foi classificado como "absolutamente horrendo e desprezível" por um dos mais importantes nomes da criação publicitária, Mark Wnek, presidente da agência Lowe, de Nova York. E o apresentador Keith Olbermann da MSNBC, no programa "Countdown", colocou a equipe da DDB Brasil na lista das piores pessoas do mundo. A indignação com a peça publicitária fez com que a WWF Internacional tentasse desvincular-se de sua filial brasileira, classificando o anúncio de "ofensivo e de mau gosto", e afirmando que ele "jamais deveria ter visto a luz do dia". Por fim, a própria WWF Brasil, em comunicado conjunto com a DDB Brasil, manifestou seu pesar pelo lamentável incidente, atribuindo-o à inexperiência de alguns profissionais envolvidos: "WWF Brasil e DDB Brasil reafirmam que tal anúncio jamais deveria ter sido criado, aprovado ou veiculado. E lamentam o ocorrido, reiterando pedido de desculpas a todos os que se sentiram ofendidos".

Além de todas essas reações, no entanto, outro aspecto de grande importância e da maior gravidade não foi suficientemente ressaltado: a insinuação de que o tsunami seria uma reação brutal do planeta em face das contínuas agressões do homem civilizado. Ora, acontece que o tsunami nada tem a ver com eventuais e alegadas agressões feitas pelo homem ao meio ambiente, o que levou Ken Wheaton a afirmar no artigo publicado no site da *Ad Age* (a "Bíblia" da publicidade) em 1° de setembro de 2009: *"Isso mostra que os seus criadores são também cientificamente ignorantes: afinal, tsunamis nada têm a ver com preservação ou conservação. São tipicamente causados por abalos sísmicos ou outras forças geológicas que, pelo que verificamos, não são afetadas pela extinção animal, pelo desmatamento ou pelo aquecimento global"*.

O objetivo da WWF Brasil era convencer o público das imperiosas necessidades (!) da agenda ambiental, e para isso não hesitou em recorrer a uma comparação fraudulenta! E o que deve ficar claro para todos é este núcleo da questão: o ambientalismo não hesita em recorrer ao impacto emocional mais cruel, e até à **fraude**, para inocular na opinião pública seus "argumentos" e "conclusões". Por métodos manipuladores da irracionalidade, além de inescrupulosos artifícios de

propaganda, o ambientalismo apocalíptico sugestiona o público, impingindo-lhe como evidente, como um "fato" que entra pelos olhos, aquilo que não passa de ficção.

No passo seguinte, os ambientalistas catastrofistas tentam convencer suas vítimas a aceitar como necessárias certas mudanças na civilização atual. Arrombam assim as consciências, fazendo-as aceitar falsas soluções para problemas inexistentes. Tudo isso levou o influente Bjorn Lomborg (dinamarquês de 43 anos, autor de *O Ambientalista Cético*) a afirmar, em conferência proferida em São Paulo, que os ambientalistas fazem com a humanidade o que faria um criminoso que aproximasse um revólver da cabeça de sua vítima e lhe exigisse tomar uma decisão imediata. E concluiu afirmando ser insensato imaginar que tal decisão pudesse ser ponderada e racional.

6 – Propagandas ambientalistas fraudulentas são múltiplas e habituais

A importância da agência de publicidade e da ONG envolvidas no escândalo da peça publicitária intitulada *Tsunami* mostra bem a que altos níveis se estende a manipulação ambientalista. Tal manipulação não é apenas expediente de desinformados ou de amadores, conforme os responsáveis procuram fazer crer, mas em boa medida faz parte das táticas da chamada "revolução ambiental". Diante do terrorismo publicitário que esse tipo de propaganda significa, cientistas de boa fé, experientes e com muitos títulos acadêmicos, encontram por vezes dificuldade em dissipar os exageros e mentiras dos catastrofistas ambientais. Mesmo apresentando fatos, argumentos lógicos, demonstrações, têm de enfrentar inescrupulosos artifícios de propaganda como esse, que manipulam medos coletivos, boa fé e credulidade da população.

Mas vamos testar agora a validade das conclusões que acima apresentamos. Será que elas podem ser racionalmente feitas e sustentadas com base em uma única propaganda? Mesmo tendo ela sido fraudulenta, não será exagerado fazer tão grande generalização com base em tão pequena amostragem? Acontece no entanto que propagandas como essa, e até de muito maior porte, se fazem em série, com uma insistência assustadora, e recebem cobertura onímoda da mídia. Ao contrário do que acontece com as conclusões de cientistas qualificados, quando os resultados de suas pesquisas invalidam tais propagandas, pois o olvido e a "lata de lixo" são o seu destino habitual.

Um exemplo patente disso é que o coro de vozes dos cientistas chamados de "realistas" ou "céticos" tem crescido a cada dia. Eles apontam má-fé, incongruência e fraudes nos "estudos" do ativista Al Gore e do próprio IPCC. Declaram que não conseguem compreender como Al Gore e o IPCC possam ter recebido o Prêmio Nobel da Paz com sua campanha em prol do catastrofismo climático, a qual eles têm demonstrado ser anti-científica, ideológica e até estelionatária.

Uma catadupa de estudos, análises, coleções de dados do mundo real, além de denúncias sobre aplicações improcedentes de modelos matemáticos, vão deixando em situação delicada o IPCC e o próprio Al Gore. Mais de 700 cientistas do mundo todo contestaram as afirmações do relatório do IPCC, diretamente elaborado por 52 cientistas. A informação encontra-se no relatório de 255 páginas (*U.S. Senate Minority Report*), publicado em 2009 sob os auspícios do Comitê do Senado Americano para Meio Ambiente e Obras Públicas. Uma vez mais chamamos a atenção: a mídia, sempre tão afeita a tudo que é informação sensacional, permaneceu calada!

7 – Na São Paulo sem aquecimento global, catástrofes como as atuais

Em 2009, a cidade de São Paulo foi acometida por fortes chuvas, ventos e trovoadas, que causaram grandes enchentes e estragos, além de dolorosas perdas de vidas. Imediatamente o noticiário trouxe à baila as chamadas "mudanças climáticas", o "aquecimento global" e a insistência nos fenômenos climáticos extremos, fruto da atividade humana. O ocorrido na capital paulista seria comprovadamente um desses fenômenos. Dando mais um passo nessa "lógica" peculiar, o noticiário insistia na necessidade de mudanças drásticas nas atividades das sociedades modernas,

com o fito de se resguardarem e conter os mencionados fenômenos climáticos extremos, acenando finalmente para a importância do encontro das Nações Unidas sobre o clima, em Copenhague. As chuvas e enchentes foram assim transformadas de modo sutil em "prova" incontestável das teses ambientalistas e da necessidade de aceitar a agenda desses grupos. Tudo com uma conveniente pátina "científica".

O impacto das imagens e do noticiário mostrando os transtornos e prejuízos causados, além da comoção suscitada por mortes trágicas, é de molde a tornar os espíritos mais predispostos a aceitar como evidentes, sem a devida análise crítica, as correlações e explicações ambientalistas, mesmo que desprovidas de comprovação. Pois, como já vimos, não há comprovação séria, e com fundamento científico inequívoco, de que fenômenos climáticos extremos sejam causados pela atividade humana.

Para que houvesse fundamento na afirmação de que fenômenos como as fortes chuvas e enchentes de S. Paulo são realmente "manifestações climáticas extremas", fruto da mudança climática, a primeira providência seria examinar se eles ocorreram no passado. Porque, se já ocorreram antes, sua causa não pode ser atribuída a manifestações climáticas extremas atuais. É precisamente sobre este último ponto que vamos nos debruçar, trazendo ao leitor um curioso e revelador relato de um passado bem remoto. Foi reproduzido pelo jornal O Estado de S. Paulo no dia 19 de setembro de 2009, pela jornalista Sonia Racy, em sua página "Direto da Fonte", sob o título *Direto de 1560*:

"*Que sirva de consolo aos paulistanos: o estrago das chuvas, as casas destelhadas e inundações já atrapalhavam a vida no planalto de Piratininga há quatro séculos e meio, quando mal nascia a vila de São Paulo.*

Sabem quem o diz? A mais ilustre figura do lugar naqueles tempos, o padre José de Anchieta. Numa carta de 1560 ao geral dos jesuítas em Roma, Diogo Laínes, ele descreve um desses dias em que 'com os trovões tremem as casas, caem as árvores e tudo se conturba'.

Não havia 4 milhões de carros, nem semáforos apagados, nem lixo entupindo as galerias. Mas as manchetes, se houvesse, seriam as mesmas de hoje.

Guardada no arquivo dos Jesuítas em Roma, a carta veio a São Paulo em 2004, para exposição da Associação Comercial, pelos 450 anos da cidade. Remexendo cópias do material, Guilherme Afif, secretário de Serra, acabou reencontrando a preciosidade.

Não há muitos dias – narra Anchieta – *de repente começou a turvar-se o ar, a enevoar-se o céu. O vento abalou casas, arrebatou telhados, arrancou pelas raízes grandíssimas árvores, de maneira que nos matos se taparam os caminhos sem ficar nenhum.*

Podia acontecer a qualquer momento. Pois na primavera que aqui começa em setembro, e no verão que começa em dezembro, caem abundantes e frequentes chuvas. Há então enchentes dos rios e grandes inundações nos campos.

E o mais admirável é que os índios, entretidos em seus beberes e cantares, não deixaram de dançar nem beber, como se estivesse tudo no maior sossego".

Será que os fenômenos descritos pelo Bem-aventurado José de Anchieta, tão semelhantes às tempestades de 2009, eram fruto das emissões de CO_2, do aquecimento global, do desmatamento, da extinção das espécies? Como dá facilmente para perceber, as chuvas e enchentes atuais nada têm de inusitado, nem muito menos podem servir como "prova" das tão anunciadas catástrofes ambientais. Devemos prestar muita atenção nas "evidências" e "conclusões" que nos são oferecidas (ou melhor, impingidas) como incontestáveis...

8 – A quem aproveita o ambientalismo catastrofista?

Resta uma pergunta: Afinal, o que move o ambientalismo? Seria mesmo o desejo inocente e altruísta de preservar o planeta e o meio ambiente? Ou será que, por trás desta fachada, se operam manipulações com o objetivo de arrombar as consciências e fazer as pessoas aceitarem mudanças

nas suas preferências e estilos de vida, apresentadas como "necessidades imperiosas" para a "sobrevivência do planeta"? Para onde apontam essas "imperiosas mudanças"?

Uma análise atenta do fenômeno nos leva a concluir que elas visam obter uma alteração fundamental da atual ordem de coisas – que é voltada para a produtividade e o desenvolvimento – rumo a uma sociedade primitiva e "despojada". Se não for assim, por que o ambientalismo tem necessidade de mentir de modo tão grotesco, para alcançar um fim que seria reto e inocente?

É bom não esquecer que ao longo da História as revoluções se travestiram em defensoras dos povos e das liberdades, mas acabaram por criar verdadeiras máquinas de extermínio – o nazismo e o comunismo são apenas os exemplos mais recentes – moldando "civilizações" que vilipendiaram o Direito Natural, violentaram a natureza humana em seus aspectos mais elementares, e em nome da libertação das "amarras" do Cristianismo erigiram outra baseada em costumes e métodos neopagãos, apresentando-os como "modernos".

Continuamos a achar que o perigo maior não são os fenômenos climáticos, mas a manipulação que em cima dos mesmos fazem certas correntes, com fins bem pouco claros. Vivemos na era da propaganda, e nas mentiras elaboradas com seus possantes mecanismos sustentaram-se e sustentam-se regimes políticos despóticos e assassinos. Por isso devemos tomar cuidado para não repetir insensatamente e sem conhecimento de causa certas falsidades com foros de "evidência", tornando-nos assim "inocentes úteis" a serviço dos interesses escusos desses que utilizam a fraude como método.

(Fonte: Blog *Radar da mídia*)

Capítulo VII

Com apoio da ONU, a marcha do ambientalismo radical

Na fundação da ONU, logo após a Segunda Guerra Mundial, ela aparecia como um organismo internacional para harmonizar as relações entre as nações e evitar novas guerras. Com o tempo, outras intenções foram se revelando. Um aparelho burocrático infiltrado pela esquerda passou a exercer atuação com o objetivo de impor um **governo mundial totalitário**, e assim transformar a humanidade numa sociedade hostil e até persecutória à Civilização Cristã. A agenda ambientalista está sendo utilizada para o mesmo fim, em grande parte sob os auspícios da ONU. Ela começou anunciando a preservação da natureza para o bem da humanidade. Depois seguiu a marcha revolucionária até a sua explicitação na Eco-92, quando aparece o comunismo metamorfoseado.

1 – Eco-92: Aparência tranqüilizadora, realidade preocupante

Na aparência, a Eco-92 tinha uma finalidade plenamente justificável. Segundo a versão divulgada, os cientistas haviam chegado à conclusão de que a Terra está gravemente ameaçada, porque os homens têm exercido seu domínio sobre ela de maneira brutal, anticientífica, predatória. Era preciso então que, em conjunto, os governos preparassem legislação, mediante a qual a Terra pudesse continuar a ser utilizada pelos homens. Era uma questão de vida ou morte.

À época, Plinio Corrêa de Oliveira a denunciou: "Surge a desconfiança de que a ecologia seja o comunismo metamorfoseado. '*Morfos*' significa forma, e '*meta*' indica transformação. Seria, portanto, a transformação do comunismo. A Revolução, colocando o homem a serviço de algo que é inferior a ele próprio, vai contra toda a ordem que Deus estabeleceu na criação. Então, aos que dizem 'o comunismo morreu', a resposta é: 'Aqui está o comunismo transformado'. E convém esclarecer que o igualitarismo ecologista realiza a plenitude do sonho igualitário do comunismo" (Fonte: Catolicismo, setembro de 1992).

2 – O meio ambiente se torna uma questão internacional

A preocupação com o meio ambiente vem de longa data, mas o assunto só tomou contornos de questão internacional a partir dos anos 60. Num *crescendo*, chegou-se a uma primeira discussão global do assunto em 1972, com a realização em Estocolmo da Conferência das Nações Unidas. Após esse evento, a ONU realizou uma série de reuniões e estudos sobre o tema, através dos seguintes organismos: Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD); Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP); Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED).

Em 1974, após uma reunião realizada pela UNCTAD e a UNEP, surgiu a Declaração de Cocoyok, com diversas hipóteses sobre o problema ambiental. Em 1975 foi publicado o Relatório Dag-Hammarskjold, projeto da Fundação Dag-Hammarskjold do qual participaram pesquisadores e políticos de 48 países, com a contribuição da UNEP e de mais 13 organizações da ONU. Em julho de 1986, a UNEP e a Organização Meteorológica Mundial (WMO) fundaram o **Painel Intergovernamental sobre mudanças climáticas (IPCC**) como órgão dependente da ONU. Em 1987, como resultado do trabalho da UNCED, foi publicado o Relatório Bruntland (*Nosso Futuro Comum*), tratando da sustentabilidade como estratégia de desenvolvimento.

O IPCC publicou em 1990, 1995, 2001 e 2007 vastos relatórios sobre as variações climáticas, suas causas e suas consequências na flora e na fauna. Tais relatórios foram acompanhados de sumários para elaboradores de políticas (SPM), incluindo diversas recomendações sobre medidas de

política ambiental destinadas a autoridades governamentais, e têm servido de base para acordos internacionais promovidos pela ONU.

Em 1992 realizou-se no Rio de Janeiro uma segunda reunião global da ONU sobre meio ambiente, conhecida como Eco-92 (ou Rio-92). Dela surgiram diversos documentos: Carta da Terra; três convenções sobre biodiversidade, desertificação e mudanças climáticas; Declaração de Princípios sobre Florestas; Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento; e a chamada Agenda 21.

Em 1997, como acompanhamento dessa agenda, realizou-se na sede da ONU em Nova York a reunião Rio+5, e em 2002 uma reunião análoga em Johanesburgo, a Cúpula de Johanesburgo, cognominada Rio+10. Dentre as ações relativas ao meio ambiente, promovidas pela ONU, cumpre destacar as que culminaram com o **Protocolo de Kyoto,** documento discutido e negociado em 1997 no Japão**.**

Em conjunto com tais iniciativas, algumas instituições como universidades, centros de pesquisas e ONGs têm participado nas discussões sobre a preservação do meio ambiente; e o Clube de Roma fez sobre o assunto diversas publicações de ampla difusão. No Brasil, a onda referente aos problemas ambientais teve forte repercussão. Começou a ganhar destaque a partir da segunda metade dos anos 60, e nas décadas seguintes a intervenção do Estado conduziu-a ao *status* de política pública. Em 1988 a questão ambiental foi contemplada na Constituição Federal.[viii]

Em 1992 o Brasil sediou no Rio de Janeiro a Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente, a Eco-92, promovida pela ONU. Desde então tem participado ativamente das diversas iniciativas da ONU, ratificando os documentos e resoluções acordados nessas ocasiões.

Como signatário da Convenção sobre a Biodiversidade, por exemplo, o Brasil estabeleceu áreas protegidas, que constituem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, visando preservar amostras representativas de cinco grandes áreas de ecossistemas brasileiros: floresta amazônica, cerrado, caatinga, pantanal e mata atlântica. No decurso dos anos foi montado um verdadeiro arcabouço jurídico sobre o meio ambiente, constituído por leis e decretos, instruções normativas, portarias, resoluções e normas dos mais diversos graus hierárquicos.[ix]

Simplificando bastante a questão, os problemas de preservação do meio ambiente podem ser classificados em duas categorias, segundo o número de envolvidos e sua amplitude geográfica: Na primeira estariam os problemas de preservação de nível local, ou seja, nos limites de um município, de uma cidade ou de uma localidade, tratando de questões como poluição do ar, resíduos industriais sólidos ou líquidos sem tratamento adequado, entre outras; na segunda categoria residem os problemas que afetam um estado, um país e até o mundo todo, como aquecimento global, deterioração da biodiversidade, esgotamento de recursos naturais não renováveis, etc.

Exatamente nesta última categoria entra o desvirtuamento do ambientalismo. Como explicamos com base em declarações do Prof. Molion, devemos "usar os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL): atividades humanas que reduzam a poluição (note: poluição, e não CO_2!) do ar, das águas e dos solos, reflorestamento de áreas degradadas. São medidas sempre muito bem vindas, e devem ser apoiadas. Mas é importante não confundir conservação ambiental com mudanças climáticas. Aqueça ou esfrie, temos de conservar o ambiente".

3 – Carta da Terra, o novo "decálogo"

A Carta da Terra foi apresentada e incluída entre os documentos aprovados pelos chefes de Estado na Cúpula da Terra (Assembléia Geral das Nações Unidas, 23 a 27 de junho de 1997), e faz parte das resoluções da Eco-92**.** É um manifesto materialista, pagão e panteísta. Entre outras coisas, tenta controlar firmemente a população mundial, idéia disfarçada entretanto com nobres intenções para o bem da humanidade.

Como um novo Moisés, Gorbachev (ex-primeiro ministro soviético) anunciou a Carta da Terra: "***O manifesto de uma nova ética para o novo mundo: o Decálogo da Nova Era. É a base de***

***um novo código universal de conduta, que deve reger o mundo a partir de 2000. Esses novos conceitos devem ser aplicados a todo o sistema de idéias, moral e ética e proporcionar uma nova forma de vida. O mecanismo que usaremos será a substituição dos Dez Mandamentos pelos princípios contidos na presente Carta ou Constituição da Terra*".**

No Rio de Janeiro, em 1997, os autores da Carta indicaram que estão dispostos a fazer "a agenda apenas para o governo mundial". Ou seja, a Carta é um projeto totalitário, com o objetivo declarado de impor uma ideologia particular baseada no materialismo, ateísmo e desejo de controlar tudo de acordo com o marxismo. O público está sendo submetido a uma espécie de lavagem cerebral, destinada a substituir o conceito de respeito pela natureza, que tem raízes cristãs, por programas ambientais da nova ideologia.
(Fonte: blog *Vida em sociedade*)

4 – Com a Eco-92, nova fase do terrorismo ambientalista

Da Eco-92 para cá, o ambientalismo foi progressivamente revelando os seus fins e aplicando a radicalidade dos seus métodos. Montou um aparato científico para justificar o seu terrorismo; e contra aquelas pessoas ou classes que se opõem ao novo decálogo, montou uma inquisição persecutória. Em artigo publicado na revista ***Catolicismo***, cujo conteúdo transcrevemos a seguir, o Prof. Plinio Corrêa de Oliveira expõe alguns itens em que desvenda a realidade profunda da **Eco-92**:

Autoridade ecológica universal – A reunião de chefes de Estado foi um primeiro passo para a constituição de uma autoridade ecológica mundial, sob a qual todas as nações se apagariam para ir formando um só magma universal.

Ecumenismo radical – Quase todas as organizações particulares eram constituídas por religiões. Propunham que, todas juntas, rezando e fazendo cerimônias, obteriam de deus (quem é esse deus? Buda? Brama?) que ele exercesse sua influência sobre as mentes dos chefes de Estado, e que estes tomassem resoluções na linha do que essas organizações estavam querendo. Nas reuniões das ONGs pairava a concepção de que todas as religiões se equivalem. Ser católico, budista, bramanista, adorador do sol, tudo é a mesma coisa nesse ecumenismo radical, numerosas vezes condenado pela Igreja. Para não deixar este ponto como mera hipótese, lembramos que o Dalai Lama foi visitar as ONGs e esteve também na reunião dos chefes de Estado. Ele é o chefe de uma religião panteísta praticada na Ásia, particularmente no Tibet, e com milhões de seguidores, que nega a existência de Deus pessoal e criador, sendo que especialistas em estudos de seitas ocultas apontam o Tibet como o centro irradiador do ocultismo no mundo inteiro, e que todas as religiões ocultistas se inspiram nas prédicas do Dalai Lama, uma espécie de sumo sacerdote delas. Ele foi recebido com honras tais que, em mensagens a ele dirigidas, foi tratado de "vossa santidade", exatamente como se faz com relação ao Papa. Assim, ficou implicitamente reconhecido como o chefe daquela babel de religiões.

Igualitarismo panteísta – Quando se examinam as doutrinas dessas religiões ocultistas, encontra-se um denominador comum entre elas: o panteísmo, segundo o qual não há um Deus pessoal, e sim uma força divina que impregna todo o universo, sendo nosso planeta um dos mais importantes pontos de concentração dessa força. Segundo afirmam, há algo de divino nos minerais, vegetais, animais, e também nos homens. O homem não seria então o rei do universo, como diz o Gênesis, mas o servidor do universo. Deve portanto prestar serviço à Terra, e não a Terra estar a serviço do homem. Em sua essência, o homem seria igual aos animais, vegetais e minerais, configurando o mais extremado igualitarismo. Trata-se de uma Revolução contra a autoridade legítima da Santa Igreja Católica, contrária também às autoridades que regem os Estados.

O índio é tomado como modelo – Uma corrente atual de cientistas, influenciados por determinadas convicções filosóficas e religiosas, afirma ser preciso tomar o índio como modelo do comportamento humano. Nisso fica subentendido que a civilização depreda a Terra, e a tribo é o ideal para o qual deve caminhar o homem. Essa corrente afirma que o raciocínio é um instrumento falho para conhecer a verdade, e consequentemente é preciso eliminar a ciência, o progresso, que se baseiam no raciocínio. Bem entendido, é preciso também acabar com a Teologia. Ela é a aplicação da inteligência aos dados da Revelação para, por via de dedução, conseguir novos conhecimentos teológicos extraídos do texto revelado. Portanto, nada de Igreja, nada de Teologia, nada de Estado. Tudo deve se apresentar solto, desgovernado e desconexo, à maneira do que existe entre os índios.

Ação preternatural – Entre as ONGs havia espíritas, umbandistas etc., que se entregam a comunicações com o além e outras práticas do gênero. Nascidas fora da Igreja, numa atitude de indiferentismo religioso condenado pela Santa Sé, tais práticas podem ser fruto de imaginações doentias, como também da ação preternatural do demônio, por isso a Igreja toma muito cuidado com aparições e revelações particulares. Na hipótese provável de origem diabólica, o demônio estaria assim projetando a sombra de sua bandeira sobre toda a Terra.

5 – Reações contra esses desvarios

Ao contrário do que se procura apresentar, a adesão aos conceitos e princípios desposados pela Eco-92 não foi unânime. Entre as vozes discordantes, 264 cientistas de renome mundial, incluindo 52 ganhadores do Prêmio Nobel, dirigiram através da imprensa um apelo aos chefes de Estado ali reunidos, manifestando sua preocupação ante a "aparição de uma ideologia irracional, que se opõe ao progresso científico e industrial e prejudica o desenvolvimento econômico e social". Realizou-se também uma conferência pública no Hotel Copacabana Palace, denominada "Eco-92 – Vozes Alternativas", promovida pela TFP e outras organizações de relevo.

Durante o Congresso Pró-vida da *Human Life International*, em novembro de 2011, e confirmando as previsões de Dr. Plinio Corrêa de Oliveira, Monsenhor Juan Claudio Sanahuja denunciou a ONU e outras entidades, que buscam estrategicamente influenciar os países com políticas anti-vida e a proposta de uma religião universal. Como ícone dessa religião universal, citou a **Carta da Terra**, entre cujos principais autores encontra-se Leonardo Boff, prócer da Teologia da Libertação. Ele defendeu a Carta da Terra na Assembleia das Nações Unidas, afirmando: "A Terra é a Mãe Universal; a Terra mesma está viva. Antigamente era a Mãe Fecunda. Para isso surgiu a Carta da Terra, que já foi reconhecida pela UNESCO como instrumento educativo. A Carta da Terra apresenta pautas para salvá-la, olhando para ela com compreensão e amor. O necessário é a espiritualidade, e não os credos e as doutrinas".

Mons. Juan Claudio Sanahuja contraria todas essas pretensões. Destacou que é preciso resgatar "a família humana fundada no matrimônio entre um homem e uma mulher, a defesa da vida humana desde a concepção até o seu fim natural, e os direitos dos pais à educação dos filhos". E denunciou que a estratégia da ONU e dos organismos que a promovem é uma "nova religião universal, sem dogmas".[x]

6 – Agenda neocomunista e atuação danosa do ambientalismo

Com agenda inaceitável num país católico e garantidor da liberdade, o ambientalismo de inspiração neocomunista fez o seu trabalho deplorável ao longo dos anos. E assim chegamos à situação atual, em que indigenistas, quilombolas, antidesenvolvimentas, socialistas, agrorreformistas e muitos outros ativistas de diversos matizes acabaram conseguindo engessar para a agricultura e pecuária 74% do território nacional. Na última investida, que resultou na imposição

de uma absurda legislação ambientalista com mais de 16.000 dispositivos que modificou o Código Florestal de 1965. Ela está eivada de inúmeros entraves ao progresso. E é mantida sobre a cabeça dos agropecuaristas como uma **espada de Dâmocles**, que agentes de algum governo neocomunista podem desatar contra eles a qualquer momento. Tratar-se-á de um verdadeiro **crime de lesa-pátria**, tendo-se em vista que porá em risco o progresso da nação, e até mesmo a sobrevivência de muitos.

Sobre o Código Florestal, trataremos a seguir.

Parte II

As contradições do "ambientalismo" no Brasil

O Brasil é o principal alvo do fogo cruzado do debate e da pressão ambientalista internacional, tendo sempre a Amazônia nas manchetes. Engrossam esse coro grupos ambientalistas catastrofistas, sustentados por ONGs internacionais, e não é por acaso que vão tentar repetir neste ano de 2012 a Eco-92, com o mega-evento "comemorativo" que será a Rio+20. Existem dois pesos e duas medidas nesse processo, pois a China, conhecida como a maior poluidora do universo, incompreensivelmente é pouco citada ou pressionada. Seria isso por "imunidades diplomáticas" mútuas de companheiros e camaradas?

No meio dessa confusão, exilado na babel das grandes cidades, o brasileiro assiste perplexo a esse debate. Com uma dubitativa simpatia pelo discurso ambientalista, evoca uma fugidia e cada vez menos real "nossa terra tem palmeiras onde canta o sabiá". Além da nostalgia ele sente medo, pois as tubas do terrorismo climático anunciam cada tsunami, furacão, calor excessivo ou frio insuportável à maneira das trombetas do apocalipse a golpear as consciências como sendo a vingança da natureza que não estaria sendo tratada com o necessário carinho.

Já durante a Eco-92, o Apelo de Heidelberg – lançado por 425 cientistas, e hoje subscrito por mais de 4.000 – contestava atitudes irracionais existentes em alguns meios, e advertia: "Queremos precaver as autoridades responsáveis pelos destinos da humanidade, contra decisões que estão apoiadas em argumentos pseudocientíficos ou falsos, e em dados irrelevantes. Chamamos a atenção de todos para a absoluta necessidade de ajudar os **países pobres** a atingir um nível sustentável de desenvolvimento e **evitar seu engessamento por uma rede de obrigações irreais, que podem comprometer sua independência e sua liberdade"**.

Como veremos nesta segunda parte, o movimento ambientalista nacional e internacional, de orientação neocomunista, engendrou meios para **engessar o agronegócio** e as obras necessárias ao desenvolvimento nacional. Foram inseridos na legislação ambiental inúmeras proibições, restrições, punições destinadas a imobilizar os propulsores do nosso progresso agropecuário. Inexplicavelmente, muito disso se mantém no projeto de Código Florestal, que aparenta beneficiar o empreendedor agrícola, mas o impede de desenvolver e aplicar suas imensas potencialidades. Esta segunda parte dedica-se a avaliar as conseqüências da aplicação de legislação ambiental vigente na economia rural e nacional. São previsíveis tantas conseqüências funestas, que não hesitamos em qualificá-lo de **crime de lesa-pátria**.

Capítulo VIII

Falso dilema: Agropecuária x meio-ambiente

Os recursos naturais estão aí para ser racionalmente explorados. O espaço geográfico brasileiro não é um jardim botânico nem um jardim zoológico. Precisa ser desenvolvido e explorado. Como separar o joio do trigo? Como compatibilizar o desenvolvimento da agricultura com a preservação do meio ambiente?

Afirma o Prof. Aércio Cunha que "o problema está na ambiguidade da sociedade em relação ao meio ambiente e ao crescimento. Nota-se que a sociedade brasileira fica muito triste, escandalizada e indignada com as queimadas na Amazônia, com a devastação dos recursos. Mas a mesma sociedade que fica indignada com a devastação do meio ambiente fica muito orgulhosa em ver a soja se expandir pela Amazônia. Fica feliz com os empregos criados pelas madeireiras naquela região, com o maior rebanho do mundo, em ser o País maior exportador de carnes. A sociedade quer as duas coisas, os dois argumentos são válidos" (Catolicismo, Dezembro de 2006).

Compatibilizar a agricultura e a pecuária com o meio ambiente é um problema muito complexo. O homem do campo é o maior interessado na sustentabilidade do seu negócio, e em sã consciência não deseja o prejuízo de ter o seu campo transformado em deserto. Isso, aliás, é o que se deve lamentar e coibir nos assentamentos de Reforma Agrária, onde a terra é de ninguém e os assentados só se interessam pelo saque e a prática da terra arrasada. Mas a atenção dos ambientalistas, que se volta com indisfarçável animosidade para os agropecuaristas que trabalham, produzem e fazem o nosso desenvolvimento, pratica uma omissão seletiva sobre a ação deplorável dos assentados. Dois pesos e duas medidas...

Não se monta uma fábrica, não se cultiva um campo para ser abandonado no ano seguinte. A atividade agropecuária, como toda atividade econômica, só pode ser concebida se for sustentável. **Agricultura sustentável** é quase um pleonasmo, que vem sendo usado para contestar a propaganda ambientalista. Porém essa sustentabilidade requer estudo, conhecimento e experiência, que se obtêm tanto mais quanto mais longe dos exageros emocionais do ambientalismo. Muitas universidades e institutos de pesquisa, como a Embrapa, vão descobrindo novas técnicas e maneiras de cultivo mais apropriadas ao nosso clima tropical. Os próprios produtores rurais percebem isso e adotam o que vai sendo descoberto.

Graças a esse esforço e à descoberta de novas técnicas, foi possível transformar o Brasil no segundo maior exportador de grãos do mundo. Essa realidade é omitida pela propaganda ambientalista, que continua disseminando falsidades. Uma delas é a acusação de que *a agricultura é uma devoradora de espaços.* O Dr. Evaristo Eduardo de Miranda, agrônomo e ecólogo, desmentiu isso em entrevista publicada no Globo Rural, da qual transcrevemos alguns tópicos:

"A sustentabilidade deve ser discutida levando em conta as mudanças que ocorreram na atividade nas últimas décadas. Há mais de 20 anos a agricultura vive uma retração territorial constante, de mais de 2 milhões de hectares por ano. Entre os períodos de 1986 e 2006, a área ocupada pelos estabelecimentos agrícolas diminuiu cerca de 45 milhões de hectares, ocupando cerca de 30% do território nacional. Mesmo assim, existe um mito de que a agricultura brasileira é uma devoradora de espaços, engolindo florestas e cerrados.

A agricultura perdeu espaço para áreas que não podem ser mecanizadas, para as cidades que ocupam áreas agrícolas, para a infra-estrutura do país, com estradas, hidrelétricas e redes de transmissão, que comem o espaço da agricultura todos os anos. Além desses fatores, houve a criação de muitos parques, reservas, áreas protegidas. Somente as unidades de conservação ocupam 30% do território nacional. São todas áreas nas quais a agricultura deixou de existir, e com certeza ela é menor do que foi há 40 anos.

A diminuição do território agrícola não pressiona áreas que devem ser protegidas. Entre 1976 e 2010, a área plantada com grãos no Brasil cresceu 27%, enquanto a produção aumentou 273%. Em um mesmo hectare o agricultor produz, em média, duas vezes e meia mais milho, trigo, arroz, soja e feijão. Em 1970, um agricultor brasileiro produzia alimentos para 73 pessoas. Em 2010, o número saltou para 155 pessoas. O que acontece é que as áreas vêm sendo utilizadas de forma mais intensiva e tecnificada, com duas e até três colheitas por ano. Em 30 anos, o país deixou a posição de importador de alimentos para tornar-se um dos maiores exportadores mundiais de produtos agrícolas, graças aos ganhos constantes de produtividade. Por isso eu insisto em que sustentabilidade tem de ser discutida nesse contexto. Ela é uma questão técnica, e não de crença ou boa vontade.

Durante décadas o produtor se manteve descapitalizado, apesar de produzir alimentos cada vez mais baratos para a população. E quem se apropriou desse ganho todo? As cidades, que sempre tiveram na agricultura o financiador líquido para o seu desenvolvimento. Nos últimos tempos o agricultor tem recebido mais por suas colheitas, e se estão mais capitalizados, têm condições de pensar em conservação de solo e investir em tecnologias parceiras do meio ambiente. O produtor rural vai encarar a sustentabilidade como uma grande oportunidade, e não mais como pressão.

O papel da preservação ambiental na agricultura é gigantesco. Ela é capaz de apresentar soluções para conservação da água e da biodiversidade. Além de alimentos e fibras, ela garante uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo. Segundo dados do Balanço Energético Nacional de 2010, 47,3% da energia brasileira provêm de fontes renováveis (cana-de-açúcar, hidrelétricas, lenha, carvão, biodiesel, etc.), em comparação com a uma média mundial de 18,6%.

Os produtores rurais são os que mais estão preparados para enfrentar as mudanças climáticas. Em parte, como conseqüência do acervo de variedades que o Brasil conseguiu formar. Por exemplo, existe soja para o clima frio, no Sul, e para temperaturas quentes, como no Centro-Oeste. O que iremos ver será talvez uma mudança no uso das variedades conforme as regiões.

Estudos da Embrapa já avaliaram que haverá redução de determinados cultivos e expansão de outros. Os agricultores têm competência para lidar com isso, pois são muito bem informados. Eles estão na terra movidos por um compromisso maior, e não apenas por questão de oportunidade. Pena que às vezes sejam tratados como criminosos por pessoas ainda apegadas a mentalidades do passado que não viram a evolução agrícola no País e ainda associam agricultura ao desmatamento.

Nos últimos 20 anos, houve uma série de alterações da legislação ambiental – via decretos, portarias, resoluções e medidas provisórias do Poder Executivo –, que restringiu severamente a possibilidade de remoção da vegetação natural, exigindo sua recomposição e o fim de atividades agrícolas em áreas tradicionalmente ocupadas. Com isso, em termos legais, apenas 29% do país seria passível de ocupação agrícola intensiva. Significa que mais de 71% do território nacional não pode ser usado para a agropecuária, quando a média mundial é de 12%.

Essas iniciativas não contemplaram realidades socioeconômicas existentes nem a história da ocupação do Brasil, e causam um enorme divórcio entre legitimidade e legalidade no uso das terras. Existem áreas consolidadas nas quais a agricultura está implantada há décadas ou mesmo séculos, como os vinhedos do Rio Grande do Sul, as maçãs em Santa Catarina, o café em Minas Gerais, e assim por diante. Isso precisa ser levado em conta, trabalhando o assunto com critérios técnicos. Pelos cálculos da Embrapa, se houver a obrigação de recompor essas áreas de preservação permanente (APPs), **o custo será de R$ 650 bilhões**. Nas contas do Instituto de Pesquisa Agrícola, **esse valor é de R$ 1 trilhão**. Com certeza, o setor rural não tem como arcar com essa conta.

É necessário melhorar a agricultura, reduzir seu impacto ambiental, mas contemplando as realidades que estão consolidadas. Não é possível compará-las com áreas novas de ocupação, como as do Piauí, Rondônia ou Pará, onde será necessário estabelecer restrições para que elas não sejam ocupadas de forma errada. A gente tem de levar para lá o que há de melhor, e não a agricultura predatória utilizada no passado.

(Fonte: Globo Rural, outubro de 2011)

Capítulo IX

Cinco séculos do processo histórico de ocupação do Brasil

Os ambientalistas radicais, juntamente com os agrorreformistas, criticam a estrutura agrária brasileira como se tivesse ficado imóvel durante 500 anos. Não querem reconhecer todo o desenvolvimento e o glorioso esforço de nossos antepassados na conquista desse enorme território. Chegam a afirmar que continuamos no regime feudal das capitanias hereditárias: "A propriedade agrícola no Brasil nasceu sob o regime feudal e vive nessa tradição". (Duarte, 1953, p. 12)[xi]. Esse realejo vem sendo repetido desde a década de 50, quando já era grande a difusão da propriedade da terra no Brasil. Em 1950, eram 1.668.143 proprietários, e em 1960 já eram 2.401.322. Hoje se ultrapassa cinco milhões de proprietários. O problema do Brasil não é "João sem-terra", mas "terra sem João". Ademais, 30% das terras brasileiras são devolutas e pertencentes à União, e precisam ser distribuídas e colonizadas.

1 – Ascensão e conquista do fazendeiro

Essa animadversão contra o fazendeiro não corresponde à popularidade da classe na tradição brasileira, descrita de modo magistral pelo Prof. Plinio Corrêa de Oliveira em *Reforma Agrária – Questão de consciência*:

"Até bem pouco tempo atrás, o fazendeiro era objeto da consideração e da estima indiscutida de todas as camadas sociais do País. Sua figura, como ela se delineou nas primeiras décadas do século XX, é bem conhecida de todos. Senhor de terras adquiridas pelo trabalho árduo e honrado ou por uma legítima sucessão hereditária, não se contentava em tirar delas, preguiçosamente, o estrito necessário para sua sobrevivência e a dos seus. Pelo contrário, movido por um nobre anseio de crescente bem-estar e ascensão cultural, aspirava ele ao pleno aproveitamento da fonte de riqueza que tinha em mãos.

Para isto, franqueava suas terras largamente às famílias de trabalhadores braçais que, vindos de todos os quadrantes do Brasil e das mais variadas regiões do mundo, procuravam no campo condição de existência honesta e segura. Dedicado de sol a sol à direção da faina rural, o proprietário, associado assim aos trabalhadores braçais na tarefa de tirar do solo recursos de que um e outros iam viver, era verdadeiramente o *pater*, o patrão de cujos bens e de cuja atuação todos recebiam alimento, teto, roupa e meios de poupança, na medida da situação e da cooperação de cada qual.

A história de nossas velhas estirpes de proprietários rurais é a história de uma ascensão. Nascida espontaneamente das profundezas da ordem natural das coisas, a propriedade agrícola deu origem entre nós a uma elite social que foi, de início, composta de desbravadores valentes e dinâmicos, a que sucederam gerações de agricultores fixados em suas glebas, postos em luta constante com a natureza bravia do sertão.

Aos poucos a rudeza da terra se foi atenuando, uma tradição agrícola sempre mais completa foi estabelecendo os métodos de trabalho, os sistemas de plantio e a rotina judiciosa e eficiente das atividades rurais. O agricultor ia, com isto, ficando menos absorvido pelas suas funções. Ao mesmo tempo, as cidades se iam multiplicando e as comunicações com o Velho Mundo se iam tornando mais seguras e rápidas.

Firme na base econômica que seu trabalho e o de seus maiores lhe haviam formado, o fazendeiro sentia em si a consciência de que a simples posse de um patrimônio não basta para criar uma elite digna desse nome. Da tradição luso-brasileira, marcada a fundo pela influência cristã,

herdara ele valores de alma inestimáveis, que cumpria polir e acrescer no convívio com os centros urbanos do Brasil e do exterior.

Daí o aparecimento do agricultor meio citadino, no espírito e nas maneiras. Sem perder suas raízes na terra, essa elite crescia assim gradualmente, em instrução, cultura e distinção de maneiras. Por esta forma ela se capacitava para – fiel embora ao seu cunho agrícola – fornecer à Nação grande número de intelectuais, comerciantes, industriais, estadistas, homens e damas da sociedade, que tanto valor e tanto realce deram à nossa vida política, cultural e social.

Por esta forma o Brasil, outrora atrasado e sem recursos, se ia apetrechando e adornando com todos os produtos do mundo civilizado. A lavoura era a base da prosperidade nacional. O impulso que ela deu ao País se tornou notório ao mundo inteiro. Daí veio a reputação de terra da fartura, que o Brasil começou a ter já desde os fins do século XIX. Éramos, com os EUA e a Argentina, a Canaã para a qual afluíam, cheios de esperança e dinamismo, as multidões da Europa, do Oriente Próximo e do Extremo Oriente" (CORRÊA DE OLIVEIRA, pp. 51-53).[xii]

2 – O Brasil tropical tornou-se um celeiro mundial

Na introdução da mesma edição comemorativa dos 50 anos de RAQC, o Príncipe Dom Bertrand de Orléans e Bragança ressaltou:

"A partir dos anos 70, uma grande transformação fez progredir em passos gigantescos o campo brasileiro. Novas fronteiras agrícolas foram abertas pelos agricultores, que assumiram assim o papel de indômitos desbravadores. Além da coragem e do espírito empreendedor, eles adquiriram novas técnicas e práticas no semear o árido cerrado, graças às pesquisas de universidades rurais e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Em poucas décadas a produção rural brasileira tornou-se a segunda maior do mundo, sendo em área tropical a primeira.

Dados da Confederação Nacional da Agricultura expõem os números dessa impressionante transformação: Em 1965, antes do início desse processo, a produção brasileira de grãos era de 20 milhões de toneladas para uma população de 80 milhões de habitantes, portanto uma produção de 250 kg de grãos por habitante; em 2011 a safra brasileira de grãos chegou a 162,9 milhões de toneladas para uma população de 190 milhões de habitantes, uma produção per capita de 857 kg. A produção total multiplicou-se por oito, embora no mesmo período a área de plantio tenha passado de 21 milhões de hectares para apenas 49 milhões. A produção de carnes em 1965 era de 2,1 milhões de toneladas, o equivalente a 25 kg por habitante por ano. Em 2010, alcançou 24 milhões de toneladas, equivalente a cerca de 120 kg por habitante por ano. A produção total aumentou onze vezes, ao passo que as áreas de pastagens cresceram apenas 15%.

Esses gigantescos aumentos de produção e produtividade mudaram a história da economia brasileira. Nossa agricultura altamente produtiva e de grande escala conquistou os mercados externos, passando a gerar grandes superávits no balanço de pagamentos, dada a sua pequena dependência de importações.

Entre 1994 e 2009, o agronegócio acumulou um saldo comercial com o exterior de US$ 453 bilhões. No mesmo período, o saldo comercial total do Brasil foi de US$ 255 bilhões. Significa isto que, sem a contribuição das exportações do agronegócio, o Brasil teria incorrido num déficit comercial de US$ 198 bilhões, praticamente o valor das reservas cambiais do País no final do ano passado. Sem a contribuição do agronegócio, o País estaria vivendo gravíssima crise cambial, e a história do nosso crescimento recente teria sido muito diferente.

Outro efeito dessa transformação no campo foi a persistente queda do custo da alimentação no mercado interno. Os professores José Roberto Mendonça de Barros e Juarez Rizzieri realizaram pesquisa comprovando que o custo no varejo de uma ampla cesta de alimentos caiu mais de 5% ao ano na cidade de São Paulo, em termos reais, entre 1975 e 2005. Antes, uma família brasileira gastava 48% de sua renda com alimentos, e hoje gasta cerca de 20%. Há 30 anos, um salário mínimo comprava 70% de uma cesta básica, e atualmente o mesmo salário compra duas cestas. O

aumento da produção de alimentos no País gerou, portanto uma redução de preços, e é esta economia que permite às famílias investir em bens de consumo duráveis e semiduráveis.

Uma variação com tais dimensões só foi possível pelos aumentos impressionantes da produção e da produtividade no campo. Em decorrência disso, as classes de renda média e baixa não apenas puderam consumir mais e melhores alimentos, como elevaram seu poder de compra de produtos industriais. Assim, quando se procura explicar a melhoria do padrão de vida das populações mais pobres, o efeito da queda dos preços agrícolas é mais importante que as transferências de renda.

Podemos com ufania homenagear como herói o nosso produtor rural: ele produz 80% de todo o suco de laranja do mundo; 40% de todo o café; 40% do açúcar exportado em todo o mundo; 500 mil barris de etanol (equivalente) por dia; e ainda tornou o Brasil o criador do maior rebanho bovino do mundo; o maior exportador de soja; o maior exportador de carne bovina e de frangos; e o segundo maior exportador de grãos".

Não é pouco, para uma agropecuária sujeita a tanta incompreensão e perseguição, exercida por muitos daqueles que colhem os louros dessas vitórias.

Capítulo X

Indisfarçável cobiça internacional sobre a Amazônia

Tão velha quanto o descobrimento de Pedro Álvares Cabral, é a cobiça estrangeira pela Amazônia, que detém a maior floresta tropical úmida do mundo, dispondo de 20% das reservas mundiais de água doce. Sua biodiversidade parece incomensurável. Lá se encontram o maior banco genético e a mais vasta província mineralógica planetária, na qual ocorrem, entre outras, abundantes jazidas de ouro, cassiterita e minérios estratégicos de terceira geração, como o urânio, o titânio e o nióbio. Esse imenso território brasileiro, arduamente conquistado pelos nossos antepassados, precisa ser efetiva e racionalmente povoado, guardado e defendido, sobretudo nos dias atuais, quando tal cupidez se tornou indisfarçável.

1 – O legado territorial brasileiro foi garantido pelo esforço português

Os espanhóis foram os primeiros europeus a chegar à Amazônia. Garantidos pelo Tratado de Tordesilhas, eles entraram no século XVI como senhores da região, de fato e de direito. Toda a bacia amazônica estava praticamente em seus domínios. A incorporação da Amazônia ao território brasileiro não foi obra do acaso. Os caminhos pelos quais a Coroa Portuguesa conquistou territórios situados originalmente no domínio espanhol não foram aleatórios, e sim recheados de estratégia geopolítica, meandros inesperados, heróicas surpresas, episódios ocultos, aventuras religiosas e guerreiras, além de muita persistência. Graças ao sangue, suor e lágrimas do pequeno mas heróico Portugal, o Brasil é um país de dimensões continentais.

Ao longo dos séculos XVII a XIX, os luso-brasileiros ergueram em pontos estratégicos da Amazônia um total de 35 obras de arquitetura militar, como fortalezas e fortins. O Forte do Presépio, que deu origem à atual cidade de Belém (PA), foi iniciado em 1616 por Francisco Caldeira Castello Branco. Um modelo dessas fortificações é o monumental Forte Príncipe da Beira nos confins de Rondônia. A construção, em região inóspita e despovoada, requereu ingentes esforços durante sete anos. Seu construtor foi o Capitão-General D. Luís de Albuquerque Mello Pereira e Cáceres, que registrou em ata em 1776: *"A soberania e o respeito de Portugal impõem que neste lugar se erga um forte, e isso é obra e serviço dos homens de El-Rei, nosso Senhor. E, como tal, por mais duro, por mais difícil e por mais trabalho que isso dê, é serviço de Portugal. E tem de se cumprir"*. Entre 1776 e 1778, para garantir o extremo norte de nossa fronteira, foi construído em Roraima o Forte de São Joaquim, que dominava estrategicamente a formação do Rio Branco e os acessos aos rios Tacutu e Urariquera, afastando para sempre as ameaças de invasão espanhola ou holandesa por aquela via.

Outro grande legado lusitano foi a harmonia e a fusão de raças na formação da nacionalidade brasileira. Muito antes da independência, três raças se uniram para expulsar o invasor holandês, sendo heróis os seus líderes – os brancos Vidal de Negreiros e Fernandes Vieira, o negro Henrique Dias e o índio Felipe Camarão. Nas duas duras batalhas travadas em Guararapes, Pernambuco, em 1648 nasceu o Exército Brasileiro. Sobre Guararapes, disse o eminente sociólogo Gilberto Freire: *"Escreveu-se a sangue o endereço do Brasil: o de ser um Brasil verdadeiramente mestiço, na raça e na cultura"*.

No entanto, toda a tradição histórica brasileira poderá ser perdida por essa insensata política indigenista, que separa, segrega e insufla os índios contra os não índios. Se a esta insensatez somarmos outras, como a divisão racial entre brancos e negros (de acordo com o *Estatuto da Igualdade Racial*) e o confisco de propriedades através do *Decreto Quilombola*, teremos um quadro demolidor de nossa formação social e uma séria ameaça para a paz no nosso País.

2 – Ataque à soberania nacional, objetivo de ambientalistas e de governos

Em 1987, quando se elaborava a Constituição vigente, o Prof. Plinio Corrêa de Oliveira advertiu: "O Projeto de Constituição, ao adotar assim uma **concepção tão hipertrofiada dos direitos dos índios**, abre caminho a que se venha a reconhecer aos vários agrupamentos indígenas uma como que soberania *diminutæ rationis*. Uma **autodeterminação**, segundo a expressão consagrada".

Indagado se o Exército Brasileiro considera que a Amazônia é alvo de cobiça internacional, o Gen. Augusto Heleno Ribeiro Pereira respondeu: "Essa é uma questão que extrapola o componente militar. A cobiça internacional não se manifesta por ações explícitas de força. Ela age de forma sub-reptícia, pouco transparente e dissimulada. Fica difícil entender por que pouquíssimas ONGs dedicam-se a socorrer a população nordestina, enquanto centenas delas trabalham junto às populações indígenas. Algumas, ao que parece, investem milhões de dólares na região. Não se trata de uma questão de governo, mas uma questão de Estado, uma questão de soberania".

Algumas declarações preocupantes aparecem em 2004, no Relatório da Comissão da Câmara dos Deputados:

Al Gore, ex-vice-presidente dos EUA, declarou em 1989: "***Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós***".

François Mitterrand, ex-presidente da França, em 1989: "***O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia***".

Mikhail Gorbachev, ex-presidente da Rússia, em 1992: "***O Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes***".

John Major, ex-primeiro-ministro do Reino Unido, em 1992: "***As nações desenvolvidas devem estender o domínio da lei ao que é comum de todos no mundo. As campanhas ecologistas internacionais sobre a região amazônica estão deixando a fase propagandística para dar início a uma fase operativa, que pode definitivamente ensejar intervenções militares diretas sobre a região***".[xiii]

3 – Amazônia: Pulmão do mundo e santuário da fantasia ambientalista

Esse desejo de internacionalização da Amazônia deu origem e instrumentalizou vários mitos e fantasias, que servem como pretexto aos terroristas ambientais. O principal deles, até hoje repetido por muitos desavisados, é que a Amazônia seria o "pulmão do mundo". O Dr. Emilson França de Queiroz, doutor em Agronomia, pesquisador da Embrapa e ex-Diretor do Instituto Nacional de Meteorologia colocou nos devidos termos os vários mitos sobre questões ambientais, os seus exageros e consequências:

"Toda floresta – como qualquer ser vivo na sua fase de crescimento – absorve e acumula carbono. Isso porque a quantidade absorvida através da fotossíntese é maior do que a emitida pela respiração. A floresta cresce, mas ao chegar num ponto em que está madura, sua emissão de carbono se iguala à do carbono que ela absorve. Nesse aspecto, ela se torna um ser totalmente neutro.

Assim também nós. Enquanto crescemos, acumulamos carbono. Quando chegamos à idade adulta, o que absorvemos é igual ao que emitimos – paramos e não crescemos mais. O mesmo sucede com qualquer ser vivo, e também com qualquer árvore de floresta como a Amazônia. A floresta amazônica não é o 'pulmão do mundo'. Esse papel pertence aos oceanos, pela sua extensão de 351 milhões de quilômetros quadrados e pela sua capacidade de continuamente trocar CO_2 com a atmosfera. De longe, são os oceanos que controlam a quantidade de CO_2 e também a de vapor de água existente na atmosfera.

Isso é controlado pela variação de temperatura. À medida que a temperatura aumenta, os oceanos emitem mais CO_2, e à medida que ela diminui, mais CO_2 é dissolvido na água do mar. Isso acontece nesses 351 milhões de km^2 de superfície dos oceanos. Não há proporção disso com nenhuma floresta do mundo. Não só pela muito menor área das florestas [Lembramos que a superfície **total** do Brasil é de apenas 8,5 milhões de km^2], como também pelo fato de que, quando as florestas atingem sua maturidade, tornam-se neutras no sentido de que a absorção de CO_2 se iguala à de emissão" (Fonte: "Catolicismo", agosto de 2007).

A fantasia sobre a Amazônia se manifesta por declarações de líderes internacionais reivindicando a sua "internacionalização", como vimos acima. Filmes de Hollywood, como a superprodução *Avatar* de James Cameron, abusam de efeitos especiais criados pela tecnologia digital, para povoar a imaginação do espectador e exaltar a harmonia dos povos da floresta com a selva. A floresta intocável se torna idílica, habitada por povos sábios que a preservam, mas na realidade o regime tribal é o da pedra lascada. Portanto, de fato o que se procura conseguir é a apostasia e a negação dos restos da Civilização Cristã e de todo o processo civilizatório.

O primeiro elemento dessa fantasia consiste em considerar estática aquela natureza exuberante. No surpreendente livro *Quando o Amazonas corria para o Pacífico,* Evaristo de Miranda desvenda algumas hipóteses sobre a origem e conquista dessa região:

"Houve um tempo em que o Rio Amazonas corria para o Oeste e desaguava no Oceano Pacífico. Após separar-se da África, e antes de se ligar à América do Norte, por milhões de anos a América do Sul permaneceu isolada, como uma ilha imensa. Suas plantas e animais evoluíram diferentemente dos demais continentes. Com o soerguimento dos Andes, um grande mar interior – onde viviam jacarés de 30 metros, tubarões de água-doce e estranhos golfinhos – recobriu parte da Amazônia. O grande rio inverteu seu curso para o Leste, em direção ao Atlântico. Então surgiu o Istmo do Panamá, ligando as Américas, e a região assistiu a uma invasão de espécies do Norte: felinos, camelos, herbívoros, roedores. E muito depois, pelo mesmo caminho, chegaram caçadores-coletores e povoaram a Amazônia em levas sucessivas. Os povos amazônicos não edificaram com rochas; não descobriram como extrair metais; não inventaram a roda e viveram na Idade da Pedra Lascada. Não tinham escrita. Seus vestígios estão na humanização das florestas, em marcos vivos como os castanhais do Pará, as florestas de bambu do Acre, os cerrados na fronteira com o Suriname".

A floresta favorecida pelo deserto...

Outra fantasia consiste em propagar que a Amazônia vai virar deserto se for ocupada pela agropecuária. Na realidade são várias Amazônias com vários tipos de relevo e de solo. Faltam estudos e pesquisas sérias sobre o potencial da região.

Pouco se conhece sobre o clima e as diversas variantes intercontinentais. Não é incomum, por exemplo, na Itália meridional as tempestades de areia trazidas pelo vento quente – Siroco – que sopra no norte da África, podendo em certas ocasiões atingir até o sul da França e da Espanha.

Fenômeno semelhante acontece na Amazônia. Fotos de satélite mostram nuvens de areia que saem do deserto do Saara, atravessam o oceano Atlântico e vêm cair sobre a Amazônia. Elas ajudam na precipitação da chuva local. Daí pode-se conjeturar que se o clima mudasse e o Saara virasse uma floresta, poderia faltar chuva na Amazônia e a região transformar-se-ia em savana ou deserto...

Capítulo XI

Modificação arbitrária das leis e desvio de finalidade

A pressão ambientalista de origem neocomunista, que vimos analisando, é exercida pelas mesmas correntes ideológicas envolvidas com falsos quilombolas, indigenistas, MST, CPT, agrorreformistas, e vai conduzindo o País a um verdadeiro processo de **auto-engessamento,** que gerará gravíssimas consequências sociais e econômicas num futuro próximo. Aos já conhecidos programas de Reforma Agrária, reservas indígenas, proteção ambiental e quilombolas, sobreveio um processo de **desvio da finalidade do Código Florestal, chegando até a criminalização do homem do campo.**

O Código Florestal de 1965 já era uma lei intervencionista. Embora seus fautores afirmassem ter sido ele preparado por vasto estudo sobre a legislação florestal no mundo, na verdade, não se levou em conta os grandes avanços da agricultura nem a diversidade desse país continente. O Brasil sempre manteve a preocupação com as florestas ao longo de sua história, desde os tempos do Brasil Colônia, com as Ordenações do Reino, depois as Leis Imperiais que preservavam as "madeiras de lei" e o seu manejo para que sempre houvesse madeira para a construção e indústria.

O Código de 1965 estabelecia assim que houvesse uma reserva de 25% das florestas ainda existentes e não de 25% da área total da propriedade rural. Mas esse Código Florestal original foi totalmente modificado. Foi sofrendo alterações substanciais nesses 47 anos, sem nunca ter sido votado pelo Congresso Nacional, que sequer foi consultado.

Ressalta o relatório do deputado Aldo Rebelo: "Bem ou mal, o Código Florestal votado em 1965, em pleno governo militar, foi submetido ao crivo de juristas de espírito público e à aprovação do Congresso Nacional. **É paradoxal que em plena democracia ele tenha sido completamente alterado por decretos, portarias, resoluções, instruções normativas e até por uma medida provisória, que virou lei sem nunca ter sido votada".**

De fato, em 1996, sob a influência do Ministério do Meio Ambiente, ambientalistas radicais, perseguidores do agronegócio e da propriedade privada, passaram a "legislar" através de medidas provisórias, decretos, portarias, instruções normativas, resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Chegamos assim ao absurdo de um verdadeiro **entulho ambientalista**, com mais de **16.000 dispositivos!** Todo esse cipoal de medidas provisórias e de portarias não faz senão retroceder e engessar substancialmente a produção, o emprego, a renda do campo e a arrecadação dos municípios.

O Código Florestal, com esse **entulho ambientalista**, acabou por estabelecer fortes limites ao direito de propriedade, tanto no uso quanto na exploração do solo e das florestas. De início, a Reserva Legal prevista abarcava apenas 25% das florestas existentes. Mais tarde chegou a atingir 20% de cada propriedade rural. Hoje, tal percentual chega a 80% na região amazônica, 35% no cerrado e 20% nas demais áreas. Em 1986 foi adicionado o conceito novo de Áreas de Preservação Permanente (APPs).

Uma agravante surgiu a partir de 1998. O Código Florestal passou a incorporar a Lei de Crimes Ambientais (9.605/98), que transformou em delito diversas infrações administrativas. Tal mudança permitiu aos órgãos de fiscalização ambiental aplicar aos "infratores" multas escorchantes, às vezes ultrapassando o valor de suas propriedades, além da probabilidade de acarretar prisão.

Todo esse conjunto de normas, somadas às provenientes de legislações envolvendo terras indígenas, proteção ambiental e quilombolas, deixará engessado (no jargão de hoje, significa que será proibida a exploração) em torno de 74% do território nacional, aberração jamais vista na história de qualquer nação.

O relatório Rebelo declara:

"As alterações tornaram de tal forma a legislação impraticável, que o presidente da República adiou por decretos – o último deles com validade de dezembro de 2009 até junho de 2011 – a entrada em vigor de alguns de seus dispositivos. A legislação põe na ilegalidade mais de 90% do universo de 5,2 milhões de propriedades rurais no País. Atividades inteiras viram-se, do dia para a noite, à margem da lei, submetidas às pressões e sanções dos órgãos ambientais e do Ministério Público. Homens do campo, cumpridores da lei, que nunca haviam frequentado os tribunais ou as delegacias de polícia, viram-se de repente arrastados em processos, acusações e delitos que não sabiam ter praticado. Houve casos de suicídio, de abandono das propriedades por aqueles que não suportaram a situação em que foram colhidos.

Combinados, os dispositivos legais existentes podem **transformar em crime ambiental o próprio ato de viver**. Percorrendo o labirinto legal de milhares de normas entre leis, portarias, instruções normativas, decretos, resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e legislações estaduais, a autoridade ambiental ou policial pode interpretar como crime ambiental a simples extração de uma minhoca na margem de um riacho, a tradição indígena e camponesa de fermentar a raiz da mandioca usando livremente o curso d'água, a extração do barro para rebocar as paredes das casas de taipa dos moradores da roça, a extração do pipiri para a confecção das tradicionais esteiras do Nordeste, ou as atividades seculares das populações ribeirinhas por toda a Amazônia.

No Rio de Janeiro, cogitou-se da retirada de **centenárias jaqueiras** situadas em florestas públicas, a pretexto de serem árvores exóticas, não nativas da Mata Atlântica, o que é verdade. Rigorosamente, a jaqueira é originária da Ásia, mas por aqui aportou no século XVII e foi usada no reflorestamento do maciço da Tijuca **por ordem de D. Pedro II**. É o caso de se requerer ao Ministério da Justiça a naturalização da espécie, algo que qualquer cidadão [estrangeiro] pode alcançar com meros cinco anos de residência fixa no País.

Passou para a ilegalidade a **criação de boi nas planícies pantaneiras**. No bioma mais preservado do País, o boi é criado em capim nativo, método totalmente sustentável, mas que se tornou ilegal a partir da legislação que considera todo o Pantanal Área de Preservação Permanente (APP). Fora da lei, estão também 75% dos produtores de arroz, por cultivarem em várzeas, prática adotada há milênios na China, na Índia e no Vietnã, para não falar de produtores europeus e norte-americanos que usam suas várzeas há séculos para a agricultura.

Em desacordo com a norma legal, está também boa parte da banana produzida no Vale do Ribeira, em São Paulo, e que abastece 20 milhões de consumidores a pouco mais de 100 quilômetros do centro de produção. A situação é igual para milhares de agricultores que cultivam café, maçã e uva em encostas e topos de morros em Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul" **(Extraído do relatório aprovado na Câmara).**

Capítulo XII

Congressistas decidem refazer o Código Florestal

Em 2009, o deputado Valdir Colatto e mais 74 deputados propuseram o Projeto de Lei (PL) 5.367/2009, um novo Código Ambiental, não apenas um Código Florestal, pois meio ambiente envolve "água, ar, solo, flora, fauna, e principalmente a sociedade humana". Infelizmente o projeto foi apensado ao PL 1.876/1.999 junto com mais 10 projetos, dando origem ao substitutivo do relator Aldo Rebelo, aprovado na Câmara e depois alterado no Senado.

1 – Leis que depois se tornam crimes

Essa reação no Congresso veio da perplexidade do honrado homem do campo, que fora criminalizado com fatos retroativos. Explica o deputado Valdir Colatto no artigo *Ambientalismo de resultado*:

"Na década de 50, o governo obrigava a desmatar para o agricultor garantir o direito de propriedade. Na década de 60, o governo desmatava nas margens dos rios para combater a malária e a febre amarela. Nos anos 70, o governo incentivava a suinocultura na margem dos açudes para fazer a criação, aproveitando os dejetos na alimentação dos peixes. Na década de 80, implantou o Provárzea (drenagem de banhados) para o plantio nas várzeas, que eram e são as terras mais férteis. Na década de 90, utilizou as áreas com mata para fazer assentamentos da Reforma Agrária, classificando áreas com matas como improdutivas. A partir de 2000, o governo enquadrou quem fez isso como criminoso ambiental. E daí, cara pálida? Hoje, quando se apresenta a proposta para atualizar o Código Florestal Brasileiro, respeitando as áreas consolidadas, os ambientalistas mais radicais alardeiam que se vai anistiar os desmatadores e aqueles que desrespeitaram a legislação ambiental. Como engenheiro agrônomo, vivenciei a partir dos anos 70 esta realidade, e não é justo que a legislação atual debite essa culpa ao produtor rural, e que os ambientalistas escondam as mazelas ambientais urbanas elegendo os agricultores como grandes culpados".

2 – No Congresso Nacional, a política de ceder para não perder

No dia 25 de maio de 2011 foi aprovado pela Câmara dos Deputados o projeto de novo Código Florestal (PL 1876/99), em substituição ao cipoal de leis ambientais do antigo Código Florestal (Lei 4471/65). Com novas alterações, foi aprovado no Senado Federal no dia 6 de dezembro de 2011. Voltou para a Câmara a fim de se proceder à votação final. E no dia 25 de abril de 2012 foi aprovado por 284 votos a favor e 184 contrários o relatório do deputado Paulo Piau (PMDB-MG), com 21 alterações ao texto do Senado.

No momento em que escrevemos, a presidente acabou de promulgar a Lei 12.651 do Código Florestal, com 12 vetos ao texto aprovado pela Câmara e 32 modificações feitas através da Medida Provisória 571.

O veto parcial da presidente Dilma ao novo Código Florestal deixou perplexa boa parte dos produtores rurais no Brasil inteiro.

Nem o apelo dos prefeitos de todo o País que pediram à Presidente a sanção do Código Florestal como garantia de sobrevivência de mais de 4.000 municípios, nem o manifesto do Conselho Nacional dos Secretários de Agricultura (Conseagri) em que os titulares das pastas estaduais de Agricultura ponderavam que tópicos polêmicos – como a anistia das multas e

recuperações de Áreas de Proteção Permanente (APPs) – fossem debatidos posteriormente, conseguiram convencer a Presidente.

Infelizmente, a influência de ONGs – muitas delas exóticas – falou mais alto ao ouvido da Presidente, e, agora, teremos de trocar alimentos por mata nativa. Com efeito, na MP, o governo obriga o replantio de mata nativa nas áreas de preservação dos rios. Os produtores rurais terão de recompor entre 5 e 100 metros de vegetação nativa das APPs nas margens dos rios, dependendo do tamanho da propriedade e da largura dos rios que cortam os imóveis rurais.

As novas regras vão substituir o Artigo 61 do Código aprovado pela Câmara dos Deputados em fins de abril. O texto exigia a recuperação da vegetação de APPs ao longo de rios com, no máximo, 10 metros de largura. Não previa nenhuma obrigatoriedade de recuperação dessas áreas nas margens dos rios mais largos.

Para imóveis rurais com até 1(um) módulo fiscal (unidade de área que varia de 5 a 110 hectares, de acordo com a região do país), o proprietário terá que recompor na APP uma faixa de 5 metros de largura a partir da calha do rio, independentemente do tamanho do curso d'água. Se houver outras APPs na propriedade, a área preservada não poderá ultrapassar 10% da área total do imóvel.

Nas propriedades entre 1 e 2 módulos fiscais, a faixa a ser reflorestada deverá ter 8 metros, qualquer que seja a largura do rio. Nos imóveis rurais entre 2 e 4 módulos fiscais, os proprietários terão que recuperar 15 metros. No caso de imóveis entre 4 e 10 módulos rurais, a largura da recomposição da mata nativa será 20 metros nas APPs ao longo de rios de até 10 metros de largura, e 30 metros a 100 metros nas margens de rios mais largos.

Os médios proprietários de terras, com imóveis com mais de 10 módulos fiscais, serão obrigados a recompor, no mínimo, faixas de 30 metros de largura nas APPs ao longo de pequenos cursos d'água (com 10 metros de largura) e entre 30 metros e 100 metros nas margens de rios maiores, com mais de 10 metros de largura.

No artigo *Considerações sobre o Novo Código Florestal* o Dr. Evaristo Eduardo de Miranda destaca algumas disposições da nova lei, como no caso da Reserva Legal: "foram mantidos os percentuais criados nos anos 1990, mas acabaram exigências como as do registro da Reserva Legal no Cartório de Registro de Imóveis. O registro da Reserva Legal no CAR já basta.

"Além disso, os proprietários ou possuidores de imóveis rurais que agiram de acordo com a legislação em vigor à época da supressão de vegetação nativa, respeitando os percentuais de Reserva Legal, estão dispensados de promover a recomposição, compensação ou regeneração para os percentuais exigidos nesta Lei. Para imóveis com até quatro módulos fiscais será considerada como Reserva Legal a vegetação nativa porventura existente no imóvel em 22 de julho de 2008, seja qual for esse percentual.

"Foram definidas diversas formas de recomposição da Reserva Legal, sendo admitido o plantio associado de espécies exóticas (até 50%), além da regeneração natural. Também se admite o cômputo das Áreas de Preservação Permanente no porcentual de Reserva Legal exigido, que continua a variar conforme a região. Foi aprovada a exploração para autoconsumo, sem burocracia, e até o uso comercial da Reserva Legal. Ressalte-se que as funções de proteção contra a erosão, conservação das águas e abrigo da biodiversidade não são prejudicadas pelo aproveitamento sustentável dos produtos da Reserva Legal, realizado de acordo com normas estabelecidas."

Dr. Miranda aponta as mudanças nas APPs: "Foram consolidadas as atividades agrossilvipastoris existentes em Áreas de Preservação Permanente associadas ao relevo até 22 de julho de 2008, mediante o uso de técnicas conservacionistas de solo e água. Estão autorizadas as culturas perenes, semiperenes e de ciclo longo, conciliando a necessidade de proteger o meio ambiente e trazer segurança para os produtores de uva, maçã, figo, goiaba, manga e outras fruteiras em áreas de relevo, bem como para a silvicultura e a pecuária.

"Ficou uma lacuna no tocante à produção familiar de alimentos e ao cultivo de tabaco em encostas. Também foi regularizada a pecuária tradicional no Pantanal, o uso racional das várzeas e

outras situações. O artigo referente à consolidação da agricultura ao longo dos rios foi vetado e merece ser considerado junto com os itens da Medida Provisória 571."

Outros problemas são apontados pelo Dr. Miranda: "A questão da irrigação e dos riachos intermitentes do Nordeste é mais uma que ainda não está equacionada. A alteração do conceito de pousio e a volta da principiologia no artigo no. 1 são problemáticas, assim como outros temas pontuais."

"Se o problema dos pequenos ruralistas foi amenizado, o mesmo não ocorreu com os médios agricultores. Eles foram simplesmente fulminados por essa legislação. Em muitos estados, a área efetivamente disponível para eles passa a ser menor do que a dos pequenos agricultores, já que devem cumprir integralmente todas as exigências de Reserva Legal e APPs. Esse ponto é dos mais relevantes que precisará ser examinado na votação e análise da MP. Os médios agricultores, a democracia no campo, estão ameaçados de extinção."[xiv] Essas graves ponderações do Dr. Miranda exigem do Congresso uma mudança urgente.

3 – Reserva Legal, uma jabuticaba jurídica

Apesar de toda a controvérsia provocada em torno de sua aprovação, o novo Código Florestal não derrubou as denominadas Áreas de Preservação Permanente (APPs), que não podem ser cultivadas, e a chamada Reserva Legal (RL), que obriga a deixar sem exploração parte da área da propriedade, entre 20 e 80%, além das APPs.

O novo Código Florestal contém violações e mantém restrições inadmissíveis ao direito de propriedade. Ele consolida em parte as áreas utilizadas atualmente pelos pequenos proprietários de até quatro módulos fiscais, que são dispensados da Reserva Legal, mas terão de refazer parte das APPs, o que em muitas propriedades representa um ônus maior do que a RL. Não se sabe como conseguirão sobreviver, pois terão de ser abandonadas exatamente as partes mais férteis da pequena propriedade. Certamente eles engrossarão as favelas das cidades, como aconteceu após a demarcação contínua da Reserva indígena Raposa/Serra do Sol.

O novo Código não resolve o problema vindouro, pois mantém praticamente todas as limitações do uso da terra com os atuais índices de Reserva Legal e APPs. Essa espécie de "moratória" do desenvolvimento da área agrícola compromete o futuro da agropecuária no Brasil, caso o Congresso não reveja com urgência esses dispositivos.

Segundo a legislação ambiental, o Estado utiliza três instrumentos legais para intervir e impor um determinado uso da terra:

• **Áreas de Preservação Permanente** (APPs), que não podem ser cultivadas. São formadas por áreas de margens de rios e de lagos, de larguras diferentes segundo o tamanho dos mananciais, o qual é definido com base no que alcança na época das cheias (ou leito normal, segundo o novo Código); por áreas localizadas em topos e encostas de morros, nascentes e restingas; por áreas de altitude superior a 1.800 metros; e por áreas de declive igual ou superior a 45 graus.

• **Reserva Legal**, que exige deixar sem exploração parte da área da propriedade. Está determinada como uma percentagem da área total da propriedade, variável de 20 a 80% da área total, segundo sua localização geográfica, e, na maioria dos casos, adicionalmente às APPs.

• **Recomposição obrigatória das áreas**, sob pena de severas penalidades, caso o proprietário não cumpra a legislação pertinente. As áreas de APPs ou de Reserva Legal que estiverem degradadas ou utilizadas para atividades produtivas devem ser obrigatoriamente recompostas, regeneradas ou compensadas. O não cumprimento dessas exigências implica em três meses a um ano de prisão do proprietário, e multa que varia de 1 a 100 vezes o salário mínimo.

O novo Código isenta os proprietários das multas e prisões, nos casos em que a utilização irregular de áreas protegidas tenha ocorrido até 22 de julho de 2008. Porém, para fazer jus a essa isenção, deverão assinar um termo de conduta que obriga a regularizar as áreas de proteção.

A Reserva Legal vem sendo chamada de **jabuticaba jurídica**, pois não há nada semelhante no planeta. O conceito permanece no Código Florestal, mas só existe no Brasil e não agrega nenhuma função ambiental. Essa aberração, que não constava no Código Florestal original, nos foi **imposta por ONGs, muitas delas estrangeiras, que no entanto não se mostram indignadas com a situação de seus próprios países**. **E nem com a poluição das grandes cidades.** Se "reserva legal" tivesse ampla aceitação técnico-científica, não existiria só no Brasil.

Em vista do exposto acima as APPs e a RL constituem uma grave violação da propriedade privada, custodiada por dois mandamentos do Decálogo e por um ditame da própria Lei Natural. Tal violação deve portanto ser energicamente rejeitada por todos os homens, os quais estão sujeitos à Lei divina e aos postulados do direito natural.

Capítulo XIII

O custo para o País da aplicação do Código Florestal

Poucos são os que levantam a questão dos custos envolvidos na aplicação da legislação ambiental e do Código Florestal, além do impacto que teria a não consolidação do uso agrícola das APPs. Técnicos especializados resumiram alguns impactos territoriais, sociais e econômicos prováveis, caso não haja o reconhecimento de uso pela agricultura de áreas de "preservação permanente", associadas a situações topográficas de relevo e a eixos hidrográficos, que em muitos casos são ocupadas há séculos.

Como dissemos acima, no momento em que escrevemos, a presidente acabou de promulgar a Lei 12.651 do Código Florestal, com 12 vetos ao texto aprovado pela Câmara e 32 modificações feitas através da Medida Provisória 571.

Ainda não sabemos como ficará o texto depois da apreciação dos vetos e da Medida Provisória. Vale destacar que esta análise está baseada na execução da legislação anterior. Ela poderá ser atenuada ou agravada conforme a apreciação do Congresso.

Que esta apreciação sirva de alerta para uma nova discussão e consideração da Câmara a fim de corrigir o **engessamento de nossa agropecuária** e a **interferência no direito de propriedade** que infelizmente permaneceram no novo Código.

Comecemos por desfazer a impressão errônea de que a agricultura brasileira está em expansão territorial. Ao contrário do que ocorreu nas últimas décadas de ampliação da fronteira agrícola, os dados revelam que em todas as regiões do Brasil **a área total ocupada pela agricultura não está em expansão, e sim em regressão**. Entre 1985 e 2006, essa área total, resultante da soma do tamanho de todos os estabelecimentos agrícolas, diminuiu cerca de 45 milhões de hectares, uma retração constante da ordem de dois milhões de hectares por ano (Tabela 1). Note-se que a tabela 1 mostra a área ocupada pelos estabelecimentos agrícolas, não a área efetivamente cultivada. Os estabelecimentos agrícolas ocupam menos de 40 % do território brasileiro e a área efetivamente cultivada é inferior a 10 % do território nacional pois, independente da legislação, raramente um produtor cultiva 100 % de sua propriedade já que normalmente há largos trechos, dentro de uma mesma propriedade, cujo cultivo não é compensador. Mesmo grandes lavouras, como milho, soja e cana-de-açúcar, juntas não ocupam mais de 5 % da área do Brasil. E somando-se a pecuária extensiva e as florestas plantadas, tem-se ainda assim menos de 30 % da área total do Brasil sendo usada pela silvicultura e agropecuária. Os 70 % restantes são ocupados por atividades diversas, cidades, estradas, parques naturais e reservas indígenas, ou estão devolutos.

Tabela 1: Área total ocupada pelos estabelecimentos agrícolas por região, em 1985, 1995 e 2006 (IBGE – Censos Agropecuários)

Regiões	**Área agrícola (ha)**		
	1985	**1995**	**2006**
Norte	62.568.691	58.360.875	54.789.304
Nordeste	92.056.149	78.298.091	75.596.449
Sudeste	73.243.498	64.087.889	54.238.175
Sul	47.942.084	44.362.360	41.528.163
Centro-Oeste	99.124.375	108.501.976	103.799.335
Brasil	**374.934.797**	**353.611.191**	**329.951.426**

Veremos nos dois próximos capítulos uma análise detalhada dos custos das APPs e da Reserva Legal.

Capítulo XIV

Custos das APPs e impacto da sua implantação nas propriedades agrícolas

O novo Código mantém os mesmos índices de APPs e Reserva Legal nos dispositivos permanentes, mas nas disposições transitórias consolida parte das áreas plantadas até julho de 2008 (será maior ou menor conforme haja a rejeição dos vetos). Entretanto, o debate continuará no judiciário e no Ministério Público que, infelizmente, abraçou a agenda ambientalista. Essa análise serve para o leitor conhecer até onde chegou, ou poderá chegar, a sanha ecologista.

A legislação ambiental foi transformando as **áreas de preservação** em **áreas de proteção** (APPs), exigindo o abandono imediato ou a restrição de atividades produtivas nesses locais, além da recomposição da vegetação original pelos agricultores, com ônus não despiciendo. A diferença nos termos parece pequena (*preservação* X *proteção*). Porém, quando se trata de preservação, a reserva legal retira do agricultor o uso de apenas uma parte de sua propriedade, em percentual variável; mas no caso das APPs são propriedades inteiras – mais de dois milhões – que se tornariam legalmente improdutivas, principalmente no Sul, Sudeste e Nordeste.

Entre as mais ameaçadas de extinção por essa esdrúxula legislação ambiental encontram-se cadeias produtivas como as de café, pecuária leiteira, fruticultura (figo, pêssego, caqui, banana, morango, nectarina, citros, etc.), vitivinicultura, rizicultura, pomicultura (maçã), cultivos irrigados no Nordeste, horticultura, em regiões serranas e pecuária de corte, principalmente de pequenos ruminantes. Sequer se leva em conta que muitas dessas áreas são assim exploradas há mais de um século.

Se fosse aplicado esse entulho ambiental, deveriam desaparecer da noite para o dia todos os sítios e propriedades localizados nas serras e chapadas do Rio Grande do Sul ao Piauí, nos extensos maciços de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia. No Nordeste, é particularmente dramática a situação dos pequenos agricultores que vivem no entorno dos 70.000 açudes e barragens, onde cultivam na vazante (período em que as águas recuam, possibilitando o cultivo no solo ainda úmido), e estariam na ilegalidade, pois tais áreas são consideradas APPs.

A mesma ameaça recairia sobre quase todos os projetos de irrigação no vale do Rio São Francisco e em outras regiões do semi-árido, nas quais foram realizados enormes investimentos públicos e privados. Da mesma forma, estaria ameaçada a presença de búfalos e arrozais nas várzeas e ilhas fluviais, presentes do Rio Grande do Sul ao Amapá, embora sejam atividades legítimas e adequadas do ponto de vista agroecológico.

Região Sul

Rio Grande do Sul

Na Serra Gaúcha, mais de 14.000 viticultores com suas famílias (50.000 pessoas) cultivam acima de 30.000 hectares, e outras 60.000 famílias de fruticultores produzem pêssegos/nectarinas (15.000 ha), maçãs (16.000 ha), figos (2.000 ha), citros (42.000 ha). Na sua grande maioria, eles deveriam interromper seu importante cultivo e reconstituir a floresta retirada há mais de 100 anos pelos seus antepassados.

Nas regiões de várzeas e de relevo mais acidentado (serras e coxilhas), a colonização por europeus teve grande impulso no século XIX e início do século XX, dando origem a uma das áreas agrícolas mais produtivas e densamente ocupadas do Brasil.

Por incrível que pareça, os rizicultores que são responsáveis por mais da metade da produção nacional de arroz em 1,2 milhões de hectares deveriam enquadrar-se às exigências dessa

legislação draconiana que muitos consideram ecológica ou "verde". Cessar esse plantio em várzeas significa fazer o contrário do que se faz há séculos em todo o mundo, pois são consideradas modelo de terra produtiva (delta do Nilo, do Mekong, e muitos outros). Sem falar que a produtividade, e também o preço, do arroz de sequeiro é normalmente muito inferior à do arroz irrigado por inundação que é cultivado em várzeas.

Santa Catarina

Santa Catarina é o primeiro produtor de cebola (20.000 ha), maçã (mais de 20.000 ha) e carne suína; o segundo produtor de carne de frango, alho (3.000 hectares), fumo (47.000 pequenos produtores em 120.000 hectares) e mel de abelha; o terceiro produtor de arroz e banana, com altos níveis de produtividade. Grande parte dessa produção se faz em áreas de relevo acentuado, consideradas APPs. Pode alguém considerar justo, ou mesmo vantajoso sob algum ponto de vista, amputar nesse estado as terras dos já pequenos produtores, responsáveis por 41% do PIB do agronegócio estadual?

A avicultura catarinense é responsável por 2,5% da produção mundial, detém 8% dos negócios mundiais de frangos e 20% da produção nacional. Produtores de maçã, pêssego (5.000 ha), tabaco, cereais e leguminosas, bem como produtores de carne e leite, ocupam terras em relevo e acidentadas, desbravadas há mais de um século, e se encontram organizados em cooperativas de produção, comercialização e crédito solidário. Mas já estão sendo multados e processados...

Os produtores de maçã da região de São Joaquim estão sendo obrigados a arrancar suas árvores, para atender ao Ministério Público. Cerca de 200 mil famílias rurais vivem sob a ameaça do Ministério Público, por não averbarem a reserva legal em suas propriedades e não abandonarem a atividade agrícola nessas áreas.

Paraná

Tal como no restante do País, não havia propriedade rural que não estivesse na ilegalidade, segundo a antiga legislação. Com exceção do litoral, mais de 90% das terras do estado foram desmatadas entre os séculos XIX e XX, como resultado de um programa de colonização por alemães, italianos, poloneses e ucranianos. O estado é um dos maiores produtores agrícolas do País e campeão em técnicas conservacionistas (plantio direto).

Um exemplo esclarecedor: a Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum, no município de Palmeira, foi construída por alemães e russos que "descobriram" o Brasil por volta de 1930. Conta atualmente com cerca de 310 sócios, com lotes de cerca de 50 ha, que tiram seu sustento basicamente da agropecuária: leite, frangos de corte, milho, soja, trigo etc. Ela será inviabilizada se cumprir as exigências da legislação ambiental referente a margens de rios. Microrregiões inteiras marcadas por relevo — como a de Cerro Azul — ocupadas por milhares de pequenos agricultores, bem como o sistema tradicional dos faxinais ao longo dos cursos de água e áreas íngremes, estarão inviabilizados se não houver consolidação das áreas utilizadas em APPs.

O sistema cooperativista facilita a fiscalização do cumprimento retroativo da legislação ambiental. Se essas terras forem amputadas para a produção, as cooperativas ficarão inviabilizadas. Os agricultores do Paraná, que garantiram em 2010 uma produção de 30 milhões de toneladas de grãos, respondem como criminosos por ações de seus antepassados. Eis um efeito retroativo da aplicação de uma lei que também só existe no Brasil...

<u>Região Sudeste</u>

São Paulo

Instalada em APPs, e em desacordo com a norma legal, estava também boa parte da produção de banana no Vale do Ribeira, que abastece 20 milhões de consumidores da capital a pouco mais de 100 quilômetros do centro de produção. Situação semelhante é a de milhares de

agricultores que cultivam café em encostas e topos de morros no nordeste de São Paulo e na região do circuito das águas (Serra Negra, Monte Alegre do Sul). Grande parte da viticultura, produção de figo, goiaba, pêssego, nectarina, manga, caqui e frutas da região de Valinhos, Atibaia, Jundiaí e São Miguel Arcanjo localiza-se em encostas e colinas consideradas APPs.

O mesmo ocorre nas áreas com reflorestamento comercial e pecuária centenária no Vale do Paraíba e na Serra da Mantiqueira. Pequenos agricultores, que são tradicionais produtores de feijão em áreas de relevo de Itararé, Itaberá e Capão Bonito, estavam igualmente vitimados pela antiga legislação. Os citricultores paulistas (75% da produção mundial de suco de laranja), os produtores de grãos e de cana-de-açúcar eram os mais visados por ações civis públicas, por não atenderem às exigências criadas por essa esdrúxula legislação ambiental.

Minas Gerais

Em Minas, por ocuparem APPs, estavam na ilegalidade a cafeicultura (Alto Paranaíba, Zona da Mata e Sul do estado), grande parte da pecuária leiteira (30% da produção nacional, com 30 bilhões de litros) estabelecida desde o século XVIII na Serra da Mantiqueira e em outros maciços montanhosos. Na Serra da Canastra, o produto típico é o queijo artesanal feito de leite cru. Produzido há mais de duzentos anos, o queijo canastra é primo distante do queijo da Serra da Estrela, de Portugal, trazido pelos imigrantes da época do Ciclo do Ouro. Desde maio de 2008, tornou-se patrimônio cultural imaterial brasileiro, título concedido pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). No entanto, depois de séculos de árduo labor e inegável contribuição ao progresso nacional, criar gado leiteiro nessa região tornou-se uma ilegalidade... Sem falar na legislação sanitária que é um caso à parte.

Rio de Janeiro e Espírito Santo

Situações constrangedoras, com danos semelhantes, ocorrem em toda a região serrana, ocupada desde o século XIX por imigrantes italianos, alemães e pomeranos, com sua pecuária leiteira, de corte, produção de café, hortaliças, frutas e reflorestamento (região serrana e do maciço do Caparaó, no Espírito Santo).

<u>Região Nordeste</u>

A **Zona da Mata**, produzindo cana-de-açúcar desde o século XVI, contém áreas de relevo, encostas e colinas. As exigências ambientais colocaram na ilegalidade a maioria dessas propriedades rurais de Alagoas ao Rio Grande do Norte.

No **Agreste**, a situação é crítica. É uma sub-região densamente ocupada por minifúndios, onde predominam as culturas de subsistência e pecuária leiteira em áreas acidentadas e de relevo. Tudo foi ocupado há décadas, não existindo áreas de vegetação nativa disponíveis. Nessas micro-propriedades não há qualquer condição de reduzir suas áreas exploradas, mas seus proprietários vivem uma situação de verdadeiro terror ambientalista. O resultado previsível está sendo a especulação fundiária, com abandono das plantações e aquisição das terras por grupos urbanos.

Pecuária nas serras nordestinas

Excluir o cultivo dos brejos, serras, planaltos e chapadas do Nordeste, com as suas seculares agricultura e pecuária de subsistência, seria condenar à miséria centenas de milhares de agricultores. Hoje, pequenos agricultores ainda vivem heroicamente em áreas consideradas de preservação permanente.

Pequenos agricultores em sua maioria, e também pecuaristas criadores de pequenos ruminantes, foram colocados na ilegalidade por ocuparem APPs na vizinhança de riachos, açudes, serras, espigões, encostas, chapadas e até planaltos. Localiza-se também em APP, e portanto está na

ilegalidade, toda a pequena agricultura de vazante, praticada na beira dos milhares de açudes e rios temporários do sertão.

Açudes

É muito ilustrativo o caso dos açudes, que merecem atenção especial. São construções públicas federais, estaduais, municipais, particulares e de cooperação, somando mais de 70 mil reservatórios de águas superficiais. O semi-árido nordestino é a região mais densamente provida de açudes em todo o mundo. Sua capacidade de acumulação corresponde a 37 bilhões de metros cúbicos, um terço da água que o Rio São Francisco despeja anualmente no Atlântico. Em média, a superfície do Polígono das Secas contém um açude a cada 14 km². No entorno desses açudes vivem pequenos agricultores, que cultivam na montante e na jusante e estão na ilegalidade, pois essas áreas são consideradas de APPs.

Sergipe: Pequenos agricultores no entorno das serras Negra, de Itabaiana, de Gougogi, dos Palmares, do Curral Novo, do Boqueirão, Carnaúba, Serra dos Oiteiros, do Cajueiro, da Miaba, Serra Comprida.

Ceará: Pequenos agricultores do maciço de Baturité (floricultura), das serras da Meruoca, de Uruburetama, de Maranguape, do Machado, de Ibiapaba. Todas as encostas e eixos de drenagem da Chapada do Araripe, densamente ocupados na região do Crato, Juazeiro e Barbalha.

Paraíba: Serra da Prata, da Araruna, de Cuité, do Bodopitá, de Teixeira, bem como toda a agricultura situada nas imensas áreas de relevo da Chapada da Borborema e nos municípios da região de Campina Grande e do brejo da Paraíba.

Alagoas: Pequenos agricultores no entorno das serras da Mata Grande e de Água Branca, dos Gonçalves, do Ouricuri, das Viúvas, do Estreito, do Paraíso, do Mulungu. Parte da agricultura alagoana ocupa planícies aluviais (várzeas) ao longo dos rios, inclusive o delta e a várzea do baixo São Francisco, com solos anualmente renovados por cheias periódicas. A presença agrícola é intensa ao longo dos rios Camaragibe, Mundaú, Paraíba do Meio e Coruripe, e nos que deságuam no São Francisco, como o Marituba, o Traipu, o Ipanema, o Capiá e o Moxotó.

Bahia: Pequenos agricultores no entorno das serras Geral, do Espinhaço, do Ramalho, Espigão Mestre, e de uma imensa região acidentada associada à Chapada Diamantina (Serra dos Barbados, Serra das Almas); todos os ribeirinhos ao longo do Rio São Francisco com suas pequenas propriedades, estreitas faixas de terras perpendiculares ao rio e ao longo dos lagos das barragens.

Piauí: Áreas de pequena agricultura situadas no entorno da Serra de Ibiapaba e das chapadas do Araripe, da Tabatinga e Mangabeira, e também no maciço das Serras da Capivara, das Confusões e outras. Toda a agricultura tradicional nas margens e em ilhas do delta do Rio Parnaíba.

Rio Grande do Norte: Pequenos agricultores no entorno das serras da Borborema, de Santana, Bonita, do Coqueiro, de São Miguel, de Luiz Gomes e Martins, e nos relevos da micro-região do Seridó, de Currais Novos e na chapada do Apodi. Toda a pequena agricultura no entorno de açudes, barragens, represas e cursos d'água está em APPs, ou seja, na ilegalidade.

Pernambuco: A pecuária de pequenos ruminantes (ovinos e caprinos) e a agricultura praticada com muita intensidade por pequenos agricultores nas encostas da Chapada do Araripe (Serra Branca, Bodocó, Exu, Trindade), nas serras das Russas, do Periquito, Negra, dos Ventos, do Giz, do Moxotó e no Alto Pajeú. Toda pequena agricultura situada às margens do Rio São Francisco, em suas ilhas e no entorno de açudes e barragens do sertão, ao longo de eixos de drenagem como do Brígida, do Riacho do Navio e tantos outros.

Para cumprir a legislação ambiental, os projetos de irrigação no **sertão** deveriam abandonar áreas irrigadas, públicas (perímetros do DNOCS, CODEVASF) e privadas, implantadas a alto custo – como no vale do Rio São Francisco, na região de Petrolina/Juazeiro – pois foram instaladas na vizinhança imediata dos rios, açudes e barragens, onde a água está em plena APP: Ibimirim (PE), Limoeiro do Norte (CE), São Gonçalo (PB) e tantos outros. Em APPs, portanto na

ilegalidade, está toda a pequena agricultura de vazante praticada na beira dos açudes e rios temporários do sertão.

O mesmo ocorre com os pequenos agricultores na caatinga, localizados às margens de riachos e eixos de drenagem temporários, locais mais favoráveis à implantação humana no semi-árido. O mesmo ocorrerá com futuras áreas irrigadas previstas na transposição do Rio São Francisco.

Pantanal

Dispositivos de legislação ambiental chegaram a colocar na ilegalidade a criação de gado nos 125.000 km^2 de planícies pantaneiras. Nesse bioma, que é o mais preservado do País, as tradicionais fazendas de pecuária, que colaboram na preservação da fauna, estão sendo denunciadas por ONGs e ameaçadas no cerne de sua atividade. O gado é criado em capim nativo, método totalmente sustentável, mas que se tornou ilegal a partir dessa legislação que considera APP todo o Pantanal. Significaria eliminar mais de dez milhões de bovinos do rebanho nacional, além da retirada da população local.

Região Amazônica

No **Pará**, a retroatividade da legislação ambiental passou a exigir a Reserva Legal e preservação de APPs dos produtores rurais da Bragantina, onde a agricultura teve início em 1883. Há pelo menos três séculos pratica-se a pecuária na Amazônia, e todos estavam ameaçados pela exigência de recompor as florestas desmatadas há mais de 100 anos, sob pena de pesadas multas.

Em 2007, segundo o IBGE, a Amazônia Legal tinha 73 milhões de reses. Até ontem, do Acre ao Maranhão, as propriedades rurais pequenas ou grandes estavam em situação ilegal. Elas viviam pressionadas por ONGs, autuadas, multadas e processadas por representantes do Poder Público, para reduzir suas pastagens e lavouras. A história se repetia do Tocantins ao Mato Grosso.

Na ilha de Marajó, em 1690, foram introduzidas reses trazidas de Cabo Verde, na África, e implantada a primeira fazenda de gado. Em meados do século XVIII, contavam-se na ilha 480 mil cabeças de gado. Praticamente toda a ilha de Marajó era APP, e de lá deveriam ser retirados os búfalos, junto com o gado bovino. Da mesma forma, os bubalinos que vivem em várzeas amazônicas e do Maranhão deveriam sair. O arroz e a juta cultivados nessas áreas também deveriam desaparecer.

A ocupação e comunicação na Amazônia ainda se fazem através dos rios. É a história da região, constituída por ribeirinhos cujas lavouras e pequena pecuária ocupam ilegalmente as margens e as ilhas dos rios em toda a região.

Conclusão sobre as APPs

Em vastas regiões do País, as áreas consideradas de preservação ambiental **são altamente produtivas**. Tanto aqui como em todo o mundo, **são no geral as mais adequadas a diversas atividades agrícolas e** podem ser utilizadas **sem problemas ambientais**, como em alguns casos vem sendo feito há séculos. A evolução da tecnologia agrícola permite a intensificação desses usos com ganhos em produtividade e na conservação dos recursos naturais. Ao estabelecer uma norma geral e retroativa sobre o seu regime de uso, sem permitir a cada estado encontrar a solução adequada às condições de ocupação do território e de estrutura da propriedade da terra, essa legislação tornou impossível seu cumprimento. Suas normas ignoram a diversidade natural e humana, assim como as desigualdades de usos e funções da terra presentes no País.

Capítulo XV

Custos da Reserva Legal

Dados sobre o custo econômico e social do cumprimento da Reserva Legal, mesmo com a incorporação das APPs no seu cálculo

Ao analisar o uso da terra nos 5.175.489 estabelecimentos agrícolas existentes no Brasil em 2006, estimou-se que deveria existir nas unidades de produção uma área total de cerca de 115 milhões de hectares de matas nativas dedicadas a atender às exigências legais de APPs e RL, consideradas conjuntamente.

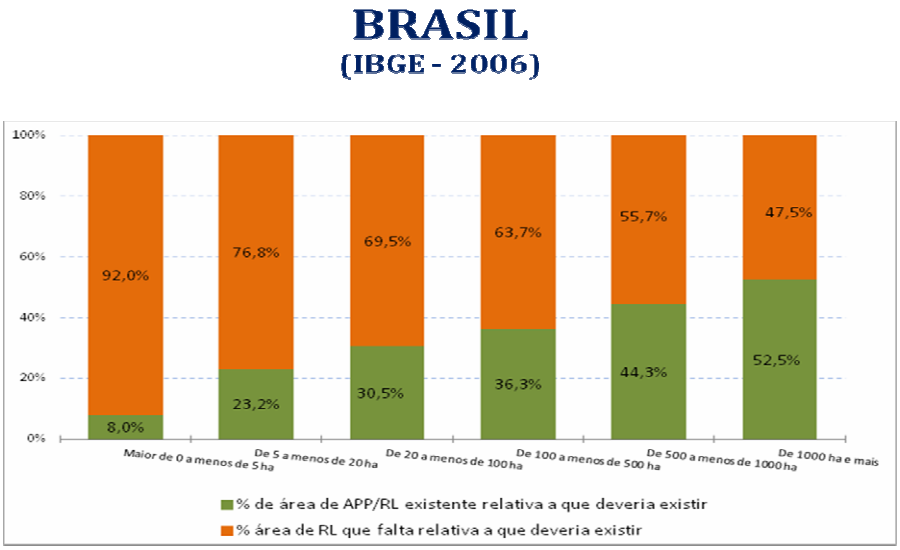
Essa exigência está longe de ser satisfeita na realidade atual do meio rural. Pelo levantamento do IBGE, existem atualmente cerca de 50 milhões de hectares de matas e/ou florestas nativas no interior dos imóveis rurais, destinados a essa função de caráter ambiental e não produtivo (Tabela 2). Ou seja, a área adicional a ser retirada da agricultura, da pecuária e das atividades agro-silvo-pastoris para reflorestamento, a fim de cumprir a atual legislação, seria da ordem de 65 milhões de hectares, sem a consolidação das áreas historicamente ocupadas pela agricultura no interior dos estabelecimentos agrícolas. E isso na medida em que no cômputo da reserva legal forem incluídas as APPs, conforme consta no novo Código Florestal promulgado.

Tabela 2: Total dos estabelecimentos agrícolas e das matas e/ou florestas nativas destinadas a RL/APPs (IBGE, Censo Agropecuário 2006)

Brasil	Quantidade total de estabelecimentos agropecuários	Área total (ha)	Matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal			
			Quantidade de estabelecimentos	% do total	Área (ha)	% do total
Estabelecimentos com área	4.920.465	329.941.393	1.097.574	22,3%	50.163.102	15,2%
Estabelecimentos sem área *	255.024	-	-	-	-	-
Total	**5.175.489**	**329.941.393**	**1.097.574**	**22,3%**	**50.163.102**	**15,2%**

* Apicultores e diversos tipos de extrativistas

Como revela o quadro abaixo, esse impacto seria maior nas propriedades menores. Em termos proporcionais, quanto menor o estabelecimento agrícola, maior será a necessidade de amputar áreas das atividades produtivas.



Retirar as atividades agro-silvo-pastoris dessas áreas atualmente produtivas, com o objetivo de compor a reserva legal, representará uma forte queda da produção agropecuária. Pode-se fazer uma primeira estimativa dessa queda, com valores agregados. Com base no censo do IBGE, pode-se considerar como sendo da ordem de 145 bilhões de reais o valor total da produção anual. A diminuição da produção anual, proporcional à redução de área agrícola para recomposição da RL, representa algo **superior a 21 bilhões de reais**. Considera-se nesse cálculo a não consolidação das áreas historicamente ocupadas para agricultura pelo Código Florestal, e mesmo com a inclusão das APPs no cômputo da reserva legal. Trata-se portanto de uma queda da ordem de 15% na produção agropecuária se permanecerem as regras do novo Código Florestal com os respectivos vetos.

Tabela 3: Estimativas regionais da diminuição do valor da produção anual agro-silvo-pastoril e do custo para reflorestar as áreas retiradas da atividade produtiva

Regiões / Brasil	Valor total da produção anual (R$)	Diminuição do valor da produção (R$)
Norte	6.148.811.914	3.354.441.849
Nordeste	28.413.461.623	4.845.688.773
Sudeste	47.953.805.199	4.741.949.554
Sul	42.375.024.155	4.973.769.989
Centro-Oeste	19.840.097.381	3.249.031.587
Brasil	**144.731.200.272**	**21.164.881.752**

Além da perda de produção e de previsíveis lucros cessantes nas diversas cadeias produtivas, os agricultores serão obrigados a reflorestar com seus próprios recursos todas essas áreas complementares de RL/APPs, segundo determina a legislação ambiental. Isso representaria um custo total de 645 bilhões de reais para o reflorestamento dos complementos de áreas destinadas para reserva legal, custo esse a ser suportado pelos agricultores. Mesmo imaginando-se esse custo parcelado em 10 anos, ele atingiria **quase 65 bilhões/ano**, cerca de metade do valor da produção agrícola anual do Brasil.

Tabela 4: Estimativas regionais do custo total para reflorestar as áreas retiradas da atividade produtiva

Regiões / Brasil	Valor da produção anual (R$)	Custo para reflorestar (R$ 10.000,00 / ha)
Norte	6.148.811.914	264.866.700.000
Nordeste	28.413.461.623	121.203.793.164
Sudeste	47.953.805.199	49.242.550.000
Sul	42.375.024.155	46.395.970.000
Centro-Oeste	19.840.097.381	163.527.670.000
Brasil	**144.731.200.272**	**645.236.683.164**

Capítulo XVI

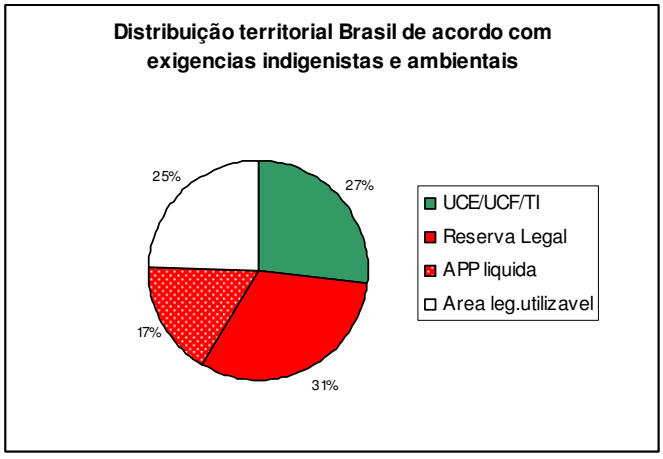
O comprometimento territorial na atual legislação ambiental e indigenista

Com área territorial de 8,5 milhões de quilômetros quadrados (850 milhões de hectares), o Brasil é o quinto país de maior território, sobrepujado apenas por Rússia, Canadá, China e Estados Unidos. Pelas características de seu clima e solo, sua área aproveitável é proporcionalmente maior que a dos países acima relacionados, embora apenas uma reduzida fração seja de fato utilizada hoje. Com área de tal importância, o Brasil tem grande responsabilidade perante a Providência e a História no sentido de aproveitar essa prerrogativa extraordinária que Deus lhe concedeu, não apenas em benefício de sua população, mas de toda a humanidade. Isso se torna ainda mais relevante na medida em que a população mundial cresce em número e em necessidades de toda ordem. Quem não conhece o emaranhado legal imposto aos empreendedores rurais brasileiros, acredita que toda essa imensa área está disponível para seu desenvolvimento. Porém, embora sua dimensão territorial seja continental, o País de hoje tornou-se um gigante "jivarizado" (transformado num verdadeiro anão, conforme o costume de certas tribos indígenas).

1 – Distribuição territorial do Brasil ante as exigências indigenistas e ambientais

Segundo recente trabalho realizado pela Embrapa, cujos resultados figuram no quadro abaixo, dos 8,5 milhões de km^2 do território brasileiro, apenas 2,1 milhões estão disponíveis para utilização por áreas urbanas e industriais, estruturas viárias e exploração agropecuária, silvícola e extrativa em geral. Isto representa apenas 25% do território nacional. O resto da área – 6,4 milhões de km^2, ou 74% de nosso território – não é utilizável, por estar ocupada por áreas de reservas indígenas (TIs), Unidades de Conservação (UCs) federais e estaduais, áreas de preservação permanentes (APPs) associadas à hidrografia e ao relevo, e, por último, áreas destinadas para Reserva Legal.

Distribuição territorial do Brasil ante as exigências indigenistas e ambientais (km^2)					
Brasil	**Área total**	**UCE/UCF/TI**	**Reserva legal**	**APP líquida**	**Área leg. utilizável**
Regiões	**8.514.879**	**2.294.341**	**2.685.541**	**1.442.546**	**2.092.451**



Engessar 74% do território nacional (6,4 milhões de km^2) para "proteger" áreas por alegadas razões ambientais e cerca de 200 mil indígenas[xv] é caso único na História. Não é preciso maior análise para concluir que, se um **engessamento** dessa magnitude trouxer algum benefício, ele não atingirá a população brasileira, a qual, pelo contrário, assumirá todo o custo que um projeto dessa natureza implica.

Do ponto de vista de seu aproveitamento integral, a área territorial do País foi assim reduzida, em termos práticos, a 2,1 milhões de km^2, equivalente à da Argentina. Com diferença considerável contra o Brasil, pois a Argentina possui uma população de apenas 40 milhões de habitantes, enquanto no Brasil ela já ascende a 190 milhões.

2 – Área utilizada pelo setor agropecuário

Este panorama, de si gravíssimo, torna-se ainda mais alarmante ao verificar-se que a área disponível legalmente já está praticamente ocupada.

Área realmente explorada pelo setor agropecuário (km^2).
Excluídas a reserva legal, as matas e florestas naturais não utilizáveis

Lavouras	Pastagens	Florestas plant.	Não agric.	Total
598.466	1.587.539	126.949	128.916	2.441.870

Segundo o último censo agropecuário, a área explorada pelo setor alcança 2,45 milhões de km^2, ou seja, 0,40 milhões de km^2 a menos do que a área legal disponível. Em outros termos, 400.000 km^2 (4 milhões de hectares) seriam a reserva de que disporia o Brasil para o crescimento de sua agricultura. Na realidade, nem isso se encontra disponível, pois os números aqui analisados não levam em consideração as áreas urbanas e as áreas ocupadas com a estrutura básica do País.

De acordo com tais dados, pode-se afirmar que, do ponto de vista legal, o único meio viável de crescimento do setor agropecuário será pelo aumento de produtividade, pois na prática não existe mais a possibilidade de crescer mediante o aumento da área explorada. Mesmo assim, o aumento de produtividade com emprego de insumos modernos – como sementes transgênicas, adubos químicos e defensivos agrícolas, elementos básicos responsáveis por esse aumento de produtividade ocorrido nas últimas décadas de desenvolvimento – vem sendo fortemente combatido pelos mesmos que defendem as medidas que engessam o Brasil.

Esse **engessamento** representa uma barreira danosa ao crescimento, completamente alheia à realidade do mercado, além de provocar também forte impacto negativo na geração de emprego e na renda dos brasileiros. Pior ainda, os ajustes impostos pela legislação têm consequências gravíssimas para alguns setores específicos da produção, e até para a sobrevivência de cidades e povoados.

Assim, por exemplo (sem considerar as superposições espaciais entre as APPs, UCs e TIs), as APPs associadas à hidrografia abarcavam uma área de 1.388.000 km^2 na Amazônia e 1.845.000 km^2 em todo o Brasil. Um estudo da Embrapa afirma: "*Nessas áreas, a rigor, estão 'ilegalmente' localizadas cidades, povoados, ribeirinhos, portos, agricultura de várzea, pastagens e diversas atividades modernas e tradicionais"* (O Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista).

O mesmo estudo da Embrapa mostrava que nas APPs associadas ao relevo localizam-se "23% do Rio de Janeiro, 14% de Minas Gerais, 21% de Santa Catarina e 22,5% do Espírito Santo. Grande parte da produção de café em Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo estava 'ilegalmente' situada nessas áreas. O mesmo ocorria com a vitivinicultura no Rio Grande do Sul; com a produção de maçã em Santa Catarina; com as olerícolas no Rio de Janeiro e Espírito Santo; com a pecuária leiteira e reflorestamentos na Serra da Mantiqueira e em outras áreas acidentadas do Brasil".

Essas imposições ambientais obrigavam, em primeiro lugar, a reduzir a área passível de exploração a praticamente 30% do território do País; em segundo lugar, a diminuir a área explorada em alguns estados; e finalmente, a erradicar enormes áreas de plantações de café, de diversas frutas e videiras – vitivinícolas, pastagens para gado de leite, entre outras medidas. A simples constatação desses dados não pode deixar de levantar uma pergunta: **Não se está diante de um verdadeiro plano de mutilação do Brasil, sob pretexto de razões ambientais e indigenistas?**

Diante disso, não se pode deixar de questionar essa pretensa preservação do meio ambiente e os alegados cuidados de segregação da pequena população indígena. **Justifica-se uma política tão intervencionista como as leis ambientais, para atingir tal objetivo?** É o que passaremos a analisar.

Capítulo XVII

Considerações sobre o direito de propriedade

1 – O direito de propriedade está de acordo com a natureza humana

Na raiz da oposição entre a tese socialista contrária à propriedade privada, e a tese católica que a ela é favorável, há uma diferença de concepção a respeito da natureza humana. É o que sustenta com toda clareza o Prof. Plinio Corrêa de Oliveira no livro *Reforma Agrária – Questão de Consciência*:

"Para o socialismo, o homem não é senão uma peça da imensa engrenagem que é o Estado. A doutrina católica o vê com outros olhos. Todo ser vivo é dotado por Deus de um conjunto de necessidades, de órgãos e de aptidões que estão postos entre si numa íntima e natural correlação. Isto é, os órgãos e as aptidões de cada ser se destinam diretamente a atender às necessidades dele.

O homem se distingue dos outros seres visíveis por ter uma alma espiritual dotada de inteligência e vontade. Pelo princípio de correlação que acabamos de enunciar, a inteligência serve ao homem para conhecer suas necessidades e saber como satisfazê-las. E a vontade lhe serve para querer e fazer o necessário para si. Está, pois, na natureza humana conhecer e escolher o que lhe convém.

Ora, estas faculdades não seriam úteis ao homem se ele não pudesse estabelecer um nexo entre si e aquilo de que precisa. De que adiantaria, por exemplo, ao habitante do litoral saber que no mar há peixes, como estes são pescados, ter vontade firme de enfrentar as ondas e efetuar a pesca, se não lhe fosse lícito formar um nexo com o peixe pescado, de forma a poder trazê-lo a terra e dispor dele, com exclusão de qualquer outra pessoa, para sua nutrição? Esse nexo se chama, no caso, apropriação: o pescador se torna proprietário do peixe. Este direito de propriedade resulta para ele – para qualquer pessoa, pois – da sua natureza de ser inteligente e livre. E Deus criou os seres úteis aos homens, para que estes se servissem deles habitualmente por apropriação.

Se é lícito ao homem apropriar-se desse modo dos bens que existem sem dono na natureza, e consumi-los, pelo mesmo motivo lhe é permitido apropriar-se desses bens, já não para os consumir, mas para fazer deles instrumentos de trabalho. Assim aquele que se apropria de um peixe, não para o comer, mas para usá-lo como isca. Esta verdade é ainda mais fácil de perceber quando alguém toma um objeto inapropriado e sem utilidade – um sílex, por exemplo – e, afiando-o, lhe confere uma utilidade que não tinha. Pois esta utilidade nova do sílex é produto do trabalho, e todo homem, por ser naturalmente dono de si, é dono de seu trabalho e do fruto que este produz.

Mas o homem vê que suas necessidades se renovam. Sua natureza, capaz de apreender e recear o perigo de um suprimento instável, e desejosa por si mesma de estabilidade, pede que ele disponha de meios para se garantir contra as incertezas do futuro. É pois lícito que ele, além de ser dono de bens e de meios de produção, acumule pela poupança o produto de seu trabalho, prevenindo assim o futuro. E, sendo o caso, se torne também dono da fonte de produção. A apropriação de reservas móveis e de bens imóveis assim se justifica inteiramente.

Notemos, portanto, que está na natureza racional e livre do homem o fundamento do direito de propriedade, em seus vários aspectos".

2 – A Doutrina Social da Igreja reconhece o direito de propriedade

Estes princípios estão claramente afirmados na Doutrina Social da Igreja. **Pio XI** ensina que a propriedade privada é essencial ao bem comum: "A própria natureza exige a repartição dos

bens em domínios particulares, precisamente a fim de poderem as coisas criadas servir ao bem comum de modo ordenado e constante".

Leão XIII estabeleceu peremptoriamente esta mesma doutrina: "A propriedade particular é de direito natural para o homem, o exercício desse direito é coisa não só permitida, sobretudo a quem vive em sociedade, mas absolutamente necessária".

Tais princípios não foram elaborados pela Igreja, mas decorrem da Lei Natural, conforme o declaram Pio XI e Leão XIII. A Igreja, como depositária da Revelação, é a guardiã também dos dois mandamentos da Lei de Deus que garantem o direito de propriedade: *Não furtarás*; *Não cobiçarás as coisas alheias*.

O direito de propriedade não resulta, portanto, de leis nem de convenções. Decorrente da própria natureza do homem, ele é portanto anterior e superior ao Estado, ao qual incumbe o dever de garanti-lo. A não ser quando haja uma grave exigência do bem comum, o Estado não pode suprimir ou restringir a propriedade privada, e nenhuma lei pode mudar a boa ordem posta por Deus na Criação. A menos que se queira escravizar o homem...

Interpretando esses princípios do ponto de vista econômico, pode-se afirmar que a proteção legal do direito de propriedade – que deve fazer parte da ordenação jurídica da Nação – cria por si mesma os incentivos necessários para que os recursos na economia sejam usados de maneira eficiente, maximizando o bem-estar de toda a sociedade. Isto implica que a lei afirme os princípios de exclusividade da propriedade (o poder incondicional do proprietário de usá-la para si próprio, excluindo qualquer outro desse direito) e de transferibilidade (o poder incondicional do proprietário para alienar sua propriedade).

3 – O direito de propriedade se distingue do seu uso

Ensina a doutrina social da Igreja que o respeito à propriedade deve obedecer aos preceitos da justiça comutativa, ou seja, aquelas normas que regem as relações entre indivíduos quanto à divisão dos bens, não invadindo o direito alheio além dos limites do direito próprio.

Em princípio, o Estado não pode impor a forma de uso da propriedade. Respeitado o bem comum, o proprietário tem direito ao livre uso e até ao não uso de sua propriedade. Sobre o uso da propriedade, **Pio XI** ensina não ser da alçada da justiça que os proprietários só usem honestamente o que é seu. Isto compete a outras virtudes, cujo cumprimento não pode urgir-se por via jurídica. E acrescenta: "É alheio à verdade dizer que se extingue ou se perde o direito de propriedade com o não uso ou abuso dele".

4 – O direito de propriedade exerce por si mesmo uma função social

Como todo direito individual, o direito de propriedade privada tem uma função social. Sua mera vigência exerce ação positiva no bem-estar da sociedade como um todo. Ou seja, ele contribui de forma possante para o bem comum, pelo simples fato de existir. Por tal motivo deve o Estado ter sumo cuidado quando, em presença de razões de bem comum, seja levado a intervir no direito de propriedade e no seu uso. Deve fazê-lo sempre guiado pela Lei Natural e Divina, depois de estar seguro de que sua intervenção se prende a graves necessidades do bem comum. Atuando assim, a autoridade pública fortalece e defende o direito de propriedade, conciliando-o com as exigências do bem geral.

Em termos econômicos, uma intervenção do Estado na propriedade particular, para atender às exigências do bem comum, se justificaria quando o custo para a economia como um todo for relevante, e irrelevante o custo para o proprietário individual. Em tese, tal situação justificaria a

intervenção do Estado como modo de incluir tais custos nas decisões. Entretanto, sendo esses custos difíceis de quantificar, na maioria das vezes é melhor não intervir, a fim de evitar um acréscimo real de custos que afete o bem-estar da sociedade em geral.

Em resumo, o aspecto central para se avaliar a legitimidade da intervenção do Estado no direito de propriedade, em função do bem comum, reduz-se a dois pontos: a real validade das justificativas apresentadas e a forma da intervenção. É o que veremos adiante, em função do que se pretende aplicar pela legislação ambiental.

Capítulo XVIII

O Código Florestal e o emaranhado jurídico ambiental não favorecem o bem comum

Como vimos no capítulo anterior, a doutrina social da Igreja, baseada na Lei Natural e Divina, afirma a inviolabilidade da propriedade particular tanto no seu domínio privado como no seu uso. Excepcionalmente, o Estado pode intervir em seu domínio e uso, desde que comprovadas razões de bem comum o venham exigir. Ademais foi analisado como estes preceitos doutrinários são conformes ao bom uso dos recursos naturais, no intento de maximizar o bem-estar da sociedade como um todo.

O emaranhado de preceitos legais que engessam o Brasil é apresentado por seus propulsores como se tais medidas fossem exigência do bem comum, tanto da humanidade em geral como do Brasil em particular. Portanto, estaria de acordo com a Lei de Deus e a Lei Natural. No entanto, as justificações ecológicas e ambientais frequentemente aduzidas estão longe de gozar do apoio unânime dos cientistas e especialistas na matéria. Muito pelo contrário, academias científicas nacionais e internacionais da maior importância contradizem tais justificativas, fundamentando-se em informações e análises até agora não refutadas. Sendo excluídas do quadro pretensas razões ambientais, todo esse aparato legal perde sua sustentação lógica.

O conjunto das reservas indígenas (TIs) e unidades de conservação (UCs) já exclui da exploração racional 27% do território brasileiro. Portanto, o emaranhado jurídico ambiental está sendo implantado sobre um território já seriamente engessado pelas áreas indígenas, unidades de conservação federais e estaduais. O resultado final dessa verdadeira loucura legislativa será a redução do aproveitamento produtivo em 74 % do território, sem uma real justificativa técnica e científica. Além do mais, a colocação em prática dessa legislação resultaria numa redução de 15% da atual produção agropecuária, com um custo que alcança a cifra de 650 bilhões de reais, equivalente a 50% do valor da produção do setor durante 10 anos. E segundo o Instituto de Pesquisas Agrícola essa cifra chegaria a mais de um trilhão de reais. Bastariam estas cifras para se considerar impensável aplicar tal legislação ambiental.

Por meio desses dispositivos legais injustificáveis, nosso País está sendo mutilado, travado e engessado. Indisfarçável pressão política e econômica internacional procura forçar a implantação de tais medidas, sob pretexto de preservar o meio ambiente, proteção da população indígena ou outras razões mal explicadas. Nesse caso, o Brasil se tornou vítima de um processo de verdadeira subtração de sua soberania, pois tal pressão internacional resultaria em limitar o aproveitamento de nossos recursos naturais e a ocupação de nosso território. A principal vítima é o próprio Brasil como um todo, prejudicado em seu desenvolvimento, na geração de novos empregos e renda para sua crescente população.

O mais escandaloso e incompreensível é que tudo isso – que configura um autêntico **crime de lesa-pátria** – seja cometido com o apoio de setores de governo, de políticos e intelectuais nacionais e de certa mídia. Como obrigação de Estado, bem ao contrário, deveria o Governo realizar uma verdadeira campanha internacional em defesa de nossa soberania, mostrando aos organismos internacionais competentes, e à opinião pública em geral, o absurdo dessas alegações que nos são tão prejudiciais.

Se razões técnicas, econômicas e políticas não justificam impor uma legislação ambiental como a que ora se discute, a insistência em aplicá-la só pode ter fundamento ideológico e errôneo. É o que veremos no próximo capítulo.

Capítulo XIX

A ideologia que move o ambientalismo neocomunista

Encontramo-nos diante de uma agressão de envergadura jamais vista, com características de um falso ambientalismo, indigenismo desligado da realidade de inspiração claramente socialista. Dentro do contexto que analisamos, a primeira vítima é o produtor rural brasileiro que é submetido a um processo de cerceamento dos seus direitos sobre a propriedade da terra. O Estado de características totalitárias se julga no direito de intervir profundamente na vida econômica da Nação, passando por cima do direito de propriedade e da livre iniciativa. Com o rigor da lei, **dita duramente ao cidadão o que explorar, quanto e como.** Ademais, beneficiado pelo uso crescente de tecnologias modernas, organiza uma **máquina de fiscalização repressora, com multas altíssimas e até prisão de produtores rurais.**

Essa investida ambientalista, indigenista e socialista vem somar-se a outras investidas já antigas, como a fracassada Reforma Agrária socialista e confiscatória, que persegue impiedosamente os fazendeiros, e ainda outras mais recentes como a nova legislação trabalhista, que normatiza o trabalho no campo sem levar em consideração a realidade rural, a demarcação de áreas para falsos quilombolas e um projeto de regularização fundiária estapafúrdio.

Se permitirmos que seja levado às suas últimas consequências, esse processo conduzirá à eliminação da propriedade privada no campo. As vítimas do processo são esses verdadeiros desbravadores, que nas pegadas dos bandeirantes se embrenharam mata adentro para tornar produtivas as imensas riquezas com que Deus favoreceu o Brasil. E que trabalharam assim para o progresso próprio, gerando evidente e inapreciável benefício para toda a Nação.

1 – Tendências do movimento ambientalista

Dentre esses propulsores do processo, alguns defendem políticas de mercado, para incluir em suas decisões de investimento os eventuais custos ambientais, igualando por esta forma os resultados do ponto de vista privado com aqueles do ponto de vista social. Alegam em suas pretensões que a proteção do meio ambiente não envolve aspectos ideológicos, pois *"os descobrimentos da ecologia e a emergência do ambientalismo em geral não supõem uma revolução ética, mas simplesmente pensamentos e atitudes melhor informados e precisos, que ampliem e complementem os já existentes direitos e obrigações morais"*.[xvi]

Outros propulsores questionam os postulados ideológicos do mundo capitalista e os seus valores, defendendo uma intervenção direta do Estado nas decisões econômicas como único instrumento eficaz para a preservação da natureza e do meio ambiente.

Distinguem-se entre eles três tendências:

• Os que compõem a primeira tendência, "*ainda que não reconhecendo a necessidade de criar uma ética ecológica tão radicalmente nova [...], reivindicam a necessidade de mudar todos os valores associados ao pressuposto hierárquico e individualista, que é considerado responsável direto pela crise ecológica. Segundo eles, o ambientalismo é incompatível com a lógica de competição inerente ao individualismo. A crítica aqui não apenas atinge o capitalismo, estendendo-se também à economia de escala hipertecnológica, à racionalidade instrumental, ao sistema patriarcal e ao conjunto de relações que estabelecem hierarquias ou desigualdades entre os seres humanos (de classe, gênero, raça, idade etc.).*[xvii]

• Os da segunda tendência *"pretendem constituir uma ética ecológica em um sentido forte [...]. Podem associar-se claramente às tantas entidades existentes, em todas as partes do planeta, preocupadas com a vida da flora e da fauna, [...] enquadram também outros atores menos típicos,*

como os defensores (também chamados de liberacionistas) dos animais, preocupados com seus direitos individuais. [...] Os ambientalistas da deep ecology *estão em geral identificados com um holismo ético, baseado no valor inerente da natureza e na igualdade das espécies dentro da comunidade biótica".*[xviii]

• A terceira tendência "*é uma vertente fortemente espiritualizada e utópica da ética ecológica, [...] se inscreve mais dentro das tradições religiosas ou filosóficas do que na ciência, porque define valores e comportamentos próprios de uma concepção finalista (teleológica).*" É "*uma ética inspirada na fraternidade e no princípio igualitário, de aplicação tanto na sociedade como na natureza, exige uma temperança e um sacrifício franciscanos, [...] que reivindica o caráter sagrado de todos e cada um dos seres deste mundo, e portanto a necessidade de uma total preservação de indivíduos e ecossistemas. Embora ela tenha raízes antigas, o encontro explícito com a teologia vem se dando e fortalecendo nos últimos anos".*[xix]

Como facilmente pode o leitor perceber, incluem-se nas duas últimas tendências os ambientalistas radicais. Independentemente da preservação ambiental, defendem uma ordem de coisas miserabilista e igualitária, ao extremo de igualar o homem aos animais e à natureza inerte. Fica evidente o panteísmo nessas tendências.[xx]

Esse ambientalismo-panteísta faz ressurgir uma espécie de religião pagã baseada nos velhos mitos de Gaia, a mãe Terra. Pretende combater o desenvolvimento e a civilização. E quer induzir a humanidade a retroceder a uma vida primitiva e selvagem. Seria a destruição do resto de civilização cristã substituída por um tribalismo indígena comuno-missionário.[xxi]

O Sr. José Lutzemberg, ex-Secretário do Meio Ambiente, um dos líderes desse grupo de ambientalistas explica essa concepção "panteísta" no artigo "*Gaia, O planeta vivo*": *"As árvores, florestas, pradarias, os banhados e as algas microscópicas dos oceanos são orgãos nossos, tão nossos quanto nosso pulmão, coração, fígado ou baço. Poderíamos chamá-los de nossos órgãos externos, enquanto esses últimos são nossos órgãos internos. Mas são os órgãos externos deles. O organismo maior é um só. A diferença entre os biólogos convencionais, apenas científicos, e os ecologistas está na veneração. Para o ecologista* ***a natureza*** *não é simples objeto de estudo e manipulação, é muito mais, ela* ***é algo de divino;*** *não tenham medo desta palavra, é sagrada. E nós humanos somos apenas parte dela. Daí a atitude do ecologista não poder ser jamais a atitude de agressão, dominação, de espoliação. O ecologista procura a integração, harmonia, preservação, a contemplação estética. O planeta Terra é um ente vivo com identidade própria, o único de sua espécie que conhecemos".*[xxii]

2 – Destruição do ser humano, na mira dos ambientalistas radicais

Em último termo, qual é o aspecto característico da natureza humana, que de tal maneira contunde os ambientalistas radicais? Vê-se que é o poder de raciocinar, e tudo quanto dele decorre: o conhecimento abstrato, a ciência, a técnica, a riqueza material, a sociedade industrial, o sistema capitalista. Para fabricar um copo de vidro, por exemplo, foi preciso tirar pedras de jazidas onde havia quartzo de qualidade e submetê-las a uma transformação por meio do fogo, depois adicionar essa matéria-prima em moldes, dando como resultado o objeto que se pretendia fabricar. Portanto, significou o uso da inteligência humana para destruir o bloco de pedra e criar outra coisa no seu lugar.

Para esses ecologistas radicais, tal destruição é um mal em si, porque **a natureza não deve ser tocada**. Tocar a natureza é destruí-la. Ela é boa na sua intangibilidade, na sua imobilidade. Uma vez que **o homem é destrutivo por natureza**, tudo no universo é natural, exceto a natureza humana. É isso que no final das contas odeiam: o homem, criado por Deus como rei da natureza, e a melhor imagem de seu Criador. **O importante é destruir no ser humano aquilo que faz dele humano e distinto dos demais animais.**

Depreendem-se destas considerações os traços essenciais do ambientalismo radical:

• Igualitarismo total entre o homem, os animais e a natureza em geral;
• Necessidade ontológica de defender a natureza contra a exploração humana;
• Miserabilismo econômico, para conseguir a preservação ambiental;
• Forte intervenção do Estado, para impedir que os homens explorem a natureza avançando sobre os limites de sua integridade.

Isto não é outra coisa senão o ideal comuno-indigenista disfarçado de verde. Por detrás da ecologia surge o marxismo de sempre, com características próprias da Teologia da Libertação.

Diante deste panorama, impensável até pouco tempo atrás, não é difícil que algum leitor se pergunte por que dar tanta importância a esses grupos minoritários de ecologistas fanáticos e radicais. Na realidade as grandes revoluções da História começaram com um movimento radical pequeno, de membros auto proclamados iluminados. Propostas inverossímeis costumam vencer do modo inverossímil, e o curso da História muitas vezes acaba por seguir a linha deles.

Atualmente já não parece tão inverossímil que essas correntes de pensamento, por mais disparatadas que sejam, tenham conseguido influenciar de maneira direta ou indireta meios políticos, empresariais e dirigentes em geral. Contudo, permanece inverossímil e inacreditável que, por razões indigenistas e ecológicas, tenham eles criado condições para engessar e tornar inútil para a população mais de 70% do territorio brasileiro.

3 – Medo de uma catástrofe, arma para impor reformas insensatas

É importante chamar novamente a atenção sobre um aspecto que, embora não seja essencialmente ideológico, está ligado à ideologia. Trata-se do método de ação aplicado para fazer aceitar pela opinião pública ideias e decisões que normalmente ela não estaria disposta a admitir.

Em todo o caminhar da Revolução, como explica o Prof. Plinio Corrêa de Oliveira em seu livro Revolução e Contra-Revolução, faz parte do seu mecanismo de avanço criar um temor, por vezes sem fundamento, de que sobrevenha um mal maior. Fazendo-se preceder pela ameaça de um mal enorme, a Revolução apresenta em seguida uma proposta de solução que desagrada e é um mal, porém menor, e que acaba sendo aceito. Assim funciona o binômio medo-simpatia.

Durante o período preparatório da Revolução Francesa, no reinado de Luís XVI, por exemplo, o temor da bancarrota e falência do Estado francês foi uma espécie de monstro que assustou a população, conduzindo-a a toda espécie de desatinos, e finalmente a todas as sangrentas atrocidades que nos relata a história.

No caso concreto de que estamos tratando, está sendo artificialmente criado o temor de uma grande catástrofe ecológica, que em francês os próprios ambientalisatas têm denominado *la grande peur écologique* (o grande medo ecológico). Da propaganda avassaladora sobre a iminência dessa grande catástrofe ecológica surge a ideia de que a indústria e o agronegócio, como foram concebidos, produzem muito alimento e bens em geral, porém danificam o globo pela violência que exercem sobre a natureza. Daí decorre que é preciso desmantelar as indústrias e o agronegócio, para que possa continuar a existir vida. A solução a ser proposta em seguida é uma vida sem os recursos tecnológicos modernos, algo como a volta à floresta. É a ecologia e o tribalismo trabalhando juntos.

O aquecimento global, propagandeado com grande estardalhaço publicitário, como resultante de um terrível efeito estufa, representa uma ofensiva desastabilizante de terror. Tal ofensiva prepara a opinião pública para dar crédito a qualquer boato. Já vimos que o efeito estufa tem sido contestado com insistência e com fundamentação científica. Mas a propaganda prossegue, pois na realidade ela tem como objetivo preparar os espíritos para aceitar um mal que se deseja impingir.

A atual sensação de medo ante uma iminente catástrofe ecológica é uma alusão a um dos episódios da Revolução Francesa: *La Grande Peur* (o *grande medo*). Em 1789, uma semana após a queda da Bastilha, tanto no campo quanto nas cidades francesas multiplicaram-se boatos de que "bandidos" estariam prestes a invadir as aldeias. Diante disso, a população foi orientada a pegar as

armas dos quartéis, para assim se defender. Neste caso, o terror de uma catástrofe iminente era voltado contra os *brigands* (bandoleiros), que na realidade não existiam. Tudo não passava de boatos habilmente difundidos por organizações revolucionárias secretas. Os boatos provocaram a desmilitarização dos quartéis, e o armamento do populacho que exigia armas para se defender e perseguir os bandoleiros. O que nenhum exército estrangeiro conseguiu fazer — passar as armas dos soldados do rei para as mãos dos revolucionários —, foi obtido facilmente por meio de uma mentira habilmente alardeada. A mentira tem efeito importante no avanço de falsas ideologias (que também são mentiras...). A História se repete, e neste cenário de *la grande peur écologique*, estamos sofrendo um bombardeio psicológico.

Capítulo XX

Soluções sensatas e um brado de confiança

Dada a envergadura e gravidade do problema que se levanta com a legislação ambiental, não basta discutir artigos específicos da legislação que regem o assunto, nem mesmo negociar certos aspectos como percentuais, condições e outras casuísticas. Trata-se, isto sim, de exigir uma revisão completa e profunda de todo esse emaranhado jurídico que engessa o Brasil, prejudicando o seu desenvolvimento e o bem-estar de seu povo. Dentro do atual processo legislativo, deve-se procurar uma solução de bom senso, que favoreça e não prejudique o País, e isso deve ser feito em função de uma visão de conjunto objetiva e realista dessa problemática. Traçaremos aqui algumas linhas de ação, cujos fundamentos poderão perfeitamente gerar um texto legislativo aceitável.

1 – Os custos e os benefícios de qualquer reforma

Em primeiro lugar, é necessário levar em conta o custo que tem para sociedade o quinteto representado pelas leis ambientais, indigenistas, quilombolas, trabalhistas e Reforma Agrária — quinteto esse que engessa o País, estrangula a classe rural e prejudica importantes setores da atividade econômica. Em princípio, o custo daí decorrente deveria ter como contrapartida um benefício que o justifique, como sempre se espera de toda atividade privada ou mesmo governamental. Estarão bem longe de ser insignificantes, por exemplo, os custos de órgãos governamentais competentes que todo esse emaranhado jurídico-reformista irá gerar.

Antes de qualquer reforma precipitada, é necessário apresentar uma análise técnica e jurídica séria, apoiada em avaliação econômico-social de custo-benefício igualmente séria (como a que se faz em qualquer empreendimento privado). Esses procedimentos prévios devem avaliar e justificar os diversos projetos aqui tratados, para depois submetê-los a discussão pelos setores mais representativos envolvidos na questão.

Postas as coisas como estão, o custo que representa para o Brasil esse emaranhado legal, de modo especial a legislação ambiental, recai praticamente todo sobre os proprietários rurais, e através deles sobre a economia do País. Os pretensos beneficiários seriam os brasileiros não ruralistas e a humanidade em geral. Não pode o Governo esquivar-se à conclusão de que estaria assim lançando injustamente sobre os produtores rurais o pesado fardo que representa o muito discutível rótulo de "pulmão do mundo", atribuído ao Brasil e à Amazônia em particular. Em troca de quê? De nada!

Se se trata de um benefício para toda a sociedade, o custo deve ser arcado pelo conjunto da nação. Segundo o jurista Ives Gandra o artigo 225 da Constituição Federal determina que a preservação ambiental é dever do poder público e da coletividade e seu parágrafo 1º estabelece que a discriminação de reservas legais e recuperações ecológicas estejam a cargo apenas do poder público.

Assim o Código Florestal deveria ter enfoques diferentes sobre as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e sobre a Reserva Legal (RL). Na medida em que as APPs representam áreas em que se deve evitar a exploração agrícola, pecuária ou mesmo florestal, com vistas à preservação ambiental, delas deveriam resultar benefícios para o proprietário rural. Isto porque serão preservados o solo, as aguadas, etc. Assim sendo, tratar-se-ia muito mais de conscientizar o proprietário quanto às vantagens para ele em deixá-las como áreas de preservação. E incentivá-lo a isso, em vez de fazê-lo por imposição. Tal deve-se fazer por meio de assistência técnica adequada, considerando a situação concreta de cada caso, como também através de proporcionais vantagens fiscais e financeiras. O contínuo fluxo de avanços técnicos, aos quais os proprietários rurais são

muito sensíveis, como está sobejamente demonstrado, irá gerar grande variedade de situações, como também múltiplas propostas de soluções.

O caso da Reserva Legal é diferente, pois ela se destina principalmente à preservação das florestas naturais, sem nenhum benefício direto para o proprietário da terra. Soma-se a isso, como vimos analisando, o fato de que os benefícios ambientais globais da preservação dessas florestas são pelo menos duvidosos, quando não inexistentes. Não se compreende que o Brasil aceite como ponto pacífico as exigências mal fundamentadas dos ambientalistas, que implicam em altíssimos custos, quando cientistas nacionais e estrangeiros do maior renome negam que tais vantagens existam de fato.

E está claro também que o atendimento a essas exigências implica um custo inaceitável para a economia brasileira. Isso corresponderia à atitude de quem, colocado ante o dilema de aceitar ou não o tratamento oferecido para uma doença cujo diagnóstico não esteja confirmado, decide fazer o tratamento, mesmo que este lhe imponha sacrifícios e riscos maiores. Qualquer pessoa dotada de bom senso afirmaria que esta seria a pior opção.

Diante da gravidade dos fatos, somada ao **engessamento** do território brasileiro provocado por reservas indígenas e outras razões, não cabem atitudes intermediárias. O que deve ser feito é suspender e reavaliar todo o emaranhado jurídico envolvendo esta questão, pois ele compromete gravemente o futuro do Brasil.

2 – Promessas frustradas do comunismo, requentadas pelo neocomunismo verde

Antes de se tornar público o fracasso do comunismo nos países em que dominou, ele havia abolido a propriedade privada e a livre iniciativa, sob pretexto de favorecer aos mais necessitados. E o resultado, hoje sobejamente conhecido, foi a mais escandalosa miséria. Já os ambientalistas "verdes" de hoje, sob pretexto de proteger o meio ambiente, querem restringir a atividade econômica ao mínimo necessário para a subsistência. Ou seja, pretendem implantar um miserabilismo social.

Os argumentos pseudo-técnicos amplamente propagandeados são meros pretextos para iludir a opinião pública e implantar uma ordem social falsa, que não é outra coisa senão o socialismo de Estado, ou seja, o velho comunismo metamorfoseado. A semelhança de objetivos é evidente, e pode ser mais bem entendida quando se considera que os vermelhos de ontem passaram a ser verdes de hoje.

Diante do que analisamos neste estudo, não há como ignorar ou negar que, por detrás dessa investida ambientalista em favor de uma pretensa preservação da natureza, o que se oculta sorrateiramente é o **cavalo de Troia** do **neocomunismo verde**.

Deixamos claro que o **engessamento** arbitrário do País, inteiramente inadmissível sob qualquer ponto de vista sensato, contraria seriamente os interesses da Nação, e neste sentido se configura um autêntico **crime de lesa-pátria**. Olhando de frente o assunto, torna-se imperativo repensar a questão ambiental na linha aqui descrita. O juízo de Deus e da História — e esperamos e também o da própria Justiça humana — pesará severamente sobre os atuais dirigentes públicos e privados, responsáveis pelos rumos do Brasil, pela atitude que assumirem diante dessa ameaçadora realidade.

3 – *Gesta Dei per brasilienses*

Enchei a terra e sujeitai-a, reza o livro do Gênesis. Com este mandado divino citado nas primeiras páginas deste estudo, encerramos estas considerações com a entusiástica esperança que o Prof. Plinio Corrêa de Oliveira, grande batalhador em defesa da Civilização Cristã e, de forma especial, do direito de propriedade, demonstrou em pronunciamento histórico e de grande repercussão, conhecido como *Gesta Dei per brasilienses*:

"Tempo houve em que a História do mundo se pôde intitular *Gesta Dei per francos*. Dia virá em que se poderá escrever *Gesta Dei per brasilienses* [As ações de Deus por meio dos brasileiros]. A missão providencial do Brasil consiste em crescer dentro de suas próprias fronteiras, em desdobrar aqui os esplendores de uma civilização genuinamente católica, apostólica, romana, e em iluminar amorosamente todo o mundo com o facho dessa grande luz, que verdadeiramente será o *lumen Christi* que a Igreja irradia.

Nossa índole meiga e hospitaleira, a pluralidade das raças que aqui vivem em fraternal harmonia, o concurso providencial dos imigrantes que tão intimamente se inseriram na vida nacional, e mais do que tudo as normas do Santo Evangelho, jamais farão de nossos anseios de grandeza um pretexto para jacobinismos tacanhos, para racismos estultos, para imperialismos criminosos. Se algum dia o Brasil for grande, sê-lo-á para bem do mundo inteiro.

O Brasil não será grande pela conquista, mas pela fé. Não será rico pelo dinheiro tanto quanto pela generosidade. Realmente, se soubermos ser fiéis à Roma dos Papas, poderá nosso País ser uma nova Jerusalém, de beleza perfeita, honra, glória e gáudio do mundo inteiro.

Dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus — Explorai, senhores do Poder Temporal, as riquezas de nossa terra. Estruturai segundo as máximas da Igreja, que são a essência da civilização cristã, todas as nossas instituições civis. Fazei do Brasil uma pátria próspera, organizada e pujante, enquanto a Igreja fará do povo brasileiro um dos maiores povos da História. Na harmonia desta mesma obra está a predestinação de uma íntima cooperação entre os dois poderes. Deus jamais é tão bem servido como quando César se porta como seu filho. E em nome dos católicos do Brasil eu vos afianço que César jamais é tão grande como quando é filho de Deus. Nessa colaboração está o segredo de nosso progresso, e nela vossa parte é verdadeiramente magnífica.

Trabalhai, senhores, trabalhai neste sentido. Tereis a cooperação entusiástica de todos os nossos recursos, de todos os nossos corações, de todo o nosso fervor. E quando algum dia Deus vos chamar à vida eterna, tereis a suprema ventura de contemplar um Brasil imensamente grande e profundamente cristão, sobre o qual o Cristo do Corcovado, com seus braços abertos, poderá dizer aquilo que é o supremo título de glória de um povo cristão. Executai programa de governo que consista em **procurar antes o reino de Deus e sua justiça, e todas as coisas serão dadas por acréscimo**.

Em um Brasil imensamente rico, vereis florescer um povo imensamente rico, vereis florescer um povo imensamente grande, porque dele se poderá dizer:

• Bem-aventurado este povo sóbrio e desapegado, embora no esplendor de sua riqueza, porque dele é o reino dos céus;

• Bem-aventurado este povo generoso e acolhedor, que ama a paz mais do que as riquezas, porque ele possui a terra;

• Bem-aventurado este povo de coração sensível ao amor e às dores do Homem-Deus, às dores e ao amor de seu próximo, porque nisto mesmo encontrará sua consolação;

• Bem-aventurado este povo varonil e forte, intrépido e corajoso, faminto e sedento das virtudes heróicas e totais, porque será saciado em seu apetite de santidade e grandeza sobrenatural;

• Bem-aventurado este povo misericordioso, porque ele alcançará misericórdia;

• Bem-aventurado este povo casto e limpo de coração, bem aventurada a inviolável pureza de suas famílias cristãs, porque verá a Deus;

• Bem-aventurado este povo pacífico, de idealismo isento de jacobinismos e racismos, porque será chamado filho de Deus.

• Bem-aventurado este povo que leva seu amor à Igreja a ponto de lutar e sofrer por ela, porque dele é o reino dos céus".

Notas

[i] Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Tiet%C3%AA

[ii] - Carta aberta ao Secretário-geral das Nações Unidas, com cópia para todos os chefes de Estado dos países a que pertencem os signatários: A Vossa Excelência, Senhor Ban Ki-Moon - 13 de dezembro de 2007

Ref: A Conferência das Nações Unidas sobre o Clima está levando o mundo numa direção completamente errada.

Não é possível deter as alterações climáticas, um fenômeno natural que tem vindo a afetar a humanidade através dos tempos. Os testemunhos geológicos e arqueológicos, bem como os testemunhos históricos, orais e escritos, revelam bem os desafios dramáticos que as sociedades antigas tiveram de enfrentar perante alterações imprevistas da temperatura, precipitação, vento e outras variáveis climáticas.

Em consequência, devemos preparar as nações para resistir a todos estes fenômenos naturais, promovendo o crescimento econômico e a criação de riqueza. O Painel Intergovernamental das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (IPCC) tem publicado conclusões cada vez mais alarmistas sobre a influência climática do dióxido de carbono (CO_2) de origem antropogênica, não obstante o CO_2 ser um gás não poluente, essencial à fotossíntese das plantas.

Embora se possa compreender as razões que levaram a considerar prejudiciais as emissões de CO_2, as conclusões do IPCC são absolutamente desajustadas como justificação para a implementação de políticas que vão reduzir significativamente a prosperidade futura. Em especial, não está demonstrado que seja possível modificar significativamente o clima global mediante redução das emissões antropogênicas de gases com efeito de estufa.

Acima de tudo, na medida em que as tentativas de travar as emissões têm como consequência um retardar do desenvolvimento, a abordagem atual da ONU acerca da redução do CO_2 é suscetível de agravar o sofrimento humano devido a futuras alterações climáticas, em vez de reduzi-lo.

Os Sumários do IPCC para Decisores Políticos são os documentos mais amplamente consultados por políticos e por não-cientistas, estando na base da maior parte das decisões políticas sobre as alterações climáticas. Contudo, esses sumários são preparados por um núcleo relativamente restrito de redatores, e a sua versão final é aprovada, linha a linha, por representantes dos governos.

A grande maioria dos colaboradores e recensores do IPCC, e as dezenas de milhares de outros cientistas que estão qualificados para emitir pareceres sobre essas matérias, não são tidos nem achados na preparação desses documentos. Os sumários do IPCC não podem, portanto, ser apresentados como um ponto de vista consensual entre os especialistas.

E, contrariamente à ideia divulgada pelos Sumários do IPCC:

• As recentes observações de fenômenos como a retração dos glaciares, a subida do nível do mar e a migração de espécies sensíveis à temperatura não constituem prova de uma alteração climática anormal, porque não ficou demonstrado que alguma dessas alterações se encontre além dos limites da variabilidade natural conhecida.

• O ritmo médio de aquecimento, entre 0,1 ºC e 0,2 ºC por década, registrado pelos satélites durante o século XX, está dentro dos limites conhecidos das taxas de aquecimento e de esfriamento observadas nos últimos 10 mil anos.

• Cientistas de primeiro plano, incluindo alguns dos representantes seniores do IPCC, reconhecem que os modelos informáticos atuais não podem prever o clima. Em conformidade, e apesar das projeções dos computadores que apontam para um aumento das temperaturas, não se tem observado um saldo global de aquecimento desde 1998.

O atual patamar de temperatura, que sucede a um período de aquecimento no final do século XX, enquadra-se no prosseguimento, através dos nossos dias, de um ciclo climático natural, multidecenal ou milenar.

Em total oposição à afirmação frequentemente repetida, de que a ciência das alterações climáticas está "assente", um conjunto de novas e significativas investigações, recenseadas pelos pares, tem lançado cada vez mais dúvidas sobre a hipótese de um aquecimento perigoso de origem antropogênica. Mas, como os grupos de trabalho do IPCC foram instruídos no sentido de terem em conta apenas os trabalhos publicados até maio de 2005, importantes conclusões posteriores não são incluídas nos seus relatórios, ou seja, os relatórios de avaliação do IPCC são baseados em resultados obsoletos.

A conferência das Nações Unidas em Bali, sobre o clima, foi planejada de forma a conduzir o mundo por um caminho de severas limitações ao CO_2, ignorando as lições evidentes dadas pelo malogro do Protocolo de Kyoto, pela natureza caótica do mercado europeu de direitos de emissão de CO_2 e pela ineficácia de outras dispendiosas iniciativas destinadas a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa.

Análises de custo-benefício isentas não legitimam a introdução de medidas globais destinadas a limitar e a reduzir o consumo de energia, com o intuito de restringir as emissões de CO_2. Além disso, é irracional aplicar o

"princípio da precaução", porque numerosos cientistas reconhecem que tanto o resfriamento como o aquecimento são hipóteses climáticas realistas num futuro em médio prazo.

O esforço atual da ONU no sentido de "combater as alterações climáticas", tal como foi apresentado no Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, de 27 de novembro de 2007, de acordo com o Programa de Desenvolvimento da ONU, desvia a atenção dos governos da necessidade de adaptação à ameaça colocada pelas alterações climáticas naturais e inevitáveis, seja qual for a forma que possam vir a assumir.

Perante tais perspectivas, torna-se necessário um planejamento nacional e internacional, que auxilie prioritariamente os cidadãos mais vulneráveis a adaptar-se às condições futuras. As tentativas para evitar a ocorrência de alterações climáticas globais são fúteis, em última análise, e constituem uma trágica má aplicação de recursos, os quais seriam mais bem utilizados na resolução dos verdadeiros e mais prementes problemas da humanidade.

Signatários (100 assinaturas).

[iii] - Neste grupo de cientistas destacam-se o Dr. Daniel Schrag, de Harvard; Claude Allegre, um dos mais condecorados geofísicos franceses; Dr. Richard Lindzen, professor de ciências atmosféricas do MIT; Dr. Patrick Michaels, da Universidade de Virginia: Dr. Fred Singer, Ph. D., Presidente do Projeto Ciência e Política Ambiental, Professor emérito de ciência ambiental, Universidade de Virgínia; Professor Bob Carter, geólogo da James Cook University, Austrália. Ademais, fazem parte deste grupo 85 cientistas e especialistas em climatologia, que assinaram a **Declaração de Leipzig**, a qual denominou os drásticos controles climáticos de "advertências doentes, sem o devido suporte científico"; 17.000 cientistas e líderes envolvidos em estudos climáticos, que assinaram a Petição do Instituto de Ciências e Medicina de Oregon, cujo texto afirma a falta de evidência científica comprovando que os gases estufa causam o aquecimento global; e 4.000 cientistas e outros líderes ao redor do mundo, incluindo 70 ganhadores do Prêmio Nobel, que assinaram o Apelo de Heidelberg, no qual se referem às teorias do aquecimento global relacionadas aos gases estufa como "teorias científicas altamente duvidosas".

[iv] - A **Declaração de Leipzig** baseia-se nas conclusões do *International Symposium on the Greenhouse Controversy*, realizado em Leipzig, Alemanha, em 9-10 de novembro de 1995, e em Bonn, Alemanha, em 10-11 de novembro de 1997. Da lista de subscritores fazem parte destacados nomes da Ciência de nível mundial, tais como o Professor Doutor Tor Ragnar Gerholm, membro do comitê de seleção do Prêmio Nobel da Física, o Professor Doutor Eckhard Grimmel e o Professor Doutor Richard S. Lindzen.

[v] - Entidade privada sem fins de lucro, que tem como objetivo descobrir, analisar e promover soluções de livre mercado para os problemas econômicos e sociais contemporâneos. Edita e difunde uma publicação mensal sobre ecologia (*Environment and Climate News*), na qual se posiciona contra as teorias catastrofistas sobre o meio ambiente e condena medidas governamentais intervencionistas relativas ao tema. No mês de março de 2009, promoveu a segunda Conferência Internacional sobre Mudanças Climáticas, em Nova York, sob o título *Global Warming: Was It Ever Really a Crisis?* (Aquecimento global: houve de fato alguma crise?). Nesse encontro participaram mais de 700 especialistas sobre o tema. Estiveram presentes, entre outras personalidades, o presidente checo e então presidente da União Européia, Václav Klaus, e o professor Richard Lindzen do MIT (Massachusetts Institute of Technology), talvez um dos mais autorizados especialistas do mundo sobre clima. No evento foram refutados os argumentos característicos do alarmismo, por eminentes cientistas como o Professor Syun-Ichi Akasofu, diretor do International Arctic Research Center; Doutor Willie Soon, do Harvard-Smithsonian Center for Astrophysics; e o Professor Paul Reiter, do Pasteur Institute. Por fim, no mês de junho de 2009 o instituto promoveu a terceira Conferência Internacional sobre Mudanças Climáticas, realizada em Washington. Nessa ocasião foi lançada a obra *Climate Change Reconsidered: The 2009 Report of the Nongovernmental International Panel on Climate Change (NIPCC),* de autoria de S. Fred Singer, Ph.D., e Craig Idso, Ph.D. O primeiro, presidente da Science and Environmental Policy Project e professor emérito de ciência ambienal da Universidade de Virginia; e o segundo, Diretor do Center for the Study of Carbon Dioxide and Global Change. Ambos membros ativos do Painel Internacional Não Governamental sobre Mudanças Climáticas (NIPCC). A brochura consta de mais de 700 páginas, distribuídas em nove capítulos temáticos centrados especialmente sobre o tema aquecimento global, sua magnitude, suas causas e suas consequências. Nela se faz referência a trabalhos originais dos autores, assim como a estudos, pesquisas e livros de um sem-número de cientistas e especialistas sobre o tema.

[vi] Veja, 24-02-2010

[vii] Fonte: Artigo do Prof. Jorge Buescu, publicado no site *Mitos climáticos*.

[viii] - "Ela contém um capítulo especial (Capítulo VI) sobre o tema, colocando a proteção ambiental entre os princípios da ordem econômica. Assim, no Cap. VI art. 225, estabelece: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

Nesse sentido, o parágrafo 1º do citado artigo explicita as incumbências do Poder Público, dentre as quais se incluem:

a) preservação e restauração dos processos ecológicos essenciais;

b) promoção do manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

c) preservação da diversidade e da integridade do patrimônio genético do País;

d) fiscalização de entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

e) definição de espaços territoriais a serem especialmente protegidos;

f) exigência de prévio estudo de impacto ambiental para a instalação de obra ou atividade que potencialmente degrada o meio ambiente;
g) controle da produção, comercialização e emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco à vida, à qualidade de vida e ao meio ambiente;
h) promoção da educação ambiental e da conscientização pública para a preservação do meio ambiente;
i) proteção da fauna e da flora.
A preocupação com a defesa do meio ambiente continua expressa nos parágrafos 2º, 3º, 4º, 5º e 6º, através dos quais se estabelece:
a) a obrigatoriedade da recuperação da área degradada por quem explora recursos minerais;
b) a previsão de sanções penais e administrativas a infratores por condutas ou atividades lesivas ao meio ambiente;
c) a Floresta Amazônica Brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal mato-grossense e a Zona Costeira como patrimônio nacional;
d) a indisponibilidade das terras devolutas ou arrecadadas pelos estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos naturais;
e) a necessidade de definição em lei federal para a localização de usinas que operem com reator nuclear.
Em síntese, a matéria ambiental passou a ter tratamento específico e abrangente na Constituição, que atribui ao Poder Público, em todas suas instâncias — federal, estadual e municipal — a responsabilidade pela defesa e preservação do meio ambiente.
(Fonte: MultiRio-Centro de informações, Prefeitura Rio de Janeiro)

[ix] - Em matéria de leis sobre o tema, destacam-se as seguintes:

• **Lei das Florestas** – nº 4.771 de 15-09-1965.
Determina a proteção de florestas nativas e define como áreas de preservação permanente (onde a conservação da vegetação é obrigatória) uma faixa de 30 a 500 metros nas margens dos rios, de lagos e de reservatórios, além de topos de morro, encostas com declividade superior a 45 graus e locais acima de 1.800 metros de altitude. Também exige que propriedades rurais da região Sudeste do País preservem 20% da cobertura arbórea existente, devendo tal reserva ser averbada em cartório de registro de imóveis.
• **Lei da Fauna Silvestre** – nº 5.197 de 03-01-1967.
A lei classifica como crime o uso, perseguição, captura de animais silvestres, caça profissional, comércio de espécies da fauna silvestre e produtos derivados de sua caça, além de proibir a introdução de espécie exótica (importada) e a caça amadorística sem autorização do IBAMA. Criminaliza também a exportação de peles e couros de anfíbios e répteis em bruto.
• **Lei do Zoneamento Industrial nas Áreas Críticas de Poluição** – nº 6.803 de 02-07-1980.
Atribui aos estados e municípios o poder de estabelecer limites e padrões ambientais para a instalação e licenciamento das indústrias, exigindo o Estudo de Impacto Ambiental.
• **Lei da Política Nacional do Meio Ambiente** – nº 6.938 de 17-01-1981.
É a lei ambiental mais importante, e define que o poluidor é obrigado a indenizar danos ambientais que causar, independentemente da culpa. O Ministério Público pode propor ações de responsabilidade civil por danos ao meio ambiente, impondo ao poluidor a obrigação de recuperar e/ou indenizar prejuízos causados. Esta lei criou a obrigatoriedade dos estudos e respectivos relatórios de impacto ambiental (EIA-RIMA).• **Lei da Área de Proteção Ambiental** – nº 6.902 de 27-04-1981.
Lei que criou as Estações Ecológicas — áreas representativas de ecossistemas brasileiros — sendo que 90% delas devem permanecer intocadas e 10% podem sofrer alterações para fins científicos. Foram criadas também as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) — áreas que podem conter propriedades privadas, e onde o Poder Público limita as atividades econômicas para fins de proteção ambiental.
• **Lei da criação do IBAMA** – nº 7.735 de 22-02-1989.
Criou o IBAMA, incorporando a Secretaria Especial do Meio Ambiente e as agências federais na área de pesca, desenvolvimento florestal e borracha. Ao IBAMA compete executar a política nacional do meio ambiente, atuando para conservar, fiscalizar, controlar e fomentar o uso racional dos recursos naturais.
• **Lei da Exploração Mineral** – nº 7.805 de 18-07-1989.
Esta lei regulamenta as atividades garimpeiras. Para estas atividades é obrigatória a licença ambiental prévia, que deve ser concedida pelo órgão ambiental competente. Os trabalhos de pesquisa ou lavra que causarem danos ao meio ambiente são passíveis de suspensão, sendo o titular da autorização de exploração dos minérios responsável pelos danos ambientais. A atividade garimpeira executada sem permissão ou licenciamento é crime.
• **Lei da Política Agrícola** – nº 8.171 de 17-01-1991.
Coloca a proteção do meio ambiente entre seus objetivos, e como um de seus instrumentos. Define que o Poder Público deve disciplinar e fiscalizar o uso racional do solo, água, fauna e flora; realizar zoneamentos agro-ecológicos para ordenar a ocupação de diversas atividades produtivas, desenvolver programas de educação ambiental, fomentar a produção de mudas de espécies nativas, entre outros.
• **Lei de Recursos Hídricos** – nº 9.433 de 08-01-1997.

Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Define a água como recurso natural limitado, dotado de valor econômico, que pode ter usos múltiplos (consumo humano, produção de energia, transporte, lançamento de esgotos). A lei prevê também a criação do Sistema Nacional de Informação sobre Recursos Hídricos para a coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão.

- **Lei de Crimes Ambientais** – nº 9.605 de 12-02-1998.

Reordena a legislação ambiental brasileira no que se refere às infrações e punições. A pessoa jurídica, autora ou co-autora da infração ambiental, pode ser penalizada, chegando à liquidação da empresa, se ela tiver sido criada ou usada para facilitar ou ocultar um crime ambiental. A punição pode ser extinta caso se comprove a recuperação do dano ambiental. As multas variam de R$ 50,00 a R$ 50 milhões de reais.

Fonte: http://www.cnpma.embrapa.br/informativo/intermed.php3#127.

[x] Fonte: http://www.acidigital.com/noticia.php?id=22732

[xi] DUARTE, Nestor. *A Reforma Agrária*. Departamento de Imprensa Nacional, RJ, 1953.

[xii] CORRÊA DE OLIVEIRA, Plinio et al. *Reforma Agrária Questão de Consciência.* Editora Artpress, São Paulo, Edição Comemorativa, 2010.

[xiii] Fonte: "*Tribalismo indígena, ideal comuno-missionário para o Brasil no século XXI – 30 anos depois: Ofensiva radical para levar à fragmentação social e política da Nação*" – Artpress, São Paulo, 2008.

[xiv] http://www.noticiasagricolas.com.br/artigos/artigos-geral/106400-consideracoes-sobre-o-novo-codigo-florestal.html

[xv] As estatísticas mostram um "aumento" inexplicável de índios com novos e discutíveis conceitos. Segundo o Censo IBGE 2010 seriam mais de 230 povos indígenas somando 817.963 pessoas. Destes, 315.180 vivem em cidades e 502.783 em áreas rurais, o que corresponde aproximadamente a 0,42% da população total do país.

[xvi] - Héctor Ricardo Leis, José Luis D'Amato, *O ambientalismo como movimento vital: análises de sua dimensão histórica, ética e vivencial*, in Clovis Cavalcanto (org.), *Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável*.

[xvii] - op.cit., p.49.

[xviii] - op.cit., p. 50.

[xix] - op.cit., p. 51.

[xx] O panteísmo (vem do grego pan = tudo + théos = Deus) é uma doutrina filosófica, uma crença que defende um deus imanente, considerando a Natureza e o Universo divinos: as árvores, as rochas, os animais, o céu, o sol, os homens são divinos ou contém partículas divinas. Enquanto a doutrina católica ensina que Deus é um ser transcendente, perfeitíssimo, eterno, criador do céu e da terra.

[xxi] *Tribalismo indígena, ideal comuno-missionário para o Brasil no século XXI – 30 anos depois: Ofensiva radical para levar à fragmentação social e política da Nação*" – Artpress, São Paulo, 2008.

[xxii] - José Lutzemberg. *Gaia, O planeta vivo* citado em *O túmulo e o banhado* de Najar Tubino: http://www.viapolitica.com.br/_imprimir.php?id=89&tabela=Ambiente